

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	12
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	13

Demonstração do Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa	22

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	24
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	25

Demonstração do Valor Adicionado	26
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	27
--------------------------	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	109
---	-----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	113
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	114
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	115

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	775.144
Preferenciais	1.192.089
<b>Total</b>	<b>1.967.233</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	30
Preferenciais	122
<b>Total</b>	<b>152</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	20/04/2017	Dividendo	25/05/2017	Ordinária		0,01755
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	20/04/2017	Dividendo	25/05/2017	Preferencial		0,01755
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	20/04/2017	Juros sobre Capital Próprio	25/05/2017	Ordinária		0,03049
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	20/04/2017	Juros sobre Capital Próprio	25/05/2017	Preferencial		0,03049
Reunião do Conselho de Administração	05/05/2017	Dividendo	25/05/2017	Ordinária		0,06777
Reunião do Conselho de Administração	05/05/2017	Dividendo	25/05/2017	Preferencial		0,06777
Reunião do Conselho de Administração	07/08/2017	Dividendo	25/09/2017	Ordinária		0,05205
Reunião do Conselho de Administração	07/08/2017	Dividendo	25/09/2017	Preferencial		0,05205

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	5.343.607	4.099.579
1.01	Ativo Circulante	1.324.882	776.479
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	216.246	72.086
1.01.02	Aplicações Financeiras	789.045	505.531
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	789.045	505.531
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	789.045	505.531
1.01.03	Contas a Receber	237.701	151.817
1.01.03.01	Clientes	237.701	146.897
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	237.701	146.897
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	4.920
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	0	4.920
1.01.06	Tributos a Recuperar	69.074	44.346
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	69.074	44.346
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	68.370	23.378
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	704	20.968
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.329	683
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.487	2.016
1.01.08.03	Outros	9.487	2.016
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.964	0
1.01.08.03.03	Outros Créditos	2.838	1.373
1.01.08.03.04	Cauções e Depósitos vinculados	670	643
1.01.08.03.05	Adiantamentos a Fornecedores	15	0
1.02	Ativo Não Circulante	4.018.725	3.323.100
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	294.766	177.942
1.02.01.03	Contas a Receber	13.075	13.075
1.02.01.03.01	Clientes	13.075	13.075
1.02.01.06	Tributos Diferidos	145.608	159.665
1.02.01.06.04	Tributos a Recuperar	145.608	159.665
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	136.083	5.202
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	135.009	4.465
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	531	698
1.02.01.09.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	452	0
1.02.01.09.09	Outros Créditos	91	39
1.02.02	Investimentos	639.306	0
1.02.02.01	Participações Societárias	639.306	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	639.306	0
1.02.03	Imobilizado	3.041.057	3.089.307
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.913.875	2.946.768
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	2.916.557	2.949.450
1.02.03.01.02	Obrigações Especiais	-4.781	-4.781
1.02.03.01.03	Imóveis Destinados a Uso Futuro	2.099	2.099
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	686	600
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	126.496	141.939
1.02.04	Intangível	43.596	55.851
1.02.04.01	Intangíveis	43.596	55.851
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	32.964	34.973

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	10.632	20.878

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	5.343.607	4.099.579
2.01	Passivo Circulante	1.704.776	827.945
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.605	22.271
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	22.605	22.271
2.01.02	Fornecedores	572.913	411.782
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	572.913	411.782
2.01.03	Obrigações Fiscais	100.506	63.404
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	98.887	61.087
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	93.297	49.220
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	5.590	11.867
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.530	1.857
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	89	460
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	973.972	255.776
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	923.914	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	923.914	0
2.01.04.02	Debêntures	49.626	255.461
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	432	315
2.01.05	Outras Obrigações	33.001	73.141
2.01.05.02	Outros	33.001	73.141
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.564	52.569
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	19.916	18.227
2.01.05.02.07	Passivos Ambientais	1.665	1.562
2.01.05.02.08	Obrigações de Aquisições	4.833	0
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	5.023	783
2.01.06	Provisões	1.779	1.571
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.779	1.571
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	1.779	1.571
2.02	Passivo Não Circulante	2.075.357	1.693.535
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.494.374	1.190.794
2.02.01.02	Debêntures	1.494.017	1.190.461
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	357	333
2.02.02	Outras Obrigações	93.215	36.965
2.02.02.02	Outros	93.215	36.965
2.02.02.02.05	Obrigações de Aquisições	57.874	0
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	9.604	7.981
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	12.423	16.769
2.02.02.02.10	Obrigações Sociais e Trabalhistas	261	154
2.02.02.02.11	Passivos Ambientais	8.957	8.276
2.02.02.02.13	Outras Obrigações	4.096	3.785
2.02.03	Tributos Diferidos	413.864	393.757
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	413.864	393.757
2.02.04	Provisões	73.904	72.019
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	73.904	72.019
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	73.904	72.019
2.03	Patrimônio Líquido	1.563.474	1.578.099
2.03.01	Capital Social Realizado	416.646	416.646

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2.03.02	Reservas de Capital	198.294	198.072
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	186.570	186.570
2.03.02.04	Opções Outorgadas	2.319	2.097
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405
2.03.04	Reservas de Lucros	73.320	107.953
2.03.04.01	Reserva Legal	73.425	73.425
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	34.528
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-105	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	62.015	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	815.903	858.717
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.704	-3.289
2.03.08.01	Ajustes de Avaliação Atuarial	-3.289	-3.289
2.03.08.02	Hedge de Fluxo de Caixa	585	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	397.761	1.198.531	402.424	1.197.637
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-330.109	-736.197	-224.419	-679.599
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-182.608	-293.978	-84.124	-257.638
3.02.03	Encargos do uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-30.766	-90.005	-27.729	-83.024
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.694	-5.084	-1.715	-5.144
3.02.05	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-13.867	-39.599	-14.509	-56.261
3.02.07	Pessoal e Administradores	-24.766	-79.692	-26.270	-72.893
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.012	-3.146	-358	-671
3.02.09	Serviços de Terceiros	-27.853	-65.300	-26.936	-66.331
3.02.10	Material	-2.302	-8.698	-1.825	-5.590
3.02.12	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.616	-2.755	0	0
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-909	-1.150	615	-822
3.02.16	Depreciação e Amortização	-42.423	-120.717	-36.509	-117.324
3.02.17	Outras Receitas e Despesas	-4.525	-26.073	-5.059	-13.901
3.03	Resultado Bruto	67.652	462.334	178.005	518.038
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	10.105	9.467	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.105	9.467	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	77.757	471.801	178.005	518.038
3.06	Resultado Financeiro	-25.731	-88.640	-29.697	-100.901
3.06.01	Receitas Financeiras	29.810	68.747	24.754	70.685
3.06.02	Despesas Financeiras	-55.541	-157.387	-54.451	-171.586
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-56.849	-158.045	-53.929	-180.368
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	1.308	658	-522	8.782
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	52.026	383.161	148.308	417.137
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.082	-128.239	-50.462	-141.721
3.08.01	Corrente	-12.101	-94.367	-36.988	-104.430
3.08.02	Diferido	-1.981	-33.872	-13.474	-37.291
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	37.944	254.922	97.846	275.416

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	37.944	254.922	97.846	275.416
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01929	0,12958	0,04973	0,13999
3.99.01.02	PN	0,01929	0,12958	0,04973	0,13999
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,01867	0,12545	0,04836	0,13614
3.99.02.02	PN	0,01867	0,12545	0,04836	0,13614

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	37.944	254.922	97.846	275.416
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-414	585	0	0
4.02.01	Ganhos não Realizados em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa Originados no Período	-1.968	942	0	0
4.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Sobre Hedge de Fluxo de Caixa	669	-321	0	0
4.02.03	Ganhos Realizados em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa no Período	1.341	-55	0	0
4.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre Realização de Headge de Fluxo de Caixa	-456	19	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	37.530	255.507	97.846	275.416

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	581.626	462.757
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	517.552	542.168
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	254.922	275.416
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	128.794	115.316
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	2.009	2.008
6.01.01.05	Variação Monetária / Cambial	-3.437	23.768
6.01.01.06	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.755	0
6.01.01.08	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	3.873	822
6.01.01.09	Perdas não Realizadas em Operações de Hedge	549	0
6.01.01.10	Custo de Empréstimos e Debêntures (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	159.789	147.296
6.01.01.11	Despesas com Fundo de Pensão	2.613	610
6.01.01.12	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-63.221	-60.477
6.01.01.13	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	33.872	37.291
6.01.01.14	Ações e Opções de Ações Outorgadas	222	118
6.01.01.15	Baixa de Bens do Ativo	4.279	0
6.01.01.16	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9.467	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	189.848	325.020
6.01.02.01	Consumidores, Revendedores, Concessionárias e Permissionárias	-93.559	-118.263
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	442	-41.040
6.01.02.05	Outros Tributos Compensáveis	20.431	73.937
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-2.646	-2.681
6.01.02.08	Contas a Receber de Partes Relacionadas	4.920	266.944
6.01.02.09	Adiantamentos a Fornecedores	-15	0
6.01.02.10	Outros Créditos	-1.517	-7.813
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	441	2.987
6.01.02.12	Fornecedores	161.542	16.171
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	94.674	138.475
6.01.02.16	Outros Tributos a Pagar	1.779	-8.118
6.01.02.19	Encargos Setoriais	-1.186	4.174
6.01.02.20	Outras obrigações	4.542	247
6.01.03	Outros	-125.774	-404.431
6.01.03.01	Pagamento de Juros (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	-69.762	-114.889
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-92.105	-343.170
6.01.03.03	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-990	-1.137
6.01.03.04	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-820	-3.966
6.01.03.05	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	37.903	58.731
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.038.830	219.452
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-74.717	-70.285
6.02.03	Aplicações em Investimentos de Curto Prazo	-2.530.015	-3.041.861
6.02.04	Resgates de Investimentos de Curto Prazo	2.268.201	3.330.135
6.02.05	Aplicações / Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-129.088	1.463
6.02.06	Aumento de Capital em Controlada	-36.132	0

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
6.02.07	Aquisição de Investimento, Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa das Empresas Adquiridas	-531.000	0
6.02.08	Prêmio Pago - Opções de Compra de Moeda Estrangeira	-6.079	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	601.364	-675.474
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	1.900.000	0
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-321.254	-671.383
6.03.03	Imposto de Renda s/ Juros sobre Capital Próprio	-8.754	0
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-946.742	0
6.03.05	Custo de Empréstimos e Debentures (Custos de Transação)	-21.464	-3.836
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-317	-255
6.03.07	Compra de Ações em Tesouraria	-105	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	144.160	6.735
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	72.086	558
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	216.246	7.293

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	416.646	198.072	107.953	0	855.428	1.578.099
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	416.646	198.072	107.953	0	855.428	1.578.099
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	117	-34.528	-235.721	0	-270.132
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	222	0	0	0	222
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo	0	0	-34.528	0	0	-34.528
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-235.721	0	-235.721
5.04.10	Ações em Tesouraria	0	-105	0	0	0	-105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	254.922	585	255.507
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	254.922	0	254.922
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	585	585
5.05.02.08	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	887	887
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Headge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-302	-302
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	42.814	-42.814	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	64.869	-64.869	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-22.055	22.055	0
5.07	Saldos Finais	416.646	198.189	73.425	62.015	813.199	1.563.474

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	262.018	352.553	480.788	0	923.107	2.018.466
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	262.018	352.553	480.788	0	923.107	2.018.466
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	118	-428.384	-208.045	0	-636.311
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	118	0	0	0	118
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo	0	0	-428.384	0	0	-428.384
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-208.045	0	-208.045
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	275.416	0	275.416
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	275.416	0	275.416
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	154.628	-154.628	0	46.169	-46.169	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	69.953	-69.953	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-23.784	23.784	0
5.06.05	Aumento de Capital Mediante Capitalização Parcial de Reserva Especial de Ágio	154.628	-154.628	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	416.646	198.043	52.404	113.540	876.938	1.657.571

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
7.01	Receitas	1.355.225	1.351.831
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.357.788	1.351.701
7.01.02	Outras Receitas	192	130
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.755	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-533.175	-458.390
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-429.843	-372.959
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-77.062	-71.921
7.02.04	Outros	-26.270	-13.510
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-26.270	-13.510
7.03	Valor Adicionado Bruto	822.050	893.441
7.04	Retenções	-130.803	-117.324
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-130.803	-117.324
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	691.247	776.117
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	78.214	70.685
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.467	0
7.06.02	Receitas Financeiras	68.747	70.685
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	769.461	846.802
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	769.461	846.802
7.08.01	Pessoal	70.024	61.919
7.08.01.01	Remuneração Direta	63.299	57.586
7.08.01.02	Benefícios	3.146	671
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.579	3.662
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	286.303	336.999
7.08.02.01	Federais	261.545	316.414
7.08.02.02	Estaduais	24.753	20.573
7.08.02.03	Municipais	5	12
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	158.212	172.468
7.08.03.01	Juros	157.387	171.586
7.08.03.02	Aluguéis	825	882
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	254.922	275.416
7.08.04.02	Dividendos	235.721	208.045
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	19.201	67.371

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	6.636.869	4.099.579
1.01	Ativo Circulante	1.412.733	776.479
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	237.676	72.086
1.01.02	Aplicações Financeiras	792.318	505.531
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	792.318	505.531
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	792.318	505.531
1.01.03	Contas a Receber	289.941	151.817
1.01.03.01	Clientes	289.941	146.897
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	289.941	146.897
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	4.920
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	0	4.920
1.01.06	Tributos a Recuperar	70.996	44.346
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	70.996	44.346
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	70.150	23.378
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	846	20.968
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.626	683
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	18.176	2.016
1.01.08.03	Outros	18.176	2.016
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.964	0
1.01.08.03.03	Outros Créditos	2.916	1.373
1.01.08.03.04	Cauções e Depósitos Vinculados	670	643
1.01.08.03.05	Adiantamentos a Fornecedores	3.411	0
1.01.08.03.06	Conta de ressarcimento – CCEE/Distribuidoras	5.215	0
1.02	Ativo Não Circulante	5.224.136	3.323.100
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	369.039	177.942
1.02.01.03	Contas a Receber	13.075	13.075
1.02.01.03.01	Clientes	13.075	13.075
1.02.01.06	Tributos Diferidos	149.594	159.665
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.986	0
1.02.01.06.04	Tributos a Recuperar	145.608	159.665
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	206.370	5.202
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	204.023	4.465
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	531	698
1.02.01.09.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	452	0
1.02.01.09.09	Outros Créditos	92	39
1.02.01.09.10	Conta de Ressarcimento – CCEE/Distribuidoras	1.272	0
1.02.03	Imobilizado	4.620.194	3.089.307
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.493.020	2.946.768
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	4.495.702	2.949.450
1.02.03.01.02	Obrigações Especiais	-4.781	-4.781
1.02.03.01.03	Imóveis Destinados a Uso Futuro	2.099	2.099
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	686	600
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	126.488	141.939
1.02.04	Intangível	234.903	55.851
1.02.04.01	Intangíveis	234.903	55.851
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	32.964	34.973

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1.02.04.01.03	Gerado na Aquisição de Investimentos	191.306	0
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	10.633	20.878

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	6.636.869	4.099.579
2.01	Passivo Circulante	1.837.436	827.945
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.441	22.271
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	23.441	22.271
2.01.02	Fornecedores	609.339	411.782
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	609.339	411.782
2.01.03	Obrigações Fiscais	108.031	63.404
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	106.356	61.087
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	97.691	49.220
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	8.665	11.867
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.530	1.857
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	145	460
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.036.192	255.776
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	977.461	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	977.461	0
2.01.04.02	Debêntures	58.299	255.461
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	432	315
2.01.05	Outras Obrigações	58.654	73.141
2.01.05.02	Outros	58.654	73.141
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.564	52.569
2.01.05.02.04	Conta de ressarcimento – CCEE/Distribuidoras	20.098	0
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	19.916	18.227
2.01.05.02.07	Passivos Ambientais	4.001	1.562
2.01.05.02.09	Obrigações de aquisições	4.833	0
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	8.242	783
2.01.06	Provisões	1.779	1.571
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.779	1.571
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	1.779	1.571
2.02	Passivo Não Circulante	3.235.959	1.693.535
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.567.757	1.190.794
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	905.258	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	905.258	0
2.02.01.02	Debêntures	1.662.142	1.190.461
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	357	333
2.02.02	Outras Obrigações	131.356	36.965
2.02.02.02	Outros	131.356	36.965
2.02.02.02.04	Conta de Ressarcimento – CCEE/Distribuidoras	33.438	0
2.02.02.02.05	Obrigações de Aquisições	57.874	0
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	9.604	7.981
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	12.423	16.769
2.02.02.02.10	Obrigações Sociais e Trabalhistas	261	154
2.02.02.02.11	Passivos Ambientais	13.659	8.276
2.02.02.02.13	Outras Obrigações	4.097	3.785
2.02.03	Tributos Diferidos	414.251	393.757
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	414.251	393.757
2.02.04	Provisões	122.595	72.019

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	122.595	72.019
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	122.595	72.019
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.563.474	1.578.099
2.03.01	Capital Social Realizado	416.646	416.646
2.03.02	Reservas de Capital	198.294	198.072
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	186.570	186.570
2.03.02.04	Opções Outorgadas	2.319	2.097
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405
2.03.04	Reservas de Lucros	73.320	107.953
2.03.04.01	Reserva Legal	73.425	73.425
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	34.528
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-105	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	62.015	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	815.903	858.717
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.704	-3.289
2.03.08.01	Ajustes de Avaliação Atuarial	-3.289	-3.289
2.03.08.02	Hedge de Fluxo de Caixa	585	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	459.423	1.261.980	402.424	1.197.637
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-354.533	-763.441	-224.419	-679.599
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-183.303	-294.673	-84.124	-257.638
3.02.03	Encargos do uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-33.207	-92.446	-27.729	-83.024
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.694	-5.084	-1.715	-5.144
3.02.05	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-13.867	-39.599	-14.509	-56.261
3.02.07	Pessoal e Administradores	-25.841	-82.725	-26.270	-72.893
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.024	-3.169	-358	-671
3.02.09	Serviços de Terceiros	-33.504	-71.753	-26.936	-66.331
3.02.10	Material	-2.649	-9.093	-1.825	-5.590
3.02.12	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.616	-2.755	0	0
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-909	-1.150	615	-822
3.02.16	Depreciação e Amortização	-55.600	-133.894	-36.509	-117.324
3.02.17	Outras Receitas e Despesas	-5.551	-27.100	-5.059	-13.901
3.03	Resultado Bruto	104.890	498.539	178.005	518.038
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	104.890	498.539	178.005	518.038
3.06	Resultado Financeiro	-50.344	-113.186	-29.697	-100.901
3.06.01	Receitas Financeiras	30.562	69.568	24.754	70.685
3.06.02	Despesas Financeiras	-80.906	-182.754	-54.451	-171.586
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-82.214	-183.412	-53.929	-180.368
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	1.308	658	-522	8.782
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	54.546	385.353	148.308	417.137
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-16.602	-130.431	-50.462	-141.721
3.08.01	Corrente	-14.825	-97.091	-36.988	-104.430
3.08.02	Diferido	-1.777	-33.340	-13.474	-37.291
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	37.944	254.922	97.846	275.416
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	37.944	254.922	97.846	275.416
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	37.944	254.922	97.846	275.416

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01929	0,12958	0,04973	0,13999
3.99.01.02	PN	0,01929	0,12958	0,04973	0,13999
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,01867	0,12545	0,04836	0,13614
3.99.02.02	PN	0,01867	0,12545	0,04836	0,13614

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	37.944	254.922	97.846	275.416
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-414	585	0	0
4.02.01	Ganhos não Realizados em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa Originados no Período	-1.968	942	0	0
4.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Sobre Hedge de Fluxo de Caixa	669	-321	0	0
4.02.03	Ganhos Realizados em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa no Período	1.341	-55	0	0
4.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre Realização de Headge de Fluxo de Caixa	-456	19	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	37.530	255.507	97.846	275.416
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	37.530	255.507	97.846	275.416

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	565.558	462.757
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	559.950	542.168
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	254.922	275.416
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	141.971	115.316
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	2.009	2.008
6.01.01.05	Variação Monetária / Cambial	-4.135	23.768
6.01.01.06	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.755	0
6.01.01.08	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	3.968	822
6.01.01.10	Custo de Empréstimos e Debêntures (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	180.694	147.296
6.01.01.11	Despesas com Fundo de Pensão	2.613	610
6.01.01.12	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-63.361	-60.477
6.01.01.13	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	33.464	37.291
6.01.01.14	Ações e Opções de Ações Outorgadas	222	118
6.01.01.15	Baixa de Bens do Ativo	4.279	0
6.01.01.16	Perdas não Realizadas em Operações de Hedge	549	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	153.075	325.020
6.01.02.01	Consumidores, Revendedores, Concessionárias e Permissionárias	-113.931	-118.263
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	432	-41.040
6.01.02.05	Outros Tributos Compensáveis	23.670	73.937
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-2.532	-2.681
6.01.02.08	Contas a Receber de Partes Relacionadas	4.920	266.944
6.01.02.09	Adiantamentos a Fornecedores	-3.411	0
6.01.02.10	Outros Créditos	-565	-7.813
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.277	2.987
6.01.02.12	Fornecedores	158.579	16.171
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	95.113	138.475
6.01.02.16	Outros Tributos a Pagar	-2.546	-8.118
6.01.02.19	Encargos Setoriais	-1.186	4.174
6.01.02.20	Outras obrigações	-6.745	247
6.01.03	Outros	-147.467	-404.431
6.01.03.01	Pagamento de Juros (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	-89.166	-114.889
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-94.421	-343.170
6.01.03.03	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-990	-1.137
6.01.03.04	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-820	-3.966
6.01.03.05	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	37.930	58.731
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.016.685	219.452
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-74.717	-70.285
6.02.02	Aquisição de Investimento, Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa das Empresas Adquiridas	-527.380	0
6.02.03	Aplicações em Investimentos de Curto Prazo	-2.535.470	-3.041.861
6.02.04	Resgates de Investimentos de Curto Prazo	2.270.473	3.330.135
6.02.05	Aplicações / Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-143.512	1.463

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
6.02.07	Prêmio pago - Opções de Compra de Moeda Estrangeira	-6.079	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	616.717	-675.474
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	1.924.423	0
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-321.254	-671.383
6.03.03	Imposto de Renda s/ Juros sobre Capital Próprio	-8.754	0
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-955.812	0
6.03.05	Custo de Empréstimos e Debentures (Custos de Transação)	-21.464	-3.836
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-317	-255
6.03.07	Compra de Ações em Tesouraria	-105	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	165.590	6.735
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	72.086	558
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	237.676	7.293

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	416.646	198.072	107.953	0	855.428	1.578.099	0	1.578.099
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	416.646	198.072	107.953	0	855.428	1.578.099	0	1.578.099
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	117	-34.528	-235.721	0	-270.132	0	-270.132
5.04.01	Aumentos de Capital	0	222	0	0	0	222	0	222
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo	0	0	-34.528	0	0	-34.528	0	-34.528
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-235.721	0	-235.721	0	-235.721
5.04.10	Ações em Tesouraria	0	-105	0	0	0	-105	0	-105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	254.922	585	255.507	0	255.507
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	254.922	0	254.922	0	254.922
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	585	585	0	585
5.05.02.08	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	887	887	0	887
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Headge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-302	-302	0	-302
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	42.814	-42.814	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	64.869	-64.869	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-22.055	22.055	0	0	0
5.07	Saldos Finais	416.646	198.189	73.425	62.015	813.199	1.563.474	0	1.563.474

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	262.018	352.553	480.788	0	923.107	2.018.466	0	2.018.466
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	262.018	352.553	480.788	0	923.107	2.018.466	0	2.018.466
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	118	-428.384	-208.045	0	-636.311	0	-636.311
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	118	0	0	0	118	0	118
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo	0	0	-428.384	0	0	-428.384	0	-428.384
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-208.045	0	-208.045	0	-208.045
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	275.416	0	275.416	0	275.416
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	275.416	0	275.416	0	275.416
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	154.628	-154.628	0	46.169	-46.169	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	69.953	-69.953	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-23.784	23.784	0	0	0
5.06.05	Aumento de Capital Mediante Capitalização Parcial de Reserva Especial de Ágio	154.628	-154.628	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	416.646	198.043	52.404	113.540	876.938	1.657.571	0	1.657.571

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
7.01	Receitas	1.421.262	1.351.831
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.420.606	1.351.701
7.01.02	Outras Receitas	3.411	130
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.755	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-543.844	-458.390
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-432.979	-372.959
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-84.019	-71.921
7.02.04	Outros	-26.846	-13.510
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	0	-13.510
7.03	Valor Adicionado Bruto	877.418	893.441
7.04	Retenções	-143.980	-117.324
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-143.980	-117.324
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	733.438	776.117
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	69.568	70.685
7.06.02	Receitas Financeiras	69.568	70.685
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	803.006	846.802
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	803.006	846.802
7.08.01	Pessoal	72.639	61.919
7.08.01.01	Remuneração Direta	65.726	57.586
7.08.01.02	Benefícios	3.169	671
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.744	3.662
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	291.420	336.999
7.08.02.01	Federais	266.595	316.414
7.08.02.02	Estaduais	24.757	20.573
7.08.02.03	Municipais	68	12
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	184.025	172.468
7.08.03.01	Juros	182.753	171.586
7.08.03.02	Aluguéis	1.272	882
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	254.922	275.416
7.08.04.02	Dividendos	235.721	208.045
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	19.201	67.371

## Comentário do Desempenho



## 1. Perfil

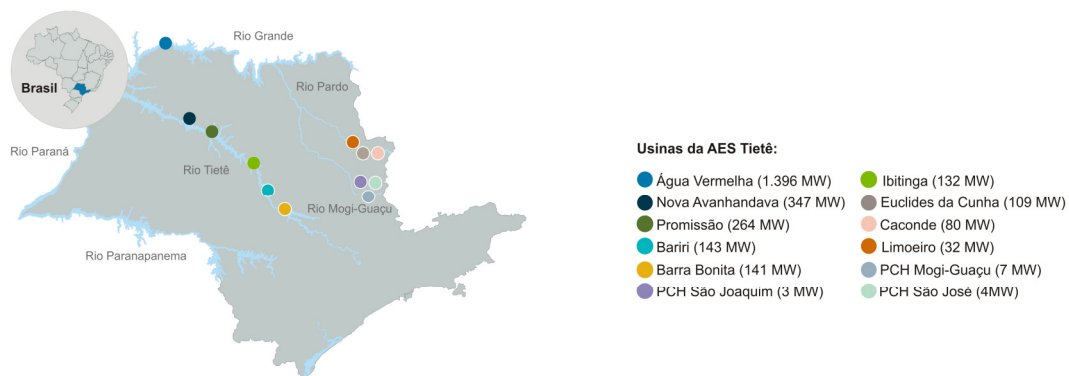
A AES Tietê Energia, uma das geradoras do grupo AES Brasil, é uma Companhia de capital aberto com ações listadas na B3 e está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público, na produção e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia.

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

Com um parque gerador formado por nove usinas hidrelétricas e três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), a Companhia atua no Brasil desde 1999 na geração e na comercialização de energia elétrica. A Companhia tem capacidade instalada de 2.658,5 MW e garantia física bruta de 1.277,9 MW.

As concessões das usinas hidrelétricas da AES Tietê Energia e da PCH Mogi-Guaçu vencem em 2029 e as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032.

As usinas da Companhia estão localizadas nos Rios Tietê, Pardo, Grande e Mogi-Guaçu, conforme demonstrado no mapa a seguir:



## Comentário do Desempenho



Em agosto de 2017, a Companhia concluiu a aquisição do complexo Alto Sertão II (“Complexo Eólico Alto Sertão II”) composto por 15 Sociedades de Propósito Específico e 2 holdings. O Complexo Eólico Alto Sertão II está localizado no Estado da Bahia, possui capacidade instalada total de 386,1 MW, prazo de autorização de funcionamento de 35 anos e energia contratada por 20 anos, por meio do leilão de energia de reserva e leilão de energia nova realizados em 2010 e 2011, cujos contratos expiram em 2033 e 2035, respectivamente.



## 2. Energia gerada

No 9M17, o volume total de energia gerada pelas usinas da Companhia atingiu 8.826 GWh, 10,6% inferior ao mesmo período de 2016. A variação é consequência da piora das afluições no SIN no 9M17 em comparação com o mesmo período em 2016 (73,5% no 9M17 vs. 89,2% em 9M16 em relação à média histórica).

Geração (Usinas) - GWh	9M17	9M16	Var (%)
<b>Energia Gerada Bruta</b>	<b>8.826</b>	<b>9.869</b>	<b>-10,6%</b>
Água Vermelha (Sen. José Ermínio de Moraes)	4.350	5.036	-13,6%
Bariri (Álvaro de Souza Lima)	555	587	-5,5%
Barra Bonita	472	491	-3,9%
Caconde	222	269	-17,5%
Euclides da Cunha	293	235	24,7%
Ibitinga	580	601	-3,5%
Limoeiro (Armando Salles de Oliveira)	348	113	208,0%
Nova Avanhandava	1.211	1.386	-12,6%
Promissão (Mário Lopes Leão)	771	1.124	-31,4%
Mogi / S. Joaquim / S. José	24	27	-11,1%

## Comentário do Desempenho



Os parques do Complexo Eólico Alto Sertão II geraram no período de agosto e setembro de 2017 329 Gwh.

### 2.1. Desempenho econômico-financeiro

A Companhia está apresentando as informações consolidadas de 30 de setembro de 2017, comparadas com as informações individuais de 30 de setembro de 2016.

Em milhares de reais	9M17	9M16	Var. R\$	Var. %
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>1.424.015</b>	<b>1.351.831</b>	<b>72.184</b>	<b>5,3%</b>
Deduções da receita operacional bruta	(162.035)	(154.194)	(7.841)	5,1%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.261.980</b>	<b>1.197.637</b>	<b>64.343</b>	<b>5,4%</b>
Custos e despesas operacionais	(763.441)	(679.599)	(83.842)	12,3%
<b>Resultado do serviço</b>	<b>498.539</b>	<b>518.038</b>	<b>(19.499)</b>	<b>-3,8%</b>
Resultado financeiro	(113.186)	(100.901)	(12.285)	12,2%
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>385.353</b>	<b>417.137</b>	<b>(31.784)</b>	<b>-7,6%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(130.431)	(141.721)	11.290	-8,0%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>254.922</b>	<b>275.416</b>	<b>(20.494)</b>	<b>-7,4%</b>

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia auferiu um lucro líquido no montante de R\$254.922 ante um lucro líquido de R\$275.416 no mesmo período do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram a redução de 7,4% do resultado da Companhia.

### 2.2. Receita operacional líquida

	9M17		9M16		GWh	R\$
	GWh	R\$	GWh	R\$	Var. %	Var. %
<b>Receita Fonte Hidráulica</b>						
Leilão - Eletropaulo	123	18.511	320	45.426	-61,7%	-59,3%
Leilão - Outras empresas	193	29.218	239	33.876	-19,3%	-13,8%
Contratos bilaterais	7.670	1.222.394	8.210	1.196.751	-6,6%	2,1%
CCEE						
MRE	1.964	20.561	2.926	35.820	-32,9%	-42,6%
Mercado de curto prazo (SPOT)	262	62.115	402	33.235	-34,7%	86,9%
Outros	-	4.989	-	6.593	-	-24,3%
Outras receitas	-	190	-	130	-	46,2%
<b>Receita Fonte Eólica e Serviços</b>						
LER 2010	131	19.623	-	-		
LEN 2011	6	538	-	-		
Renova comercializadora	148	21.934	-	-		
Mercado de curto prazo (SPOT)	38	20.723	-	-		
Outras receitas	-	3.219	-	-		
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>10.535</b>	<b>1.424.015</b>	<b>12.096</b>	<b>1.351.831</b>	<b>-12,9%</b>	<b>5,3%</b>
Deduções da receita operacional bruta		(162.035)		(154.194)		5,1%
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>1.261.980</b>		<b>1.197.637</b>		<b>5,4%</b>

## Comentário do Desempenho



O aumento de 5,4% da receita operacional líquida é explicado principalmente pelo:

- aumento da receita líquida no montante de R\$60.590 proveniente da aquisição dos parques do Complexo Eólico Auto Sertão II equivalente aos meses de agosto e setembro de 2017;
- aumento de receita proveniente da venda no mercado spot no montante de R\$28.880, principalmente em função do maior preço médio do PLD no período no submercado SE/CO (R\$299,4/MWh no 9M17 ante R\$71,06/MWh no 9M16) e ao menor nível de contratação em 2017;
- aumento dos contratos bilaterais no montante de R\$25.643, em função da maior preço vigente no período (R\$156 no 9M17 ante R\$143 no 9M16), parcialmente compensado pelo menor volume vendido 7.670 GWh no 9M17 ante 8.210 GWh no 9M16, devido à redução do nível de contratação de 88% para 79% em 2017;

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- redução na energia vendida para o leilão A-1 devido às rescisões de contratos no montante de R\$31.573, principalmente devido ao rompimento de contrato de comercialização de energia elétrica celebrado entre a Eletropaulo e a Companhia no montante de R\$26.915;
- redução de R\$ 15.259 da receita proveniente da energia vendida no MRE na comparação com o mesmo período anterior, em função, principalmente, ao menor volume de geração averiguado no período.
- aumento nas deduções da receita bruta em 5,1% ou R\$7.841 quando comparado com o mesmo período do ano anterior, explicado principalmente pelo incremento da despesa com ICMS devido ao maior preço médio dos contratos bilaterais e operações realizadas em estados com alíquota superior, somado ao aumento das despesas com PIS/COFINS, principalmente devido às maiores vendas no mercado spot e maior preço dos outros contratos bilaterais.

## Comentário do Desempenho



## 2.3. Custos e despesas operacionais

Em milhares de reais	Reclassificado			
	9M17	9M16	Var. R\$	Var. %
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>(431.802)</b>	<b>(402.067)</b>	<b>(29.735)</b>	<b>7,4%</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(294.673)	(257.638)	(37.035)	14,4%
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(92.446)	(83.024)	(9.422)	11,3%
Taxa de fiscalização	(5.084)	(5.144)	60	-1,2%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(39.599)	(56.261)	16.662	-29,6%
<b>Custo de operação</b>	<b>(331.639)</b>	<b>(277.532)</b>	<b>(54.107)</b>	<b>19,5%</b>
Pessoal e administradores	(82.725)	(72.893)	(9.832)	13,5%
Material e serviços de terceiros	(80.846)	(71.921)	(8.925)	12,4%
Entidade de previdência privada	(3.169)	(671)	(2.498)	372,3%
Depreciação e amortização	(133.894)	(117.324)	(16.570)	14,1%
Outros	(31.005)	(14.723)	(16.282)	110,6%
<b>Total dos custos e despesas operacionais</b>	<b>(763.441)</b>	<b>(679.599)</b>	<b>(83.842)</b>	<b>12,3%</b>

Os custos e despesas operacionais no período findo em 30 de setembro de 2017 apresentaram um aumento de R\$83.842 ou 12,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, explicada principalmente por:

- aumento de 14,4% ou R\$37.035 no custo com energia comprada para revenda, ocasionado principalmente pelo maior volume e preço médio dos contratos bilaterais devido à estratégia de contratação adotada no período e pelo maior rebaixamento médio de 16,6% em 2017 ante 13,4% em 2016, compensado parcialmente pela redução da garantia física em função da sazonalidade no 9M17, maior lastro devido à estratégia de contratação e pelo menor custo com exposição financeira;
- aumento de 23,4% ou R\$37.537 no PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) ocasionado principalmente em função (i) aumento de despesa com pessoal no montante de R\$9.832, principalmente devido ao reajuste salarial de 9,3% a partir de junho de 2016 e à reestruturação do quadro de funcionários da Companhia que visa trazer maior agilidade no processo decisório; (ii) do reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$2.755, em função das incertezas quanto ao recebimento dos valores; (iii) rescisão do contrato de comercialização de energia elétrica celebrado entre a Eletropaulo e a Companhia no leilão A-1, originando um ônus tarifário no montante de R\$7.738; (iv) perda na baixa de ativos imobilizados e intangíveis, no montante de R\$4.487, e (v) custos com a aquisição de novos negócios no montante de R\$10.761.
- aumento da depreciação e amortização no montante de R\$16.570, principalmente devido ao menor reconhecimento de créditos de PIS/COFINS, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, somado ao aumento da depreciação devido às adições no imobilizado no período.

## Comentário do Desempenho



Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- redução da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos em 29,6% (R\$39.599 no 9M17 ante R\$56.261 no 9M16), explicada principalmente pela queda no preço da Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada em R\$72,20 no 9M17 e R\$93,35 no 9M16, somada à redução da energia gerada;

### 2.4. Resultado financeiro

No 9M17 o resultado financeiro líquido consolidado totalizou uma despesa de R\$113.186 ou 12,2% superior à despesa apresentada no 9M16, no montante de R\$100.901. Contribuiu para esse desempenho:

- maiores encargos de dívida no montante de R\$25.480, principalmente em função do reconhecimento de encargos financeiros no montante de R\$15.345, oriundo das dívidas das empresas adquiridas do Complexo Eólico Alto Sertão II, somado ao maior saldo de dívida devido à 3ª emissão de Nota Promissória da Companhia em junho de 2017 e à baixa do saldo do custo diferido referente ao pré-pagamento da 2ª e 3ª Emissão de Debêntures e da 2ª série da 4ª Emissão de Debêntures, no montante de R\$7.943, compensando parcialmente pela menor taxa média do CDI (de 10,91%, no 9M17 ante 14,13% no 9M16);
- pagamento de prêmio de resgate antecipado no montante de R\$7.639 em função do pré-pagamento da 2ª e 3ª Emissão de Debêntures e da 2ª série da 4ª Emissão de Debêntures, o que não ocorreu no 9M16;
- redução do ganho nas variações cambiais decorrente da menor valorização do Real frente ao Dólar no ano de 2017 (-10,70%), quando comparado ao mesmo período de 2016, sobre processo judicial que discute a aquisição obrigatória pela Companhia de energia oriunda de Itaipu;
- recebimento de multa processual durante o período de 2016 referente processo movido em 2005 pela Companhia contra Furnas Centrais Elétricas S/A (“Furnas”) no montante de R\$6.200;

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- aumento da receita de juros sobre aplicações financeiras (R\$70.499 no 9M17 ante R\$61.216 no 9M16), devido principalmente ao maior saldo médio das aplicações financeiras no período, compensando à menor taxa de juros entre os períodos comparados, visto que no 9M17 a taxa média do CDI foi de 10,91%, enquanto que no 9M16 foi de 14,13%;

## Comentário do Desempenho



- ganho devido ao índice negativo do IGPM na atualização monetária da liminar obtida na discussão do rebaixamento de R\$30.516 no 9M17, ante uma perda de R\$22.816 registrada no 9M16 devido à correção retroativa desde Junho de 2015.

### 2.5. Imposto de renda e contribuição social

Redução de R\$11.290 ou 8,0% das despesas com imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) sobre o resultado do 9M17 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento se deve principalmente ao menor lucro tributável apurado no 9M17, o qual foi inferior em 7,6%.

### 2.6. Lucro líquido do período

O lucro líquido no 9M17 foi de R\$254.922, representando uma redução de 7,4% ou R\$20.494 em relação ao mesmo período do ano anterior, quando a Companhia teve um lucro líquido de R\$275.416. Esta redução deve-se aos fatores anteriormente mencionados.

## Notas Explicativas

### 1 Estratégia de crescimento

---

Durante o terceiro trimestre de 2017, a Companhia concluiu a aquisição do complexo Alto Sertão II (“Complexo Eólico Alto Sertão II”), do Parque Solar Boa Hora (“Projeto Boa Hora”) e assinou o Acordo de investimento relativo à construção do Complexo Bauru Solar (“Complexo Bauru”). As transações estão alinhadas com a estratégia da Companhia de, até 2020, compor 50% de seu EBITDA com fontes não hidráulicas, com contratos regulados de compra de energia de longo prazo.

#### 1.1 Combinação de negócios pela aquisição de conjunto de parques eólicos

Em 18 de abril de 2017, a Companhia celebrou com a Renova Energia S.A. (“Renova”) um contrato de compra e venda da totalidade das ações da Nova Energia Holding S.A. (“Nova Energia”), detentora, por meio da Renova Eólica Participações S.A. (“Renova Eólica”), do Complexo Eólico Alto Sertão II, composto por 15 Sociedades de Propósito Específico, individualmente apresentadas na nota explicativa nº 2.1.

O Complexo Eólico Alto Sertão II está localizado no Estado da Bahia, possui capacidade instalada total de 386,1 MW, prazo de autorização de funcionamento de 35 anos e energia contratada por 20 anos, por meio do leilão de energia de reserva e leilão de energia nova realizados em 2010 e 2011, cujos contratos expiram em 2033 e 2035, respectivamente.

Em 17 de maio de 2017, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) concedeu aprovação desta aquisição.

Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas ocorrida em 29 de maio de 2017, foi deliberada a aprovação da operação, nos termos do art. 256, §1º da Lei das S.A e CVM 358/02, sendo conferido aos acionistas dissidentes o direito de recesso.

O período para o exercício do direito de recesso dos acionistas da Companhia que não concordassem com a operação encerrou no dia 30 de junho de 2017, sendo que acionistas titulares de 36 ações ordinárias, 389 ações preferenciais e 30.314 *units* de emissão da Companhia efetivamente exerceram o seu direito de retirada. Assim, o valor total do reembolso pago em 10 de julho de 2017 aos acionistas dissidentes da Companhia foi de R\$105, sendo considerado R\$0,68974739550 por ação ordinária e preferencial, equivalente a R\$3,44873697750 por *unit* de emissão da Companhia.

Em 28 de julho de 2017, a aquisição foi aprovada pela totalidade dos credores do Complexo Alto Sertão II.

O processo de aquisição foi concluído em 03 de agosto de 2017, após todas as condições precedentes da operação terem sido atendidas, data em que o controle direto da Nova Energia foi assumido pela Companhia e a titularidade de todas as ações foi transferida, sendo a contraprestação transferida da seguinte forma: (i) R\$436.147 pago em transferência bancária, (ii) R\$19.853 depositado judicialmente em nome da Renova, (iii) R\$4.833 registrado na rubrica “Obrigações de aquisições” do passivo circulante referente à quitação de ajustes de capital de giro, sujeitos a possíveis alterações decorrentes da finalização do processo de auditoria das informações financeiras do fechamento (data base de 31 de julho de 2017) por auditores independentes e (iv)

## Notas Explicativas

R\$57.874 registrados na rubrica “Obrigações de aquisições” no passivo não circulante, composto por R\$29.095 relativo a indenizações gerais dos vendedores e litígios e R\$28.779 correspondente à contraprestação contingente (*earn-out payment*), totalizando um montante de R\$518.707. Em 30 de setembro de 2017, as despesas incorridas na aquisição, no montante de R\$10.761, foram reconhecidas no resultado da Companhia, na rubrica “Serviços de terceiros”, não fazendo parte do custo de aquisição.

O Preço de Aquisição poderá sofrer acréscimo de até R\$100.000 sob a forma de contraprestação contingente (*earn-out payment*), se o desempenho do Complexo Alto Sertão II, apurado após período de cinco anos contados da data do fechamento da operação, exceder a referência mínima assumida de 170,6 MW médio limitado a 181,6MW médio. Desta forma, a Administração da Companhia, com base em avaliação de projeções de performance, concluiu que deveria incluir no valor do preço de compra a contraprestação contingente, conforme citado acima, registrado na rubrica “Obrigações de aquisições” do passivo não circulante.

Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a Companhia passou a deter o controle da Nova Energia. De acordo com o CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

A aquisição da Nova Energia teve efeito a partir de 31 de julho de 2017, conforme estipulado em documento denominado Memorando de Fechamento, assinado entre as partes em 03 de agosto de 2017. Com isso, os efeitos desta aquisição afetaram o resultado consolidado das operações da Companhia a partir de 1º de agosto de 2017, sendo que o patrimônio líquido da Nova Energia foi avaliado pelo seu valor justo em 31 de julho de 2017 com base no laudo econômico financeiro preliminar, emitido por empresa de avaliação independente.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do valor justo dos ativos e passivos da compra da Nova Energia na data de aquisição:

	<u>Valor Contábil</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Valor Justo</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3.619	-	3.619
Contas a receber de clientes	30.865	-	30.865
Cauções e depósitos vinculados	53.892	-	53.892
Imobilizado	1.600.797	(8.568) (i)	1.592.229
Intangível (licença)	-	116.306 (ii)	116.306
Outros ativos	12.763	-	12.763
<b>Valor justo dos ativos</b>	<b>1.701.936</b>	<b>107.738</b>	<b>1.809.674</b>
Fornecedores	55.234	-	55.234
Provisões para processos judiciais e outros	22.265	26.426 (i)	48.691
Empréstimos e financiamentos	939.338	6.624 (iii)	945.962
Debêntures	172.788	-	172.788
Outros passivos	68.292	-	68.292
<b>Valor justo dos passivos</b>	<b>1.257.917</b>	<b>33.050</b>	<b>1.290.967</b>
<b>Valor justo dos ativos líquidos</b>	<b>444.019</b>	<b>74.688</b>	<b>518.707</b>
Saldo de caixa na aquisição da controlada			3.619
Contraprestação transferida			(518.707)
<b>Caixa líquido por aquisição da Nova Energia</b>			<b>(515.088)</b>

## Notas Explicativas

- (i) Na data da aquisição, foi identificado um passivo contingente com o valor justo de R\$48.691, resultado de dois procedimentos arbitrais movidos contra a Renova Energia S.A. e as 15 SPE's relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II por fornecedores contratados na época da construção do parque eólico (vide nota explicativa nº 20.1 (e)). Em 31 de julho de 2017, parte dos saldos em discussão nas arbitragens, no montante de R\$8.568, estavam registrados como adiantamento de fornecedores apresentados na rubrica de imobilizado no balanço de aquisição da adquirida.
- (ii) O ativo intangível gerado na combinação de negócios no valor de R\$116.306 corresponde ao direito de exploração de autorização e será amortizado com base no prazo remanescente de autorização. Nas informações contábeis individuais, o direito de exploração de autorização está apresentado na rubrica de investimentos. Já nas informações contábeis consolidadas, está apresentado como intangível (vide nota explicativa nº 13).
- (iii) Na data de aquisição o saldo de empréstimos e financiamento foi ajustado pelos custos de emissão de empréstimos e financiamento capitalizados pela adquirida.

A contabilização inicial da aquisição foi preliminarmente apurada em 31 de julho de 2017 com base na melhor estimativa da Companhia, que considerou premissas e metodologia apropriadas para essa finalidade. Essa contabilização considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia, e está sujeita a eventuais modificações decorrentes de fatos existentes na data da aquisição e que possam vir ao conhecimento da Administração durante o período de ajuste de até um ano após a data de aquisição, conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 15 (R1).

No período de 2 meses findo em 30 de setembro de 2017, a receita operacional líquida e o lucro líquido do período, gerados pelas empresas do Complexo Eólico Alto Sertão II e incluídos na demonstração consolidada do resultado da Companhia representa R\$60.591 e R\$10.448, respectivamente.

Se a combinação de negócios tivesse ocorrido em 01.01.2017, a demonstração do resultado seria conforme o quadro a seguir. As informações de receita operacional líquida e lucro líquido do período foram obtidas mediante a agregação dos valores derivados dos registros contábeis da Companhia e da adquirida Nova Energia. Adicionalmente, está sendo apresentada a demonstração do resultado combinado dos últimos doze meses, também resultado da agregação dos valores derivados dos registros contábeis das companhias, e relativos ao período de 01 de outubro de 2016 a 30 de setembro 2017.

## Notas Explicativas

	Consolidado AES Tietê Energia	Complexo Eólico Alto Sertão II <sup>(*)</sup>	Combinado de 9 meses	Consolidado AES Tietê Energia	Complexo Eólico Alto Sertão II <sup>(*)</sup>	Combinado de 12 meses
	01.01.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 31.07.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.10.2016 a 30.09.2017	01.10.2016 a 31.07.2017	01.10.2016 a 30.09.2017
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>1.261.980</b>	<b>190.106</b>	<b>1.452.086</b>	<b>1.625.691</b>	<b>258.147</b>	<b>1.883.838</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>						
Custo com Energia Elétrica	(431.802)	(47.333)	(479.135)	(541.931)	(75.111)	(617.042)
Custo de Operação	(194.576)	(35.550)	(230.126)	(278.166)	(43.332)	(321.498)
Entidade de previdência privada	(3.169)	-	(3.169)	(3.840)	-	(3.840)
Depreciação e amortização	(133.894)	(46.109)	(180.003)	(176.876)	(65.867)	(242.743)
<b>TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS</b>	<b>(763.441)</b>	<b>(128.992)</b>	<b>(892.433)</b>	<b>(1.000.813)</b>	<b>(184.310)</b>	<b>(1.185.123)</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>498.539</b>	<b>61.114</b>	<b>559.653</b>	<b>624.878</b>	<b>73.837</b>	<b>698.715</b>
Resultado financeiro	(113.186)	(96.154)	(209.340)	(148.086)	(128.070)	(276.156)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>385.353</b>	<b>(35.040)</b>	<b>350.313</b>	<b>476.792</b>	<b>(54.233)</b>	<b>422.559</b>
Total dos tributos sobre o lucro	(130.431)	(5.855)	(136.286)	(138.753)	(7.981)	(146.734)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do período</b>	<b>254.922</b>	<b>(40.895)</b>	<b>214.027</b>	<b>338.039</b>	<b>(62.214)</b>	<b>275.825</b>

(\*) Os resultados referentes aos períodos de 3 meses findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de março de 2017 foram objeto de revisão de outros auditores independentes.

### 1.2 Compra de ativos do Parque Solar Boa Hora

Em 01 de agosto de 2017 a Companhia assinou o contrato de compra de ações para aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de três sociedades de propósito específico localizadas no Município de Tacaimbó, Estado de Pernambuco, detentoras de autorizações para a construção de usinas de fonte fotovoltaica (“Complexo Solar” ou “Boa Hora”), tendo como vendedoras as empresas European Energy A/S, Eólica Tecnologia Ltda. e Solar Tecnologia Ltda. O processo de aquisição foi concluído em 25 de setembro de 2017.

O Complexo Solar foi outorgado no 8º Leilão de Energia de Reserva (“LER”) realizado em 13 de novembro de 2015 com energia contratada por 20 anos a R\$291,75/MWh, com início de operação comercial previsto para 01 de novembro de 2018, com capacidade total projetada 75 MWac e investimento estimado de aproximadamente de R\$300.000.

O valor total da aquisição foi de R\$75.000, sujeito a ajustes usuais em operações dessa natureza, o que as Partes esperam que ocorra em 45 dias após a data do fechamento da Operação, pago com recursos disponíveis em caixa.

Em 02 de agosto de 2017, a Companhia protocolou na Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) pedido de alteração das características técnicas do projeto, que originalmente possui autorização para construção do Estado do Pernambuco. A Companhia solicitou à ANEEL a transferência do Complexo Solar, com o objetivo de construí-lo em terreno no Estado de São Paulo, na cidade de Ouroeste, localizado a 3 km de uma das usinas hidrelétricas da Companhia, a Usina Água Vermelha. Com a aprovação da referida alteração, a Companhia aumentará a capacidade instalada do sistema de geração da Companhia no Estado de São Paulo.

Caso o pedido de transferência do Complexo Solar para o Estado de São Paulo não seja aceito, a Companhia seguirá com a construção do mesmo no Município de Tacaimbó, no Estado de Pernambuco.

## Notas Explicativas

A transação não ultrapassa o limite previsto no art. 256 da Lei das S.A., razão pela qual não será necessária a ratificação da transação por Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para tanto.

O Parque Solar Boa Hora está em estágio de desenvolvimento e tem previsão de início das operações comerciais para novembro de 2018, sendo que na data da transação, a Companhia efetivamente obteve os direitos de seus contratos relevantes, incluindo os direitos contratuais de venda de energia e direito de exploração de autorização. Em função deste conjunto de ativos intangíveis adquiridos incluir apenas determinados “inputs” necessários para eventualmente operar o negócio e não estão gerando “outputs”, assim como não incluir qualquer força de trabalho ou outros processos importantes para poder gerar resultados, a Companhia entende que os ativos adquiridos não constituem um negócio. Dessa forma, a aquisição não foi identificada como uma combinação de negócios e a Companhia reconheceu em suas informações contábeis consolidadas a aquisição de ativos intangíveis de direitos contratuais de venda de energia no valor de R\$60.000 e de direito de exploração de autorização no valor de R\$15.000 (vide nota explicativa nº 13).

### 1.3 Acordo de investimento do Complexo Bauru Solar

Em de 25 de setembro de 2017 foi assinado um acordo de investimento com a Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. (“Cobra do Brasil”), subsidiária brasileira do grupo espanhol ACS Group, sujeito ao cumprimento de condições precedentes específicas. O montante total acordado para a transação é de R\$650.000, montante este que inclui investimento e preço para eventual aquisição de participação acionária, ambos sujeitos ao cumprimento de condições precedentes e a ajustes usuais neste tipo de operação.

A Companhia realizará investimentos no montante equivalente de até R\$470.000 em debêntures não conversíveis em ações a serem emitidas até março de 2018, por 5 sociedades de propósito específico, todas subsidiárias da Cobra do Brasil. Os recursos das debêntures serão utilizados pelas SPEs para financiar a construção, pela Cobra do Brasil, de usinas de fonte solar fotovoltaica no município de Guaimbê, no Estado de São Paulo (“Complexo Bauru Solar”).

Caso todas as condições precedentes sejam cumpridas, a Companhia realizará novo investimento por meio de subscrição e integralização de aumento de capital no valor de R\$165.000, nas SPEs e, por fim, adquirirá a totalidade das ações das SPEs pertencentes à Cobra do Brasil pelo montante de R\$15.000, sujeito a ajustes usuais neste tipo de operação.

As autorizações para implementação do Complexo Bauru Solar foram outorgadas às SPEs após o 6º Leilão de Energia de Reserva realizado em 31 de outubro de 2014, com energia contratada por 20 anos ao preço médio de R\$218,85/MWh (data-base outubro de 2014), com capacidade total projetada de 180 MWp (150 MWca) e início de operação comercial previsto para maio de 2018.

O Complexo Bauru Solar expande em 6% a atual capacidade instalada da Companhia no Estado de São Paulo, buscando assim, oportunidades em São Paulo para cumprir de sua obrigação de expansão.

## Notas Explicativas

Considerando que o processo de emissão e subscrição das debêntures não foi concluído até a data de fechamento das informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2017 ora apresentadas, não foram incluídos quaisquer efeitos contábeis decorrentes dessa transação.

### 2 Informações gerais

A AES Tietê Energia S.A. (“Tietê” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, cuja sede está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de duração de 30 anos vencendo em 2029, assim como a concessão da PCH Mogi-Guaçu. Já as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

O parque gerador da Companhia está composto pelas seguintes usinas:

Parque Gerador	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
<b>Usinas Hidrelétricas (UHE) (*)</b>				
Água Vermelha	1978	6	1.396,2	746,0
Nova Avanhandava	1982	3	347,4	139,0
Promissão	1975	3	264,0	104,0
Bariri	1969	3	143,1	66,0
Barra Bonita	1963	4	140,8	45,0
Ibitinga	1969	3	131,5	74,0
Euclides da Cunha	1960	4	108,9	49,0
Caconde	1966	2	80,5	33,0
Limoeiro	1958	2	32,0	15,0
<b>Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)</b>				
Mogi-Guaçu	1994	2	7,2	4,0
São José	2012	2	4,0	1,6
São Joaquim	2011	1	3,0	1,3
<b>Total</b>		<b>35</b>	<b>2.658,5</b>	<b>1.277,9</b>

(\*) Garantia Física vigente até dezembro de 2017

## Notas Explicativas

### Estratégia de comercialização de energia da Companhia

Em função do cenário hidrológico e da perspectiva de risco hidrológico, a Companhia optou por reservar uma parcela de sua energia, com o objetivo de reduzir a exposição ao mercado de curto prazo devido ao rebaixamento no Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) esperado para o ano de 2017. Também nessa frente, a Companhia optou por renegociar a redução do volume contratado com algumas distribuidoras, que celebraram contratos no último Leilão A-1 de 2015 para os anos de 2016 a 2018, dentre elas a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”).

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de abril de 2017, foi aprovada a rescisão do contrato de comercialização de energia elétrica celebrado no 15º Leilão de Energia Existente (A -1 de 2015) entre a Eletropaulo e a Companhia. A referida rescisão validou-se a partir de maio de 2017 e a Companhia arcou com o ônus tarifário da Eletropaulo no montante de R\$7.738. Os pagamentos estão sendo efetuados em 20 parcelas mensais corrigidas pela SELIC, sendo a primeira parcela com vencimento em junho de 2017. O saldo atualizado até 30 de setembro de 2017 corresponde a R\$6.450, registrado na rubrica “Outras obrigações” do passivo circulante e não circulante, nos montantes de R\$4.837 e R\$1.613, respectivamente. Esse ônus corresponde à diferença de preços entre o CCEAR firmado da Companhia de R\$142,00/MWh em julho de 2016, e o preço médio de compra de energia do Reajuste Tarifário da Eletropaulo vigente no instante da rescisão contratual, de R\$154,42/MWh, aplicado à energia contratada de 623.059 MWh entre maio de 2017 e dezembro de 2018.

Em 30 de setembro de 2017, o percentual da energia assegurada vendida para uma carteira diversificada de clientes para 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 é de 79%, 78%, 61%, 46% e 17%, respectivamente. Os preços médios são de R\$162/MWh e R\$163/MWh para 2017 e 2018.

### Complexo Eólico Alto Sertão II

O parque gerador do Complexo Eólico Alto Sertão II composto pelas seguintes da seguinte forma:

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
<b>Eólico</b>									
Ametista	LEN 02/2011	135/2012	15/03/12	14/03/47	35 anos	2015	17	28,6	15,7
Araçás	LER 05/2010	241/2011	08/04/11	07/03/46	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Borgo	LEN 02/2011	222/2012	16/04/12	15/04/47	35 anos	2016	12	20,2	10,4
Caetité	LEN 02/2011	167/2012	23/03/12	14/03/47	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Da Prata	LER 05/2010	177/2011	28/03/11	27/03/46	35 anos	2014	13	21,8	10,1
Dourados	LEN 02/2011	130/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	17	28,6	14,1
Espigão	LEN 02/2011	172/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	LEN 02/2011	107/2012	12/03/12	11/03/47	35 anos	2015	18	30,2	14,2
Morrão	LER 05/2010	268/2011	25/04/11	24/04/46	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Pelourinho	LEN 02/2011	168/2012	23/03/12	22/03/47	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões	LEN 02/2011	128/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	18	30,2	13,1
Seraíma	LER 05/2010	332/2011	31/05/11	30/05/46	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Serra do Espinhaço	LEN 02/2011	171/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Tanque	LER 05/2010	330/2011	30/05/11	29/05/46	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	161/2011	21/03/11	20/03/46	35 anos	2014	14	23,5	10,1
							<b>230</b>	<b>386,1</b>	<b>196,1</b>

## Notas Explicativas

### Comercialização de energia do Complexo Eólico Alto Sertão II

Em 26 de maio de 2011, as controladas indiretas Da Prata, Araçás, Morrão, Seraíma, Tanque e Ventos do Nordeste assinaram contrato de energia de reserva (CER) na modalidade quantidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderão toda sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 anos.

Em 13 de agosto de 2012, as controladas indiretas Ametista, Borgo, Caetité, Dourados, Espigão, Maron, Pelourinho, Pilões e Serra do Espinhaço assinaram contrato de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com diversas distribuidoras de energia, por meio do qual venderão toda sua produção de energia elétrica, a partir de 1º de janeiro de 2016 com prazo final em abril de 2035.

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valor original do Contrato	Valores			Prazo			
				Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Geração de energia eólica										
Centrais Eólicas da Prata S.A.	LER 05/2010	CCEE	214.701	88.476	121,25	184,63	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	LER 05/2010	CCEE	295.480	121.764	121,25	184,63	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Morrão S.A.	LER 05/2010	CCEE	312.486	128.772	121,25	184,63	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	LER 05/2010	CCEE	325.241	134.028	121,25	184,63	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tanque S.A.	LER 05/2010	CCEE	295.480	121.764	121,25	184,63	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	LER 05/2010	CCEE	214.701	88.476	121,25	184,63	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Ametista S.A.										
Centrais Eólicas Ametista S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	245.424	121.764	101,53	145,30	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Borgo S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	169.917	84.972	100,73	144,15	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Caetité S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	250.919	125.268	100,90	144,39	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Dourados S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	231.549	115.632	100,87	144,35	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Espigão S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	86.976	42.924	102,07	146,07	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Maron S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	243.154	120.888	101,32	145,00	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	207.730	103.368	101,23	144,87	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Pilões S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	228.018	114.756	100,09	143,24	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	154.294	77.964	99,69	142,66	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro

Em 27 de dezembro de 2016, as controladas indiretas Ametista, Borgo, Dourados, Espigão, Maron, Pelourinho, Pilões e Serra do Espinhaço participaram do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (“MCS D”), descontratando um volume total de 100,2 MWm de energia dos parques do LEN 2011 (A-3), para o período de janeiro a dezembro de 2017. Após este período, as respectivas controladas indiretas retornarão a atender os contratos regulados do LEN 2011 (A-3).

## 2.1 Dados sobre subsidiárias

### Geração de energia

**Centrais Eólicas da Prata S.A.; Centrais Eólicas dos Araçás S.A.; Centrais Eólicas Morrão S.A.; Centrais Eólicas Seraíma S.A.; Centrais Eólicas Tanque S.A.; Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.**

Sociedades por ações de capital fechado e localizadas no Estado da Bahia, as controladas indiretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2010 (“LER 2010”).

**Centrais Eólicas Ametista S.A.; Centrais Eólicas Borgo S.A.; Centrais Eólicas Caetité S.A.; Centrais Eólicas Dourados S.A.; Centrais Eólicas Espigão S.A.;**

## Notas Explicativas

### **Centrais Eólicas Maron S.A.; Centrais Eólicas Pelourinho S.A.; Centrais Eólicas Pilões S.A.; Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.**

Sociedades por ações de capital fechado e localizadas no Estado da Bahia, as controladas indiretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (“LEN 2011(A-3)”).

### **Boa Hora 1 Geradora de Energia Solar S.A.; Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A.; Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A.**

A Boa Hora 1, Boa Hora 2 e Boa Hora 3 têm sede em Barueri, Estado de São Paulo. As Companhias se dedicarão principalmente aos negócios de geração e comercialização de energia solar para atender ao contrato de compra e venda de energia com a ANEEL.

### **Prestação de serviços**

**AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda.** - A AES Tietê Integra tem sede em Barueri, Estado de São Paulo. Controlada direta, a Companhia tem como foco a prestação de serviços para projetos relacionados à geração distribuída, incluindo serviços de instalação, manutenção, gestão, assessoria, eficiência energética e melhoria dos sistemas elétricos, além de comercialização de energia. Em abril de 2017 a AES Tietê Integra iniciou suas atividades.

**AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda.** – A AES Tietê Inova tem sede em Barueri, Estado de São Paulo. Controlada direta, a Empresa se dedicará principalmente aos negócios de geração distribuída, incluindo projetos em energia solar e cogeração a gás, assim como soluções de comercialização e armazenamento de energia via baterias (“*Energy Storage*”), contando com a expertise e liderança global do Grupo AES.

Esta subsidiária apresenta somente saldos em seu patrimônio líquido, sendo os mesmos inferiores a R\$1. Como não estava operante até 30 de setembro de 2017, não houve nenhuma atividade desta controlada que impactasse o resultado consolidado da Companhia.

### **Holding**

**Nova Energia Holding S.A.** - A Nova Energia tem sede em Barueri, Estado de São Paulo. Controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio.

**AES Tietê Eólica Participações S.A. (anteriormente denominada Renova Eólica Participações S.A.)** - A Companhia detém o controle indireto da AES Tietê Eólica, a qual participa em sociedades por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, parte das controladas tem sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Reserva – 2010 (“LER 2010”); outra parte tem sua produção contratada com as

## Notas Explicativas

distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (“LEN 2011 (A-3)”).

### 2.2 Obrigação de expansão

O Edital de Privatização prevê a obrigação da Companhia para expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% no período de oito anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também prevê que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo ou através da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, envidou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15%, que representam 398 MW.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro, que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão, acima referida, na opinião da administração inviável. Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

Em 12 de agosto de 2011, foi distribuída Ação pelo Estado de São Paulo visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em no mínimo 15% ou a pagar indenização por perdas e danos.

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia apresentou petição informando que não foi obtido acordo com o Estado de São Paulo, solicitando a produção de provas, especialmente pericial.

Em 15 de fevereiro de 2017, o juiz determinou a realização de produção de prova pericial, nas especialidades de Economia e Engenharia, bem como rejeitou o argumento da Companhia, apresentado na sua defesa de mérito, relativo à prescrição da propositura da ação ajuizada pelo Estado de São Paulo.

Em 13 de março de 2017, a Companhia indicou assistente técnico, bem como com quesitos, a serem respondidos pelo perito. Na mesma data, a Companhia apresentou recurso de agravo contra a rejeição da prescrição.

Em 21 de março de 2017, foi proferida decisão no recurso de agravo interposto pela Companhia, suspendendo a decisão que rejeitou o argumento relativo à prescrição.

Em relação ao recurso apresentado pela Companhia para obter o reconhecimento da prescrição, em 31 de maio de 2017, o Tribunal entendeu que essa matéria deverá ser julgada em eventual recurso contra decisão de mérito desfavorável de 1ª instância. Dessa forma, a Companhia terá que aguardar decisão de mérito em primeira instância.

## Notas Explicativas

Em 26 de julho de 2017, a Companhia interpôs Recurso Especial, o qual será analisado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ. O objetivo deste recurso é que o argumento relativo à prescrição seja analisado antes do julgamento de mérito em 1ª instância.

Em setembro de 2017, o processo voltou a tramitar em 1ª instância para fins de realização de perícia.

Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação é classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida relativamente a este assunto.

Para maiores detalhes acerca do histórico deste processo, vide nota explicativa 1.3 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

### **Novos projetos vinculados à obrigação de expansão**

Adicionalmente à conclusão do acordo de investimento do Complexo Bauru Solar e a assinatura do contrato de aquisição do Parque Solar Boa Hora, detalhados na nota explicativa nº 1, a Companhia continua com os estudos de viabilidade dos seus projetos termelétricos a gás natural, entre eles a denominada Termo São Paulo, com capacidade instalada líquida de aproximadamente 500 MW.

Em março de 2016, a Companhia assinou um memorando de entendimento não vinculante com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE) de modo a estabelecer uma parceria para analisar a viabilidade de desenvolvimento de uma termoeétrica a gás natural em um dos terrenos disponíveis da EMAE no bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, onde a térmica Fernando Gasparian está localizada. Atualmente, estão sendo realizados estudos de viabilidade ambiental para definir qual seria a potência permitida para esse projeto e começar o processo de licenciamento ambiental. Adicionalmente, a Companhia está em processo de negociação do acordo de parceria, que deverá ser finalizado até o final de 2017.

A Companhia também estuda uma iniciativa para viabilizar o fornecimento de gás para os projetos termoeétricos com a construção de um terminal de regasificação na costa do Estado de São Paulo. Diversas localizações estão em análise na costa do Estado. Junto ao terminal, é previsto também a construção de uma usina térmica de modo a criar sinergia e otimizar os custos da cadeia de suprimento de gás.

Como outra alternativa, no ano de 2015 a Companhia começou a desenvolver o projeto solar Água Vermelha II (AGV II) com capacidade instalada de 150 MW e localizado no município de Ouroeste no Estado de São Paulo, a aproximadamente 3 km da usina hidrelétrica de Água Vermelha da Companhia. O projeto já possui um contrato de direito pelo arrendamento de terra assinado, solução de conexão definida e licença ambiental prévia emitida pela CETESB em 16 de maio de 2016. Neste local, será construído o Complexo Solar Boa Hora, após efetivação da transferência de localização aprovada pela ANEEL. A Companhia encontra-se no processo de obtenção da licença de instalação que será emitida pela CETESB para um total de 150 MW de capacidade instalada. Desta forma, a Companhia tem como objetivo participar do leilão pautado para o dia 18 de dezembro de 2017 com a parcela restante dentro do projeto Água

## Notas Explicativas

Vermelha II, pelo que foram cadastradas no dia 13 de setembro de 2017 três (3) SPEs que totalizam 75 MWac (91MWp).

Adicionalmente, contribuíram para o cumprimento parcial da Obrigação de Expansão, a PCH São Joaquim (3 MW), finalizada em julho de 2011, e a PCH São José (4 MW), finalizada em março de 2012, além de dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios.

### **3 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias**

Em 23 de outubro de 2017, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, submetendo-as nesta data à análise do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

#### **3.1 Declaração de conformidade**

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e também com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos ativos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição em janeiro de 2009.

#### **3.2 Base de preparação e apresentação**

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis intermediárias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

#### **Reclassificação de saldos comparativos**

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu às reclassificações (i) em sua demonstração do resultado, relativa ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e demonstração do valor adicionado relativa ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, originalmente autorizadas em 24 de outubro de 2016, e (ii) no seu balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, originalmente autorizado em 14 de fevereiro de 2017. As reclassificações efetuadas não alteraram o total do ativo, passivo e patrimônio líquido.

## Notas Explicativas

### Balço Patrimonial:

Controladora e Consolidado				
31.12.2016				
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>				
Provisões para processos judiciais e outros	3.133	(a)	(1.562)	1.571
Passivos ambientais	-	(a)	1.562	1.562
Demais passivos circulantes	824.812		-	824.812
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>827.945</b>		<b>-</b>	<b>827.945</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
Provisões para processos judiciais e outros	80.295	(a)	(8.276)	72.019
Passivos ambientais	-	(a)	8.276	8.276
Demais passivos não circulantes	1.613.240		-	1.613.240
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.693.535</b>		<b>-</b>	<b>1.693.535</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.578.099</b>		<b>-</b>	<b>1.578.099</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>4.099.579</b>		<b>-</b>	<b>4.099.579</b>

### Demonstração do resultado:

Controladora						
01.07.2016 a 30.09.2016			01.01.2016 a 30.09.2016			
Ref.	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	402.424	-	402.424	1.197.637	-	1.197.637
CUSTOS OPERACIONAIS						
Custo com Energia Elétrica	(128.077)	-	(128.077)	(402.067)	-	(402.067)
Custo de Operação						
Depreciação e amortização	(35.834)	(675)	(36.509)	(115.316)	(2.008)	(117.324)
Outras receitas e despesas	(5.734)	675	(5.059)	(15.909)	2.008	(13.901)
Outros custos de operação	(54.774)	-	(54.774)	(146.307)	-	(146.307)
<b>TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS</b>	<b>(224.419)</b>	<b>-</b>	<b>(224.419)</b>	<b>(679.599)</b>	<b>-</b>	<b>(679.599)</b>
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)	178.005	-	178.005	518.038	-	518.038
RESULTADO FINANCEIRO						
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(29.697)	-	(29.697)	(100.901)	-	(100.901)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	148.308	-	148.308	417.137	-	417.137
TOTAL DOS TRIBUTOS	(50.462)	-	(50.462)	(141.721)	-	(141.721)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	97.846	-	97.846	275.416	-	275.416

## Notas Explicativas

### Demonstração do valor adicionado:

	Controladora			
	30.09.2016			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
<b>1. RECEITAS</b>	<b>1.351.831</b>		-	<b>1.351.831</b>
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(460.398)</b>	<b>(b)</b>	<b>2.008</b>	<b>(458.390)</b>
Materiais	(5.590)		-	(5.590)
Serviços de terceiros	(66.331)		-	(66.331)
Custo da energia comprada e transmissão	(372.959)		-	(372.959)
Outros custos operacionais	(15.518)	(b)	2.008	(13.510)
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>891.433</b>	<b>(b)</b>	<b>2.008</b>	<b>893.441</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>(115.316)</b>	<b>(b)</b>	<b>(2.008)</b>	<b>(117.324)</b>
Depreciação e amortização	(115.316)	(b)	(2.008)	(117.324)
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>776.117</b>		-	<b>776.117</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>70.685</b>		-	<b>70.685</b>
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>846.802</b>		-	<b>846.802</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>846.802</b>		-	<b>846.802</b>
Empregados (colaboradores)	61.919		-	61.919
Tributos (Governos)	336.999		-	336.999
Federais	244.240		-	244.240
Estaduais	20.573		-	20.573
Municipais	12		-	12
Encargos setoriais	72.174		-	72.174
Remuneração de capital de terceiros	172.468		-	172.468
Remuneração de capitais próprios	275.416		-	275.416

A natureza das reclassificações realizadas encontra-se descrita a seguir:

- (a) A Administração da Companhia reavaliou os Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) firmados com a PCH Mogi-Guaçu no montante de R\$643 e com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, no montante de R\$9.195 e concluiu que os mesmos representam obrigações ambientais e não provisões para processos judiciais e outros. Dessa forma, a Companhia reclassificou R\$1.562 para o passivo circulante e R\$8.276 para o passivo não circulante, totalizando uma reclassificação de R\$9.838 da rubrica “provisões para processos judiciais e outros“ para a rubrica “Passivos ambientais”.
- (b) A Companhia reavaliou a classificação da amortização da Uso do Bem Público (UBP), originalmente apresentada sob a rubrica de “Outras receitas e despesas”, e concluiu que a mesma seria melhor apresentada na rubrica “Depreciação e amortização”, juntamente com as demais amortizações da Companhia. Desta forma, a Companhia está apresentando a amortização no referido grupo.

As reclassificações patrimoniais descritas acima não envolvem caixa ou equivalentes de caixa, portanto, não trazem impactos sobre o fluxo de caixa da Companhia.

### Continuidade operacional

Em 30 de setembro de 2017, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## Notas Explicativas

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

### **Segmento de negócios**

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

### **Sistema Empresas.Net**

A Companhia não efetuou consolidação das informações contábeis para os saldos comparativos de 30 de setembro 2016, visto que não possuía subsidiária. Dessa forma, para este período, as informações contábeis refletem exatamente os saldos individuais.

Nos quadros individuais e consolidados da “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “Empresas.net” utilizados para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a apresentação no referido quadro.

### **3.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

#### **(a) Moeda funcional e de apresentação**

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

#### **(b) Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços.

## Notas Explicativas

### 3.4 Critérios de consolidação

Todos os saldos e transações com as empresas consolidadas são eliminados na consolidação. As principais eliminações são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e no lucro líquido (prejuízo) do período das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As informações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas informações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Participação	
		30.09.2017	31.12.2016
<b>Controladas diretas:</b>			
AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda. ("Tietê Inova")	Prestação de Serviços	99%	99%
AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda. ("Tietê Integra")	Prestação de Serviços	100%	99%
Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia")	Holding	100%	0%
Boa Hora 1 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 1")	Geração	100%	0%
Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 2")	Geração	100%	0%
Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 3")	Geração	100%	0%
<b>Controladas indiretas:</b>			
AES Tietê Eólica Participações S.A. ("AES Tietê Eólica")	Holding	100%	0%
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração	100%	0%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração	100%	0%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração	100%	0%
Centrais Eólicas Seraíma S.A. ("Seraíma")	Geração	100%	0%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração	100%	0%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração	100%	0%
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração	100%	0%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração	100%	0%
Centrais Eólicas Caetité S.A. ("Caetité")	Geração	100%	0%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração	100%	0%
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração	100%	0%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração	100%	0%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração	100%	0%
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	Geração	100%	0%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração	100%	0%

## Notas Explicativas

### 4 Políticas contábeis e estimativas

---

Com exceção das práticas contábeis detalhadas a seguir, adotadas a partir de 2017 em função das operações de *hedge* e combinação de negócios realizadas neste período, as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.15 divulgadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

#### **Instrumentos Financeiros - *Hedge* de Fluxo de Caixa**

A Companhia mantém operações de *hedge* de fluxo de caixa, conforme detalhado na nota explicativa nº 29.1.2. Nestas operações, a parcela efetiva dos ganhos e perdas decorrentes das variações no valor justo dos instrumentos designados e qualificados como “*hedge* de fluxo de caixa” é reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes em contrapartida ao ativo, na rubrica “Ganhos não realizados em operações de *hedge*”. Os valores acumulados no patrimônio são transferidos para o resultado quando o item protegido afetar o resultado do período, de acordo com a competência. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada no resultado do período.

#### **Combinação de negócios**

As Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo da aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado.

## Notas Explicativas

### 5 Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
<b>Caixa e Equivalentes de caixa</b>				
Numerário disponível	704	916	22.133	916
Operação compromissada	215.542	71.170	215.543	71.170
<b>Subtotal</b>	<b>216.246</b>	<b>72.086</b>	<b>237.676</b>	<b>72.086</b>
<b>Investimentos de curto prazo</b>				
CDB-DI	351.904	163.003	355.177	163.003
Operação compromissada	296.334	210.399	296.334	210.399
Fundo de investimentos				
Letra financeira	61.162	60.411	61.162	60.411
LTN OVER	70.869	64.899	70.869	64.899
Letra financeira do tesouro	7.352	6.819	7.352	6.819
CDB pós-liq. antecipada	1.424	-	1.424	-
<b>Subtotal</b>	<b>789.045</b>	<b>505.531</b>	<b>792.318</b>	<b>505.531</b>
<b>Total</b>	<b>1.005.291</b>	<b>577.617</b>	<b>1.029.994</b>	<b>577.617</b>

O saldo de aplicações financeiras em 30 de setembro de 2017 está representado por operações de CDB, operações compromissadas e fundo de investimentos com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 de 99,26% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98,85% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

### 6 Consumidores, revendedores e contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
<b>CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONTAS A RECEBER</b>				
<b>Circulante</b>				
Consumidores livres	146.655	128.927	146.655	128.927
Leilão - Outras empresas	4.910	14.348	4.910	14.348
Mercado de curto prazo <sup>(i)</sup>	88.855	3.622	118.010	3.622
LER 2010	-	-	9.748	-
LEN 2011	-	-	325	-
Renova comercializadora <sup>(iv)</sup>	-	-	12.011	-
Serviços prestados	36	-	1.037	-
<b>Subtotal</b>	<b>240.456</b>	<b>146.897</b>	<b>292.696</b>	<b>146.897</b>
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa <sup>(ii)</sup>	(2.755)	-	(2.755)	-
<b>Saldo líquido de PECLD</b>	<b>237.701</b>	<b>146.897</b>	<b>289.941</b>	<b>146.897</b>
<b>Não Circulante</b>				
Energia livre <sup>(iii)</sup>	13.075	13.075	13.075	13.075
<b>Subtotal</b>	<b>13.075</b>	<b>13.075</b>	<b>13.075</b>	<b>13.075</b>
<b>Total</b>	<b>250.776</b>	<b>159.972</b>	<b>303.016</b>	<b>159.972</b>
<b>CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS</b>				
Leilão - Eletropaulo (nota 27.1)	-	4.920	-	4.920
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>4.920</b>	<b>-</b>	<b>4.920</b>
<b>Total</b>	<b>250.776</b>	<b>164.892</b>	<b>303.016</b>	<b>164.892</b>

(i) As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Para 30 de setembro de 2017, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos

## Notas Explicativas

devido à inadimplência do setor, os quais serão recebidos de acordo com a referida liquidação.

- (ii) Com a alteração da razão social oriunda da reorganização societária de 31 de dezembro de 2015, a Companhia ficou temporariamente impedida de formalizar seus contratos junto à CCEE. Em dezembro de 2016, a Companhia finalizou o processo de regularização dos contratos e inadimplência dos valores, com exceção de um cliente, que continuou com valores vencidos relativos a um contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, no montante de R\$2.755, para os quais decidiu efetuar as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa integral em função das incertezas quanto ao recebimento. A Companhia está em contato com o Procurador da Companhia devedora, buscando uma solução para a presente situação.
- (iii) A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento.

Os recebimentos e pagamentos referentes à energia livre estão condicionados à decisão no final do mandado de segurança impetrado pela ABRADDEE, na qualidade de representante de suas associadas, contra os despachos ANEEL nº 2.517/10 e nº 1.068/11, alegando que os mesmos afetam prejudicialmente toda a sistemática originalmente estabelecida na Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

- (iv) Como mencionado na nota explicativa nº 2, as controladas indiretas Ametista, Borgo, Dourados, Espigão, Maron, Pelourinho, Pilões e Serra do Espinhaço participaram do MCSD, descontratando o volume total de energia dos parques do LEN 2011 (A-3), para o período de janeiro a dezembro de 2017. Como parte do acordo de compra do Complexo Eólico Alto Sertão II, a Companhia manteve o contrato de venda de energia para a Renova Comercializadora até dezembro de 2017. Dessa forma, as controladas indiretas continuarão fornecendo energia para a Renova Comercializadora até esta data, quando retornarão a atender os contratos regulados do LEN 2011 (A-3).

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

A abertura de consumidores e revendedores por vencimento é a seguinte:

	Controladora					
	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Subtotal	PECLD	Saldo líquido de PECLD
		até 90 dias	mais de 90 dias			
<b>Circulante</b>						
Consumidores livres	146.655	-	-	146.655	-	146.655
Leilão - Outras empresas	2.567	-	2.343	4.910	(2.755)	2.155
Mercado de curto prazo	9.620	10.675	68.560	88.855	-	88.855
Serviços prestados	36	-	-	36	-	36
<b>Total</b>	<b>158.878</b>	<b>10.675</b>	<b>70.903</b>	<b>240.456</b>	<b>(2.755)</b>	<b>237.701</b>

## Notas Explicativas

	Consolidado					
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Subtotal	PECLD	Saldo líquido de PECLD
		até 90 dias	mais de 90 dias			
<b>Circulante</b>						
Consumidores livres	146.655	-	-	146.655	-	146.655
Leilão - Outras empresas	2.567	-	2.343	4.910	(2.755)	2.155
Mercado de curto prazo	30.006	18.362	69.642	118.010	-	118.010
LER 2010	9.748	-	-	9.748	-	9.748
LEN 2011	325	-	-	325	-	325
Renova comercializadora	10.468	-	1.543	12.011	-	12.011
Serviços prestados	1.037	-	-	1.037	-	1.037
<b>Total</b>	<b>200.806</b>	<b>18.362</b>	<b>73.528</b>	<b>292.696</b>	<b>(2.755)</b>	<b>289.941</b>

Para a Companhia, o prazo médio dos contratos, em 30 de setembro de 2017, é de 3 anos. Para as empresas do Complexo Eólico Alto Sertão II, o prazo médio dos contratos é de 20 anos.

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente. A Companhia e suas controladas não requerem garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber relacionados à energia livre. Para maiores detalhes sobre as garantias ver nota explicativa 29.3 (b.1).

Após o vencimento, há a incidência de multa de 2% sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGPM (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidirão juros de 1% ao mês.

## 7 Tributos e contribuições sociais compensáveis

### 7.1 Imposto de renda e contribuição social compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
<b>CIRCULANTE</b>				
Imposto de renda	29.060	913	29.993	913
Contribuição social	20.436	760	20.438	760
Imposto de renda retido na fonte	18.874	21.705	19.719	21.705
<b>Total</b>	<b>68.370</b>	<b>23.378</b>	<b>70.150</b>	<b>23.378</b>

### 7.2 Outros tributos compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
<b>CIRCULANTE</b>				
PIS	125	3.980	126	3.980
COFINS	579	16.980	579	16.980
INSS	-	-	134	-
Outros	-	8	7	8
<b>Subtotal</b>	<b>704</b>	<b>20.968</b>	<b>846</b>	<b>20.968</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
ICMS	531	698	531	698
<b>Subtotal</b>	<b>531</b>	<b>698</b>	<b>531</b>	<b>698</b>
<b>Total</b>	<b>1.235</b>	<b>21.666</b>	<b>1.377</b>	<b>21.666</b>

## Notas Explicativas

## 8 Tributos e contribuições sociais diferidos

## Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Controladora				Consolidado		
	Balanco Patrimonial		Resultado		Balanco Patrimonial		Resultado
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	30.09.2016	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017
<b>O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:</b>							
<b>Tributos ativos:</b>							
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.921	2.972	(1.051)	(204)	2.018	2.972	(954)
Provisão para processos fiscais	2.189	1.182	1.007	70	2.189	1.182	1.007
Provisão para processos trabalhistas	1.546	1.283	263	(1.064)	1.546	1.283	263
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	937	-	937	-	937	-	937
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	2.027	2.027	-	-	2.027	2.027	-
Provisão para processos cíveis	12.200	12.365	(165)	841	12.200	12.365	(165)
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	10.107	12.190	(2.083)	1.536	10.109	12.190	(2.081)
Provisões de meio ambiente	700	4.031	(3.331)	309	700	4.031	(3.331)
Ressarcimento de energia	-	-	-	-	3.530	-	26
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	1.549	41.708	(40.159)	(45.009)	1.956	41.708	(39.752)
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	1.694	1.694	-	-	1.694	1.694	-
Instrumentos financeiros financeiros derivativos - opções de compra	187	-	187	-	187	-	187
Outras	5.256	5.041	205	(3.090)	5.256	5.041	205
<b>Tributos passivos:</b>							
Ativo imobilizado - custo atribuído	(420.314)	(442.369)	22.055	23.784	(420.314)	(442.369)	22.055
Ativo intangível - uso do bem público	(11.208)	(11.891)	683	682	(11.208)	(11.891)	683
Hedge de fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	(302)	-	-	-	(302)	-	-
Ressarcimento de energia	-	-	-	-	(437)	-	-
Ativo imobilizado - taxa de depreciação	(22.353)	(23.990)	1.637	-	(22.353)	(23.990)	1.637
<b>Passivo fiscal diferido, líquido</b>	<b>(413.864)</b>	<b>(393.757)</b>	<b>(19.815)</b>	<b>(22.145)</b>	<b>(410.265)</b>	<b>(393.757)</b>	<b>(19.283)</b>
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio - nota nº 9			(14.057)	(15.146)			(14.057)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>			<b>(33.872)</b>	<b>(37.291)</b>			<b>(33.340)</b>
Tributos diferidos ativos	40.313	84.493			44.349	84.493	
Tributos diferidos passivos	(454.177)	(478.250)			(454.614)	(478.250)	
<b>Passivo fiscal diferido, líquido</b>	<b>(413.864)</b>	<b>(393.757)</b>			<b>(410.265)</b>	<b>(393.757)</b>	

A movimentação dos saldos consolidados de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(393.757)</b>
Impacto no resultado	(19.283)
Hedge de fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	(302)
Saldos provenientes da aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II	3.077
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b>(410.265)</b>

A Companhia estima que os saldos em 30 de setembro de 2017, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo da concessão, que se encerra em 2029.

Os tributos diferidos são apresentados pelo valor líquido, obedecida a distribuição a seguir:

	Consolidado														Consolidado			
	30.09.2017																	
	Controladora	AES Inteira	Ametista	Araçás	Borgo	Caetite	Da prata	Dourados	Espigão	Maron	Morrão	Pelourinho	Pilões	Serafina	Serra do espinhaço	Tanque	Ventos do nordeste	
Ativo líquido	-	505	444	326	169	134	126	419	70	302	217	279	315	364	131	185	-	3.986
Passivo líquido	(413.864)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(387)	(414.251)
<b>Total</b>	<b>(413.864)</b>	<b>505</b>	<b>444</b>	<b>326</b>	<b>169</b>	<b>134</b>	<b>126</b>	<b>419</b>	<b>70</b>	<b>302</b>	<b>217</b>	<b>279</b>	<b>315</b>	<b>364</b>	<b>131</b>	<b>185</b>	<b>(387)</b>	<b>(410.265)</b>
Composição das rubricas:-																		
Ativo	40.304	505	444	330	169	134	126	419	70	302	225	279	315	364	131	223	-	44.340
Passivo	(454.168)	-	-	(4)	-	-	-	-	-	-	(8)	-	-	-	-	(38)	(387)	(454.605)
<b>Total</b>	<b>(413.864)</b>	<b>505</b>	<b>444</b>	<b>326</b>	<b>169</b>	<b>134</b>	<b>126</b>	<b>419</b>	<b>70</b>	<b>302</b>	<b>217</b>	<b>279</b>	<b>315</b>	<b>364</b>	<b>131</b>	<b>185</b>	<b>(387)</b>	<b>(410.265)</b>

## Notas Explicativas

### 9 Tributos a recuperar - ativo não circulante

Os tributos a recuperar classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os saldos estavam assim representados:

	Controladora e Consolidado			
	30.09.2017			31.12.2016
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
<b><u>AES Brazilian Energy Holdings Ltda</u></b>				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(60.845)	40.158	(20.687)	(12.197)
<b>Subtotal</b>	<b>258.719</b>	<b>(170.754)</b>	<b>87.965</b>	<b>96.455</b>
<b><u>AES Gás Ltda.</u></b>				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(652.883)	437.031	(215.852)	(210.939)
<b>Subtotal</b>	<b>155.421</b>	<b>(104.533)</b>	<b>50.888</b>	<b>55.801</b>
<b><u>AES Tietê Participações S.A.</u></b>				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(62.552)	41.284	(21.268)	(20.614)
<b>Subtotal</b>	<b>19.868</b>	<b>(13.113)</b>	<b>6.755</b>	<b>7.409</b>
<b>Total</b>	<b>434.008</b>	<b>(288.400)</b>	<b>145.608</b>	<b>159.665</b>

A movimentação dos tributos a recuperar é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>159.665</b>
Amortização	(41.899)
Reversão	27.842
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b>145.608</b>

A amortização do ágio traz impacto nulo no resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

O montante de benefício fiscal já utilizado pela Companhia e, portanto, disponível para capitalização é de R\$20.773 em 31 de dezembro de 2016. A Companhia atualiza o

## Notas Explicativas

montante do benefício fiscal disponível para capitalização ao término de cada exercício social, quando da apuração final do imposto de renda e contribuição social a pagar, levando em consideração a redução efetiva dos tributos pagos.

### 10 Cauções e depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
<b><u>CIRCULANTE</u></b>				
Garantias de compromissos contratuais	670	643	670	643
<b>Subtotal</b>	<b>670</b>	<b>643</b>	<b>670</b>	<b>643</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>				
Garantias de financiamento <sup>(i)</sup>	-	-	69.014	-
Cauções e depósitos vinculados (nota 20)	5.964	4.465	5.964	4.465
Garantias de compromissos contratuais <sup>(ii)</sup>	129.045	-	129.045	-
<b>Subtotal</b>	<b>135.009</b>	<b>4.465</b>	<b>204.023</b>	<b>4.465</b>
<b>Total</b>	<b>135.679</b>	<b>5.108</b>	<b>204.693</b>	<b>5.108</b>

- (i) Com a finalidade de garantir os pagamentos das obrigações do contrato de financiamento celebrado entre o Complexo Eólico Alto Sertão II e o BNDES, foi firmado “Contrato de direitos creditórios, administração de contas e outras avenças”, obrigando o Complexo Eólico Alto Sertão II a manter em conta vinculada as seguintes contas reservas, durante todo o prazo de vigência do contrato de financiamento: (a) Reservas de O&M, que deverá ser mantida com finalidade de garantir os pagamentos das obrigações dos contratos de operação e manutenção; (b) Reservas especiais individuais de titularidade de cada um dos parques, destinada a receber a totalidade dos recursos excedentes advindos das contas centralizadoras mantidas com o banco e não movimentável; (c) Reserva Banco do Brasil, Reserva BNDES e Reserva debêntures, destinando-se ao pagamento das prestações de amortização de principal e dos acessórios.

Em 30 de setembro de 2017, as contas vinculadas mencionadas acima nos itens (a), (b) e (c) devem possuir saldo no montante equivalente a três meses do serviço da dívida. Os saldos referem-se basicamente a aplicações financeiras de fundo de investimentos, com rentabilidade média de 98,15% do CDI, cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.

- (ii) Em 03 de agosto de 2017, houve a conclusão da aquisição do controle da Nova Energia, conforme detalhado na nota explicativa nº 1. A assinatura entre as partes do Memorando de Fechamento da referida aquisição teve como condição precedente o depósito de garantias para litígios, *earn-out* e indenização geral dos vendedores, nos montantes originais de R\$58.000, R\$50.000 e R\$20.000, respectivamente, com atualizações monetárias no período de 01 de agosto de 2017 a 30 de setembro de 2017, representam R\$475, R\$409 e R\$161, nesta ordem, totalizando um montante atualizado de R\$129.045.

Os saldos referem-se basicamente a aplicações financeiras em fundo de investimentos, com rentabilidade média de 104,10% do CDI, cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos vendedores.

## Notas Explicativas

### 11 Investimentos

	<b>Controladora</b>
	<b>30.09.2017</b>
Participações societárias permanentes:	
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	564.618
Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios	116.306
Ajustes a valor justo do investimento adquirido (nota 1)	(41.618)
<b>Total</b>	<b>639.306</b>

A movimentação dos investimentos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 é como segue:

Movimentação dos investimentos	Tietê Integra	Nova Energia	Boa Hora	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	(981)	10.448	-	9.467
Aumento de capital	5.000	31.132	-	36.132
Acervo líquido adquirido (nota 1)	-	444.019	75.000	519.019
Intangível gerado na combinação de negócios (nota 1 e 13)	-	116.306	-	116.306
Ativos e passivos avaliados ao seu valor justo em combinação de negócios (nota 1)	-	(41.618)	-	(41.618)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b>4.019</b>	<b>560.287</b>	<b>75.000</b>	<b>639.306</b>

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

	AES Tietê Integra	Nova Energia	Boa Hora <sup>(i)</sup>
Quantidade de quotas do capital social	5.000.100	-	-
Quantidade de ações do capital social	-	596.756.905	305.427.690
Percentual de participação	100%	100%	100%
Valor do capital social	5.000	586.992	3.054
Valor do patrimônio líquido	4.019	485.599	75.000
Lucro (prejuízo) do período	(981)	10.448	-

<sup>(i)</sup> referem-se às controladas diretas Boa Hora 1, Boa Hora 2 e Boa Hora 3.

Com o objetivo de prover recursos para viabilizar a venda e implementação dos projetos e serviços em soluções de energia, bem como assegurar o capital de giro necessário para início das atividades da controlada AES Tietê Integra, a Companhia efetuou aporte de capital no montante de R\$5.000, em contrapartida, a controlada AES Tietê Integra emitiu 5.000.000 de novas quotas, com preço de emissão de R\$1,00 cada, subscritas e integralizadas pela Companhia.

## Notas Explicativas

### 12 Imobilizado

#### a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Controladora				
30.09.2017				31.12.2016
Taxas médias anuais de depreciação (%) (ii)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	412.385	-	412.385
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos (terrenos)	-	(3.000)	-	(3.000)
Reservatórios, barragens e adutoras	3,2%	2.898.338	(1.825.548)	1.072.790
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	651.830	(463.562)	188.268
Máquinas e equipamentos	3,6%	1.986.762	(744.643)	1.242.119
Veículos	13,7%	8.502	(6.179)	2.323
Móveis e utensílios e outros	6,4%	5.271	(3.599)	1.672
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>5.960.088</b>	<b>(3.043.531)</b>	<b>2.916.557</b>
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Imobilizado em curso <sup>(i)</sup>		126.496	-	126.496
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>		<b>6.088.683</b>	<b>(3.043.531)</b>	<b>3.045.152</b>
Obrigações especiais		(4.781)	-	(4.781)
Equipamentos de informática (Arrendamento financeiro)	25,0%	1.403	(717)	686
<b>Total Imobilizado</b>		<b>6.085.305</b>	<b>(3.044.248)</b>	<b>3.041.057</b>

Consolidado				
30.09.2017				31.12.2016
Taxas médias anuais de depreciação (%) (ii)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	414.889	-	414.889
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos (terrenos)	-	(3.000)	-	(3.000)
Reservatórios, barragens e adutoras	3,2%	2.898.338	(1.825.548)	1.072.790
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	700.351	(463.909)	236.442
Máquinas e equipamentos	3,6%	3.503.693	(757.472)	2.746.221
Veículos	13,7%	8.502	(6.179)	2.323
Móveis e utensílios e outros	6,4%	5.288	(3.600)	1.688
Almoxarifado	-	24.349	-	24.349
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>7.552.410</b>	<b>(3.056.708)</b>	<b>4.495.702</b>
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Imobilizado em curso <sup>(i)</sup>		126.488	-	126.488
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>		<b>7.680.997</b>	<b>(3.056.708)</b>	<b>4.624.289</b>
Obrigações especiais		(4.781)	-	(4.781)
Equipamentos de informática (Arrendamento financeiro)	25,0%	1.403	(717)	686
<b>Total Imobilizado</b>		<b>7.677.619</b>	<b>(3.057.425)</b>	<b>4.620.194</b>

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, por gastos com a modernização em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.
- (ii) A taxa média é calculada considerando o saldo inicial, as adições e as baixas realizadas durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017.

## Notas Explicativas

**(b) Movimentação do ativo imobilizado**

A movimentação do ativo imobilizado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 é como segue:

	Controladora										Total líquido
	Terrenos <sup>(i)</sup>	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	Em curso	Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro	Subtotal	Depreciação	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	407.783	2.890.161	651.709	1.908.207	8.502	6.792	141.939	(2.682)	6.012.411	(2.923.104)	3.089.307
Adições	-	-	-	-	-	-	74.577	-	74.577	(123.859)	(49.282)
Baixas	-	(1.302)	(31)	(890)	-	(771)	-	-	(2.994)	2.715	(279)
Transferências	-	1.426	183	77.758	-	653	(90.020)	-	-	-	-
Outras mutações - Reclassificações entre contas	1.602	(1.947)	(31)	1.687	-	-	-	-	1.311	-	1.311
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	409.385	2.898.338	651.830	1.986.762	8.502	6.674	126.496	(2.682)	6.085.305	(3.044.248)	3.041.057

	Consolidado										Total líquido	
	Terrenos <sup>(i)</sup>	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	Amoxarifado	Em curso	Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro	Subtotal		Depreciação
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	407.783	2.890.161	651.709	1.908.207	8.502	6.792	-	141.939	(2.682)	6.012.411	(2.923.104)	3.089.307
Adições	-	-	-	479	-	-	-	74.577	-	75.056	(137.036)	(61.980)
Baixas	-	(1.302)	(31)	(890)	-	(771)	-	(394)	-	(3.388)	2.715	(673)
Transferências	-	1.426	183	77.758	-	653	-	(90.020)	-	-	-	-
Outras mutações - Reclasseificações entre contas	-	1.426	183	77.758	-	653	-	(90.020)	-	-	-	-
Ajuste a valor justo em combinação de negócios (nota 1)	1.602	(1.947)	(31)	1.687	-	-	-	-	-	1.311	-	1.311
Efeito da aquisição (nota 1)	2.504	-	48.521	1.516.452	-	-	24.349	(8.568)	-	(8.568)	-	(8.568)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	411.889	2.898.338	700.351	3.503.693	8.502	6.691	24.349	126.488	(2.682)	7.677.619	(3.057.425)	4.620.194

(i) Saldo líquido da provisão para redução ao provável valor de realização do ativo.

## Notas Explicativas

### (c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Em 30 de setembro de 2017 os ativos consolidados da Companhia que possuem essas características, são:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Concessão/Autorização	2.995.526	3.043.171	4.574.663	3.043.171
Autorizações (PCHs São Joaquim e São José)	47.527	48.218	47.527	48.218
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	2.099	2.099	2.099
<b>Total</b>	<b>3.045.152</b>	<b>3.093.488</b>	<b>4.624.289</b>	<b>3.093.488</b>

Para maiores detalhes sobre as obrigações especiais, contrato de concessão e autorizações da Companhia, vide nota explicativa nº 9 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

## 13 Intangível

A composição da conta intangível é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
<u>Uso do bem público</u>				
Custo	73.174	73.174	73.174	73.174
Amortização acumulada	(40.210)	(38.201)	(40.210)	(38.201)
<b>Total do ativo intangível - uso do bem público</b>	<b>32.964</b>	<b>34.973</b>	<b>32.964</b>	<b>34.973</b>
<u>Intangível gerado na combinação de negócios <sup>(i)</sup></u>	-	-	116.306	-
Direitos contratuais <sup>(ii)</sup>	-	-	60.000	-
Direito de exploração de autorização <sup>(iii)</sup>	-	-	15.000	-
<u>Outros ativos intangíveis <sup>(iii)</sup></u>				
Custo	38.265	43.576	38.265	43.576
Amortização acumulada	(27.633)	(22.698)	(27.632)	(22.698)
<b>Total dos outros intangíveis</b>	<b>10.632</b>	<b>20.878</b>	<b>10.633</b>	<b>20.878</b>
<b>Total intangível</b>	<b>43.596</b>	<b>55.851</b>	<b>234.903</b>	<b>55.851</b>

(i) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização a uma taxa média de 3,5% a.a. A alocação deste intangível é preliminar e encontra-se em revisão para a determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos. A Companhia espera concluir estes estudos nos próximos meses. (vide nota explicativa nº 1).

(ii) Referem-se à aquisição do direito dos contratos de leilão de Energia de Reserva “LER”), no montante de R\$60.000 e ao direito de autorização de geração, no montante de R\$15.000, totalizando um montante de R\$75.000 (vide nota explicativa nº 1), que serão amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização às taxas médias de 5% e 3%, respectivamente.

## Notas Explicativas

Estes valores foram definidos com base em modelos de “valuation” considerando as informações e condições constates nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.

- (iii) Refere-se basicamente a softwares, que possuem taxa média de amortização de 20% a.a..

O uso do bem público (UBP) foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

A movimentação do intangível no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 é como segue:

	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Outros ativos intangíveis		Total
					Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	34.973	-	-	-	532	20.346	55.851
Adições	-	60.000	15.000	116.306	-	-	191.306
Amortização	(2.009)	-	-	-	-	(4.935)	(6.944)
Transferências	-	-	-	-	(532)	532	-
Baixas	-	-	-	-	-	(3.999)	(3.999)
Outras mutações - Reclassificações entre contas (nota 12)	-	-	-	-	-	(1.311)	(1.311)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b>32.964</b>	<b>60.000</b>	<b>15.000</b>	<b>116.306</b>	<b>-</b>	<b>10.633</b>	<b>234.903</b>

## 14 Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
<b>CIRCULANTE</b>				
Rebaixamento hidrelétrico - GSF <sup>(i)</sup>	445.616	314.996	445.616	314.996
Transações no mercado de curto prazo	-	29.383	-	29.383
Energia elétrica comprada para revenda	80.831	10.533	80.831	10.533
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	9.245	9.741	9.245	9.741
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg	2.376	2.276	2.376	2.276
<b>Subtotal</b>	<b>538.068</b>	<b>366.929</b>	<b>538.068</b>	<b>366.929</b>
Materiais e Serviços	34.744	44.826	71.170	44.826
Materiais e Serviços - partes relacionadas - nota nº 27.1	101	27	101	27
<b>Total</b>	<b>572.913</b>	<b>411.782</b>	<b>609.339</b>	<b>411.782</b>

- (i) Este saldo é composto por valores efetivamente recebidos nas liquidações da CCEE referentes à liminar obtida na discussão do rebaixamento. O valor total recebido (principal) é de R\$428.201 (R\$289.881 em 31 de dezembro de 2016). Contudo, como a discussão encontra-se em andamento, a Companhia não reconheceu este ganho em seu resultado, sendo o valor em discussão registrado como obrigação na rubrica Fornecedores quando do seu recebimento através de liquidações da CCEE – para maiores detalhes vide nota explicativa nº 29.3. Adicionalmente a Companhia corrige mensalmente o principal pela variação do IGP-M, reconhecendo assim em seu resultado financeiro uma despesa com atualização monetária acumulada até 30 de setembro de 2017 no montante de R\$17.415. Em função do índice negativo do IGP-M no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia reconheceu um ganho de R\$7.700 - vide nota explicativa nº 25. O montante estimado total atualizado até 30 de setembro de 2017 corresponde a R\$445.616 (R\$314.996 em 31 de dezembro de 2016).

## Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas contrataram 10 cartas de fiança no valor de R\$70.874 e 10 seguros garantia no valor de R\$34.449, totalizando uma importância segurada de R\$105.323, com custo de 0,35% a 3,25% a.a. Os valores referentes às garantias estão registrados como despesas pagas antecipadamente. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

### 15 Tributos e contribuições sociais a pagar

#### 15.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
<b>Federais</b>				
Imposto de renda	68.221	44.315	70.998	44.315
Contribuição social	25.076	4.905	26.693	4.905
<b>Total</b>	<b>93.297</b>	<b>49.220</b>	<b>97.691</b>	<b>49.220</b>

A Companhia e suas controladas AES Tietê Integra, Nova Energia e AES Tietê Eólica são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento das antecipações de imposto de renda e contribuição social mensais, a Companhia efetuou os recolhimentos relativos ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 com base na estimativa. Do mesmo modo, a controlada AES Tietê Integra, utilizando-se da apuração com base no balancete de suspensão, apurou prejuízo fiscal. Dessa forma, não foi necessário efetuar nenhum pagamento relativo a imposto de renda e contribuição social nesse período.

A apuração do imposto de renda e da contribuição social das SPEs adquiridas é feita com base no regime tributário do lucro presumido. A Companhia espera continuar com a adoção deste regime para apuração do imposto de renda e da contribuição social de suas SPEs.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia efetuou recolhimentos por estimativa no valor total de R\$44.107, pagamento da cota de ajuste anual do exercício de 2016 no montante de R\$34.448, complemento do ajuste anual referente a exercícios anteriores no montante de R\$642 e pagamentos relativos a IRRF no montante de R\$12.908. Além disso, suas controladas efetuaram pagamentos relativos a IRRF no montante de R\$26 e pagamento de lucro presumido no montante de R\$2.290.

## Notas Explicativas

## 15.2 Outros tributos a pagar

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
<b>Federais</b>				
PIS	499	-	964	-
COFINS	2.297	-	4.450	-
IRRF a recolher	80	8.872	118	8.872
FGTS	366	553	365	553
INSS	2.033	2.052	2.060	2.052
Outros	315	390	708	390
	<b>5.590</b>	<b>11.867</b>	<b>8.665</b>	<b>11.867</b>
<b>Estaduais</b>				
ICMS	1.530	1.857	1.530	1.857
	<b>1.530</b>	<b>1.857</b>	<b>1.530</b>	<b>1.857</b>
<b>Municipais</b>				
ISS	89	460	145	460
	<b>89</b>	<b>460</b>	<b>145</b>	<b>460</b>
<b>Total</b>	<b>7.209</b>	<b>14.184</b>	<b>10.340</b>	<b>14.184</b>

## 16 Debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro

## 16.1 Os saldos de debêntures não conversíveis, empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa Efetiva <sup>(1)</sup>	Controladora							Total circulante + não circulante
			30.09.2017							
			Circulante			Não Circulante				
Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total				
<b>Debêntures</b>										
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,11%	7.921	-	(3.615)	4.306	329.220	(9.412)	319.808	324.114
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,28%	9.465	-	(862)	8.603	183.655	(5.100)	178.555	187.158
Debêntures - 6ª Emissão (1ª Série)	2022	CDI + 1,14%	29.335	-	(1.066)	28.269	682.380	(4.240)	678.140	706.409
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	8.779	-	(331)	8.448	319.717	(2.203)	317.514	325.962
<b>Subtotal</b>			<b>55.500</b>	<b>-</b>	<b>(5.874)</b>	<b>49.626</b>	<b>1.514.972</b>	<b>(20.955)</b>	<b>1.494.017</b>	<b>1.543.643</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>										
Nota promissória - 3ª Emissão	2018	CDI + 1,54%	25.097	900.000	(1.183)	923.914	-	-	-	923.914
<b>Subtotal</b>			<b>25.097</b>	<b>900.000</b>	<b>(1.183)</b>	<b>923.914</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>923.914</b>
<b>Arrendamento financeiro</b>										
Arrendamento financeiro	8,49 a 15,64		-	432	-	432	357	-	357	789
<b>Subtotal</b>			<b>-</b>	<b>432</b>	<b>-</b>	<b>432</b>	<b>357</b>	<b>-</b>	<b>357</b>	<b>789</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>80.597</b>	<b>900.432</b>	<b>(7.057)</b>	<b>973.972</b>	<b>1.515.329</b>	<b>(20.955)</b>	<b>1.494.374</b>	<b>2.468.346</b>

Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa Efetiva <sup>(1)</sup>	Consolidado							Total circulante + não circulante
			30.09.2017							
			Circulante			Não Circulante				
Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total				
<b>Debêntures</b>										
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,11%	7.921	-	(3.615)	4.306	329.220	(9.412)	319.808	324.114
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,28%	9.465	-	(862)	8.603	183.655	(5.100)	178.555	187.158
Debêntures - 6ª Emissão (1ª Série)	2022	CDI + 1,14%	29.335	-	(1.066)	28.269	682.380	(4.240)	678.140	706.409
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	8.779	-	(331)	8.448	319.717	(2.203)	317.514	325.962
Debêntures - 1ª Emissão - Controlada indireta AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 7,61% aa (1ª série) IPCA + 7,87% aa (2ª série)	-	8.673	-	8.673	168.040	85	168.125	176.798
<b>Subtotal</b>			<b>55.500</b>	<b>8.673</b>	<b>(5.874)</b>	<b>58.299</b>	<b>1.683.012</b>	<b>(20.870)</b>	<b>1.662.142</b>	<b>1.720.441</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>										
Nota promissória - 3ª Emissão	2018	CDI + 1,54%	25.097	900.000	(1.183)	923.914	-	-	-	923.914
BNDES / Repasse BNDES (Banco do Brasil) / BNDES (Subcrédito Social) - Controlada indireta AES Tietê Eólica	2031	TJLP + 2,88% aa / TJLP + 2,60% aa e TJLP	3.373	50.174	-	53.547	905.258	-	905.258	958.805
<b>Subtotal</b>			<b>28.470</b>	<b>950.174</b>	<b>(1.183)</b>	<b>977.461</b>	<b>905.258</b>	<b>-</b>	<b>905.258</b>	<b>1.882.719</b>
<b>Arrendamento financeiro</b>										
Arrendamento financeiro	8,49 a 15,64		-	432	-	432	357	-	357	789
<b>Subtotal</b>			<b>-</b>	<b>432</b>	<b>-</b>	<b>432</b>	<b>357</b>	<b>-</b>	<b>357</b>	<b>789</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>83.970</b>	<b>959.279</b>	<b>(7.057)</b>	<b>1.036.192</b>	<b>2.588.627</b>	<b>(20.870)</b>	<b>2.567.757</b>	<b>3.603.949</b>

## Notas Explicativas

		Controladora e Consolidado								
		31.12.2016								
Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa Efetiva <sup>(i)</sup>	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
<b>Debêntures</b>										
Debêntures - 2ª Emissão	2019	CDI+1,50	8.701	165.983	(2.425)	172.259	332.017	(2.003)	330.014	502.273
Debêntures - 3ª Emissão	2020	114,61% do CDI	11.951	-	(1.596)	10.355	300.000	(2.237)	297.763	308.118
Debêntures - 4ª Emissão (2ª Série)	2018	CDI + 2,35%	971	74.371	(985)	74.357	74.371	(514)	73.857	148.214
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 9,91%	1.143	-	(2.376)	(1.233)	322.987	(8.580)	314.407	313.174
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,28%	544	-	(821)	(277)	180.177	(5.757)	174.420	174.143
<b>Subtotal</b>			<b>23.310</b>	<b>240.354</b>	<b>(8.203)</b>	<b>255.461</b>	<b>1.209.552</b>	<b>(19.091)</b>	<b>1.190.461</b>	<b>1.445.922</b>
<b>Arrendamento financeiro</b>										
Arrendamento financeiro		8,49 a 15,64	-	315	-	315	333	-	333	648
<b>Subtotal</b>			<b>-</b>	<b>315</b>	<b>-</b>	<b>315</b>	<b>333</b>	<b>-</b>	<b>333</b>	<b>648</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>23.310</b>	<b>240.669</b>	<b>(8.203)</b>	<b>255.776</b>	<b>1.209.885</b>	<b>(19.091)</b>	<b>1.190.794</b>	<b>1.446.570</b>

- (i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Os recursos obtidos por meio da 6ª emissão de debêntures foram destinados integralmente ao resgate antecipado facultativo total da 2ª e 3ª Emissão de Debêntures e da 2ª série da 4ª Emissão de Debêntures, com o consequentemente pagamento de prêmio de resgate antecipado no montante de R\$7.639 (vide nota explicativa nº 25). O resgate antecipado facultativo total dessas dívidas foram necessários para readequação dos *covenants* financeiros das dívidas vigentes e, desta forma, estar em linha com a estratégia de crescimento da Companhia.

## 16.2 A movimentação das debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro é como segue:

Consolidado										
Moeda nacional	Saldo Inicial									Saldo Final
Instituições Financeiras / Credores	31.12.2016	Efeito da aquisição	Ingressos	Encargos financeiros	Varição monetária	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Diferimento Custos de Transação	Amortização Custos de Transação	30.09.2017
<b>Controladora</b>										
<b>Debêntures</b>										
Debêntures - 2ª Emissão	502.273	-	-	22.013	-	(498.000)	(30.714)	-	4.438	-
Debêntures - 3ª Emissão	308.118	-	-	13.424	-	(300.000)	(23.375)	-	3.833	-
Debêntures - 4ª Emissão (2ª Série)	148.214	-	-	7.220	-	(148.742)	(8.191)	-	1.499	-
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	313.174	-	-	20.230	6.233	-	(13.451)	(3.928)	1.856	324.114
Debêntures - 5ª Emissão	174.143	-	-	8.924	3.477	-	-	-	614	187.158
Debêntures - 6ª Emissão (1ª Série)	-	-	682.380	29.334	-	-	-	(5.734)	419	706.409
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	-	-	317.620	8.776	2.097	-	-	(2.664)	133	325.962
<b>Subtotal</b>	<b>1.445.922</b>	<b>-</b>	<b>1.000.000</b>	<b>109.921</b>	<b>11.807</b>	<b>(946.742)</b>	<b>(77.731)</b>	<b>(12.316)</b>	<b>12.782</b>	<b>1.543.643</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>										
Nota promissória - 3ª Emissão	-	-	900.000	25.097	-	-	-	(1.609)	426	923.914
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>900.000</b>	<b>25.097</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.609)</b>	<b>426</b>	<b>923.914</b>
<b>Arrendamento financeiro</b>										
Arrendamento financeiro	648	-	371	87	-	(317)	-	-	-	789
<b>Subtotal</b>	<b>648</b>	<b>-</b>	<b>371</b>	<b>87</b>	<b>-</b>	<b>(317)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>789</b>
<b>Controladora indireta AES Tietê Eólica</b>										
Debêntures	-	173.651	-	2.289	858	-	-	-	-	176.798
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>173.651</b>	<b>-</b>	<b>2.289</b>	<b>858</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>176.798</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>										
BNDES	-	684.198	24.215	9.830	4.652	(6.939)	(15.563)	-	-	700.393
Repasse BNDES (Banco do Brasil)	-	256.110	-	3.244	-	(2.085)	(3.799)	-	-	253.470
BNDES (Subcrédito Social)	-	4.791	208	(18)	49	(46)	(42)	-	-	4.942
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>945.099</b>	<b>24.423</b>	<b>13.056</b>	<b>4.701</b>	<b>(9.070)</b>	<b>(19.404)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>958.805</b>
<b>Total</b>	<b>1.446.570</b>	<b>1.118.750</b>	<b>1.924.794</b>	<b>150.450</b>	<b>17.366</b>	<b>(956.129)</b>	<b>(97.135)</b>	<b>(13.925)</b>	<b>13.208</b>	<b>3.603.949</b>

## Notas Explicativas

### 16.3 As principais características dos contratos de debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

Companhia	Valor Ingresso	Data Emissão	Descrição	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Amortização do Principal	Montante	Vencimento	Finalidade
Controladora	RS 303.205	15 de dezembro de 2015	4ª Emissão (3ª série)	IPCA + 8,43%	Semestrais	Única	RS 329.220 (i)	Dezembro de 2020	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.
Controladora	RS 180.000	15 de dezembro de 2016	5ª Emissão Debêntures	IPCA + 6,54%	Anual	Única	RS 91.828 (i) RS 91.828 (i)	Dezembro de 2022 Dezembro de 2023	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.
Controladora	RS 1.000.000	15 de abril de 2017	6ª Emissão (1ª série)	CDI + 0,90%	Semestrais	Anual	RS 341.190 RS 341.190	Abril de 2021 Abril de 2022	Pré-pagamento da 2ª e 3ª emissão de debêntures e da 2ª série da 4ª emissão de debêntures
			6ª Emissão (2ª série)	IPCA + 6,78%	Semestrais	Anual	RS 159.859 (i) RS 159.859 (i)	Abril de 2023 Abril de 2024	
Controladora	RS 900.000	26 de junho de 2017	3ª Emissão de Nota Promissória	CDI + 1,35%	No vencimento	Única	RS 900.000	Junho de 2018	Reforço de capital de giro e aquisição do Projeto Aho Sertão II
Controladora indireta AES Tietê Eólica	1.044.100	15 de dezembro de 2014	Financiamento BNDES direto e BNDES indireto - Repasse BB	TJLP + 2,88% aa TJLP (Subcrédito Social) / TJLP + 2,60% aa	Mensal	Mensal	RS 955.432	Dezembro de 2031	Financiamento dos parques de Aho Sertão II
	146.000	15 de dezembro de 2014	Debênture Infra Estrutura	IPCA + 7,61% aa (1ª série) IPCA + 7,87% aa (2ª série)	Semestral	Semestral	RS 176.713	Dezembro de 2025	

- (i) O saldo devedor é corrigido monetariamente pelo IPCA em uma base diária, sendo este montante incorporado ao saldo da dívida.

Arrendamento financeiro – Referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo do arrendamento financeiro, em 30 de setembro de 2017, registrado pela Companhia era de R\$789 no passivo e R\$686 no ativo (R\$648 no passivo e R\$600 no ativo em 31 de dezembro de 2016). A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos.

Em 12 de setembro de 2017 foi celebrado o terceiro aditamento da escritura da 3ª série da 4ª emissão de debêntures. A Escritura de Emissão foi alterada para prever que somente será considerado um Evento de Inadimplemento caso os índices financeiros em questão não sejam observados pela Companhia por 2 trimestres consecutivos. Além disso, foi realizada também a alteração dos parâmetros dos índices e limites financeiros, de forma que passem a valer como se segue:

(a) o índice obtido pela divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA Ajustado não poderá ser superior a: (i) 3,5 vezes; ou (ii) 3,85 vezes caso, a partir de 3 de março de 2017, ocorra uma Aquisição de Ativos, durante o período de 36 meses contados da data da efetiva conclusão da respectiva Aquisição de Ativos (inclusive) ou até a data de vencimento da 4ª Emissão, o que ocorrer primeiro. Cabe ressaltar que o período de 36 meses será sempre contado da data da efetiva conclusão da última Aquisição de Ativos realizada; e (b) o índice obtido pela divisão do EBITDA Ajustado pelas Despesas Financeiras (conforme definido na Escritura de Emissão) não poderá ser inferior a 1,5 vezes;

“Aquisição de Ativos” significa uma aquisição, pela Companhia, direta ou indiretamente, de qualquer participação societária, inclusive por meio de subscrição ou compra e venda de valores mobiliários, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações. No caso de uma Aquisição de Ativos, o cálculo e a verificação do Índice Financeiro deverá considerar o EBITDA Ajustado proforma do ativo adquirido, consolidado com o da Companhia, relativo aos 12 meses anteriores à data de liquidação da respectiva Aquisição de Ativos.

## Notas Explicativas

Ainda, a Escritura de Emissão foi alterada para refletir a substituição do termo “controladas” por “Controladas Relevantes”, que terá o seguinte significado: as controladas, diretas ou indiretas, da Companhia cujo EBITDA Ajustado represente valor igual ou superior a 10% do EBITDA Ajustado da Companhia;

Adicionalmente, houve o pagamento de R\$2.517 para a obtenção do 3º aditamento, somado aos custos de assessoria, no montante de R\$1.411, totalizando um montante de R\$3.928. Em consonância com o CPC 38, a Companhia avaliou que o valor pago está diretamente vinculado a estruturação do aditamento e, dessa forma, o custo referente à obtenção do aditamento foi diferido e amortizado pelo prazo de realização desta emissão. Como consequência, a taxa efetiva de juros sofreu uma alteração de 9,91% para 10,11%, somado ao IPCA.

### Financiamentos existentes no ativo adquirido de Alto Sertão II

#### i- Financiamento BNDES (Direto e Repasse Banco do Brasil)

A controlada AES Tietê Eólica (nova denominação da Renova Eólica), com a interveniência de suas controladas, da sua controladora direta Nova Energia S.A e sua controladora indireta anterior, a Renova Energia S.A., obteve financiamento no valor total de R\$1.044.100 (contrato direto assinado em 4 de junho de 2014, no valor de R\$734.020 e o contrato de repasse assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$310.080).

O financiamento foi dividido em 16 Subcréditos, de “A” a “P”, sendo que a amortização dos mesmos a partir de setembro de 2017 tem as seguintes características: (a) os subcréditos A, C, D, E, F, G, I, J, M e P com 192 prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com fórmula constante no contrato do financiamento, vencendo-se a primeira prestação em 15 de setembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2031.

(b) os subcréditos B, H, K, L, N e O tem 192 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de setembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2030.

São garantias de todos os contratos do BNDES, bem como do Repasse do Banco do Brasil, o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens, fiança bancária, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Em 30 de setembro de 2017, este índice está sendo integralmente cumprido.

#### ii- Debêntures de infraestrutura

Em 15 de novembro de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries (“Debêntures”), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Companhia, no valor total de R\$146.000.

## Notas Explicativas

As Debêntures foram emitidas como debêntures de infraestrutura, tendo em vista o enquadramento dos empreendimentos como projetos prioritários, por meio das portarias expedidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos das Debêntures foram destinados ao LER 2010 e LEN 2011 com o objetivo de complementar o financiamento do BNDES, para aquisição de ativos.

As amortizações das debêntures de primeira e segunda série seguem o cronograma disposto na Escritura da Emissão, sendo que a amortização das debêntures da primeira série teve início em 15 de junho de 2015 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025 e a amortização das debêntures da segunda série tiveram início em 15 de dezembro de 2016 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025. O pagamento dos juros ocorre em parcelas semestrais, nos meses de junho e dezembro de cada ano.

Esta operação, assim como o financiamento com BNDES e repasse do Banco do Brasil, estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Em 30 de setembro de 2017, este índice está sendo integralmente cumprido.

### Condições Restritivas

As dívidas emitidas pela incorporada Renova Eólica com o BNDES contemplam cláusulas de condições restritivas, tais como:

#### Restrição de distribuição de dividendos

O Estatuto Social da controlada indireta AES Tietê Eólica prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, a controlada indireta AES Tietê Eólica obteve financiamentos do BNDES, repasse do Banco do Brasil e emitiu uma debênture de infraestrutura que contemplam a restrição de não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital, acima de 25% do lucro líquido ajustado, salvo se expressamente autorizado pelo BNDES, Banco do Brasil ou pelos debenturistas reunidos em AGD, ou se verificada, cumulativamente, a ocorrência dos seguintes itens: (i) até 31 de dezembro de 2023, o saldo total da “Conta Reserva Especial da Holding” de titularidade da Emissora e das “Contas Reservas Especiais Individuais” de titularidade de cada SPE, regulada na forma do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças, deverá ser equivalente a, no mínimo, R\$60.000 considerando o pagamento pretendido como efetuado; (ii) verificada a conclusão do projeto; (iii) preenchidas a conta reserva BNDES, a conta reserva BB, a conta reserva do serviço de dívida das debêntures e a conta reserva de O&M, na forma do contrato de cessão; (iv) atingido o ICSD mínimo de 1,30; (v) verificada a inexistência de inadimplemento de qualquer empresa que pertença ao grupo econômico da controlada indireta AES Tietê Eólica perante o Sistema BNDES; e (vi) comprovada a geração mínima consolidada das centrais geradoras eólicas de

## Notas Explicativas

1.430.475 MWh no período de doze meses imediatamente anteriores à distribuição pretendida.

### 16.4 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

	Controladora				Consolidado			
	30.09.2017		31.12.2016		30.09.2017		31.12.2016	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional								
CDI	1.636.812	65,57	936.982	65,83	1.636.812	45,07	936.982	65,83
IPCA	858.757	34,40	485.630	34,12	1.035.470	28,51	485.630	34,12
TJLP	-	-	-	-	958.805	26,40	-	-
Taxa fixa	789	0,03	648	0,05	789	0,02	648	0,05
<b>Total</b>	<b>2.496.358</b>	<b>100,00</b>	<b>1.423.260</b>	<b>100,00</b>	<b>3.631.876</b>	<b>100,00</b>	<b>1.423.260</b>	<b>100,00</b>

### 16.5 Em 30 de setembro de 2017, as parcelas relativas ao principal das debêntures, arrendamento financeiro e custos a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Debêntures	BNDES / Repasse BNDES (Banco do Brasil) / BNDES (Subcrédito Social)	Arrendamento financeiro	Custos a amortizar	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2018	4.152	12.335	233	(1.559)	15.161
2019	6.231	51.270	93	(6.686)	50.908
2020	362.428	54.263	31	(7.191)	409.531
2021	376.244	57.422	-	(2.605)	431.061
Após 2021	933.957	729.968	-	(2.829)	1.661.096
	<b>1.683.012</b>	<b>905.258</b>	<b>357</b>	<b>(20.870)</b>	<b>2.567.757</b>

### 16.6 Os indexadores utilizados para atualização das debêntures, empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

	30.09.2017	31.12.2016
CDI <sup>(i)</sup>	8,14%	13,63%
TJLP <sup>(i)</sup>	7,00%	7,50%
IPCA <sup>(ii)</sup>	2,54%	6,29%

### 16.7 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros nos contratos das debêntures, empréstimos e financiamentos.

Conforme definido nos contratos, a Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- (i) Capacidade de endividamento (endividamento líquido): mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado <sup>(i)</sup> dos últimos 12 meses. Este índice deve ser inferior a 3,5 vezes, sendo que em caso de Aquisição de Ativos pela emissora, o índice assume como limite 3,85x durante o período de 36 meses ou até a data de vencimento, o que ocorrer primeiro. Em 30 de setembro de 2017 este índice era de 2,72 vezes;
- (ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Este índice deve ser superior a 1,5 vezes. Em 30 de setembro de 2017 este índice era de 4,78 vezes.

## Notas Explicativas

A não observância dos índices mencionados anteriormente por dois trimestres consecutivos, verificados trimestralmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

A Companhia também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 30 de setembro de 2017 foram atendidos.

- (i) EBITDA ajustado – significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil da Emissora na linha “Resultado antes dos tributos sobre o lucro” (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; e (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada. No caso de uma aquisição de ativos, o cálculo e a verificação do índice financeiro deverá considerar o EBITDA Ajustado proforma do ativo adquirido, consolidado com o da Emissora, relativo aos 12 meses anteriores à data de liquidação da respectiva aquisição de ativos.

Os *covenants* das empresas adquiridas do Complexo Eólico Alto Sertão II estão apresentados na nota explicativa nº 16.3.

### 17 Obrigações com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex empregados e respectivos beneficiários. A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

Para maiores detalhes acerca das obrigações com entidade de previdência privada, vide nota explicativa 15 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, especificamente um aumento nas taxas de juros. Em 30 de setembro de 2017, a Companhia não verificou nenhuma alteração significativa de mercado que requeresse uma atualização da avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2016.

#### (a) Movimentação do passivo registrado:

	Controladora e Consolidado
	30.09.2017
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>7.981</b>
Despesa do período conforme laudo atuarial	2.613
Pagamentos de contribuições	(990)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b>9.604</b>

## Notas Explicativas

### (b) Despesas reconhecidas no resultado do período:

	Controladora e Consolidado		Controladora	
	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
Custo dos serviços correntes	696	2.087	267	802
Custo dos juros	9.169	27.508	8.110	24.329
Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.993)	(26.981)	(8.174)	(24.521)
<b>Total das despesas benefício definido</b>	<b>872</b>	<b>2.614</b>	<b>203</b>	<b>610</b>
Outras contribuições	140	532	155	61
<b>Total da despesa no período</b>	<b>1.012</b>	<b>3.146</b>	<b>358</b>	<b>671</b>

## 18 Conta de ressarcimento - CCEE

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas do LER 2010 e a CCEE e de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2010 e o maior valor entre o PLD médio do ano e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2010 e ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011.

Os ressarcimentos dos parques LER 2010 e LEN 2011 por desvios positivos (acima da faixa de tolerância – 30% para o LER 2010 e para os parques do LEN 2011 30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2010, e mensalmente à partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância para os parques do LEN 2011. Os Parques do LER 2010 são valorados a 70% do preço de venda vigente e os parques do LEN 2011 são valorados pelo PLD mensal, conforme expresso nos referidos contratos. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2010 e ao PLD para os parques do LEN 2011. O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017 e o LEN 2011 se encerrará em dezembro de 2019.

O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017 e o LEN 2011 se encerrará em dezembro de 2019.

## Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos ativos e passivos em 30 de setembro de 2017.

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
CCEE	5.215	19.532
Distribuidoras	-	566
<b>Subtotal</b>	<b>5.215</b>	<b>20.098</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
CCEE	1.272	395
Distribuidoras	-	33.043
<b>Subtotal</b>	<b>1.272</b>	<b>33.438</b>
<b>Total</b>	<b>6.487</b>	<b>53.536</b>

A movimentação dos saldos de ressarcimentos ativos e passivos é como segue:

	Consolidado				
	Saldo inicial 31.12.2016	Efeito da aquisição	Provisões	Pagamentos	Saldo final 30.09.2017
CCEE	-	5.049	1.438	-	6.487
<b>Total ativo</b>	<b>-</b>	<b>5.049</b>	<b>1.438</b>	<b>-</b>	<b>6.487</b>
CCEE	-	18.877	3.104	(2.054)	19.927
Distribuidoras	-	34.147	(161)	(377)	33.609
<b>Total passivo</b>	<b>-</b>	<b>53.024</b>	<b>2.943</b>	<b>(2.431)</b>	<b>53.536</b>

Abertura do ressarcimento por ciclo:

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	MWh	R\$	MWh	R\$
CCEE - LER 2010 - Ciclo 09.2016 à 08.2017 (anual)	1.451	192	38.029	8.276
CCEE - LER 2010 - Ciclo 09.2013 à 08.2017 (quadrienal)	26.543	5.023	59.480	11.256
Distribuidoras - LEN 2011 - Ciclo 01.2016 à 12.2019 (quadrienal)	-	-	3.262	566
<b>Subtotal</b>	<b>27.994</b>	<b>5.215</b>	<b>100.772</b>	<b>20.098</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>				
CCEE - LER 2010 - Ciclo atual (quadrienal)	6.725	1.272	2.085	395
Distribuidoras - LEN 2011 - Ciclo 01.2016 à 12.2019	-	-	189.853	33.043
<b>Subtotal</b>	<b>6.725</b>	<b>1.272</b>	<b>191.938</b>	<b>33.438</b>
<b>Total</b>	<b>34.719</b>	<b>6.487</b>	<b>292.710</b>	<b>53.536</b>

## 19 Passivos ambientais

Conforme combinação de negócios detalhada na nota explicativa nº 1, a Companhia reconheceu em suas informações financeiras de 30 de setembro de 2017 passivos ambientais com estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com as exigências regulatórias e ambientais de projetos construídos. A análise quanto aos valores envolvidos nesta estimativa foi realizada pela equipe interna de ambiental baseado em fontes de informações internas e externas as quais envolvem julgamentos.

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das eólicas, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa

## Notas Explicativas

obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação dos parques em operação.

A seguir está apresentada a composição dos passivos ambientais:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Passivo circulante	1.665	1.562	4.001	1.562
Passivo não circulante	8.957	8.276	13.659	8.276
<b>Total</b>	<b>10.622</b>	<b>9.838</b>	<b>17.660</b>	<b>9.838</b>

A movimentação dos passivos ambientais é como segue:

	Controladora	Consolidado
	30.09.2017	30.09.2017
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>9.838</b>	<b>9.838</b>
Efeito da aquisição	-	6.943
Provisão	74	74
Atualização	710	805
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b>10.622</b>	<b>17.660</b>

## Notas Explicativas

## 20 Provisões para processos judiciais e outros

## 20.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
<b>Trabalhista (a)</b>	4.546	3.774	2.970	3.109	4.546	3.774	2.970	3.109
<b>Meio ambiente (b)</b>	2.058	2.017	-	-	2.058	2.017	-	-
<b>Regulatório (c)</b>								
Perda no repasse da energia de Itaipu (c.1)	24.702	25.898	-	-	24.702	25.898	-	-
Despacho 288 (c.2)	32.828	33.515	-	-	32.828	33.515	-	-
<b>Fiscal (d)</b>								
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	5.701	5.531	-	-	5.701	5.531	-	-
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.2)	2.793	3	2.457	3	2.793	3	2.457	3
<b>Cível (e)</b>								
Arbitragens (e.1)	-	-	-	-	48.691	-	-	-
Outros processos cíveis	3.055	2.852	-	-	3.055	2.852	-	-
<b>Total</b>	<b>75.683</b>	<b>73.590</b>	<b>5.427</b>	<b>3.112</b>	<b>124.374</b>	<b>73.590</b>	<b>5.427</b>	<b>3.112</b>
Circulante	1.779	1.571			1.779	1.571		
Não Circulante	73.904	72.019			122.595	72.019		
<b>Total</b>	<b>75.683</b>	<b>73.590</b>			<b>124.374</b>	<b>73.590</b>		

O total de cauções e depósitos vinculados em 30 de setembro de 2017 no montante de R\$5.964 (R\$4.465 em 31 de dezembro de 2016), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado		
Cauções e Depósitos Vinculados		
	30.09.2017	31.12.2016
Processos prováveis	5.427	3.112
Processos possíveis	58	74
Processos remotos	479	1.279
<b>Total</b>	<b>5.964</b>	<b>4.465</b>

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora					
	Saldo inicial 31.12.2016	Provisão	Atualização monetária / cambial	Reversão de provisão	Pagamentos	Saldo final 30.09.2017
<b>Trabalhista (a)</b>	3.774	1.099	527	(34)	(820)	4.546
<b>Meio ambiente (b)</b>	2.017	53	-	(12)	-	2.058
<b>Regulatório (c)</b>						
Perda no repasse da energia de Itaipu (c.1)	25.898	-	(1.196)	-	-	24.702
Despacho 288 (c.2)	33.515	-	(687)	-	-	32.828
<b>Fiscal (d)</b>						
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	5.531	-	170	-	-	5.701
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.2)	3	2.767	23	-	-	2.793
<b>Cível</b>	2.852	-	203	-	-	3.055
<b>Total</b>	<b>73.590</b>	<b>3.919</b>	<b>(960)</b>	<b>(46)</b>	<b>(820)</b>	<b>75.683</b>
Circulante	1.571					1.779
Não circulante	72.019					73.904
<b>Total</b>	<b>73.590</b>					<b>75.683</b>

## Notas Explicativas

	Consolidado						Saldo final 30.09.2017
	Saldo inicial 31.12.2016	Efeito da aquisição	Provisão	Atualização monetária / cambial	Reversão de provisão	Pagamentos	
<b>Trabalhista (a)</b>	3.774	-	1.099	527	(34)	(820)	4.546
<b>Meio ambiente (b)</b>	2.017	-	53	-	(12)	-	2.058
<b>Regulatório (c)</b>							
Perda no repasse da energia de Itaipu (c.1)	25.898	-	-	(1.196)	-	-	24.702
Despacho 288 (c.2)	33.515	-	-	(687)	-	-	32.828
<b>Fiscal (d)</b>							
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	5.531	-	-	170	-	-	5.701
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.2)	3	-	2.767	23	-	-	2.793
<b>Cível (e)</b>							
Arbitragens (e.1)	-	48.691	-	-	-	-	48.691
Outros	2.852	-	-	203	-	-	3.055
<b>Total</b>	<b>73.590</b>	<b>48.691</b>	<b>3.919</b>	<b>(960)</b>	<b>(46)</b>	<b>(820)</b>	<b>124.374</b>
Circulante	1.571						1.779
Não circulante	72.019						122.595
<b>Total</b>	<b>73.590</b>						<b>124.374</b>

A seguir a Companhia apresenta um resumo dos processos judiciais provisionados aos quais está envolvida, e as respectivas atualizações ocorridas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017. Para maiores detalhes dos referidos processos, vide nota explicativa nº 16.1 das Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

- (a) **Trabalhistas:** Existem 159 processos (161 em 31 de dezembro de 2016) de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 38 processos (37 em 31 de dezembro de 2016). O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$4.546, em 30 de setembro de 2017 (R\$3.774 em 31 de dezembro de 2016).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que estes processos serão concluídos até 2022.

- (b) **Meio ambiente:** Existem 337 processos de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 308 demandas, já que as demais 29 ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$2.058 (R\$2.017 em 31 de dezembro de 2016).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2023.

- (c) **Regulatório:**

- (c.1) **Perda no repasse de energia de Itaipu:** Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da Companhia em adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Atualmente a Companhia aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão atualizado pela variação cambial, em 30 de setembro de 2017, no montante de R\$24.702 (R\$25.898 em 31 de dezembro de 2016).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2020.

## Notas Explicativas

(c.2) Despacho 288: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia – MAE. Tais alterações reconheciam a Companhia como devedora no mercado de curto prazo. A última atualização referente ao processo foi em 15 de janeiro de 2016, data em que foi publicada uma nova decisão de segunda instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela Companhia, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 30 de setembro de 2017 corresponde a R\$32.828 (R\$33.515 em 31 de dezembro de 2016).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2022.

(d) Fiscal:

(d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram que de um total de R\$127.863 (R\$140.384 em 31 de dezembro de 2016) envolvidos na discussão, apenas R\$5.701 (R\$5.531 em 31 de dezembro de 2016) são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2019.

(d.2) A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia está obrigada a efetuar o recolhimento dos valores. A Companhia compensou os débitos com seus créditos de tributos federais até março de 2017, no total de R\$6.855, referente às competências de julho de 2015 a fevereiro de 2017. A partir de abril de 2017 (competência de março de 2017), a Companhia passou a efetuar depósitos judiciais nos montantes correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 30 de setembro de 2017, corresponde a R\$2.793 e efetuou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$2.457. Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia estima como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Desta forma, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2021.

## Notas Explicativas

### (e) Cível:

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Nova Energia, passivo contingente avaliado ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$48.691. Tais valores referem-se a dois procedimentos arbitrais movidos em face da Renova e das 15 SPE's relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II por fornecedores contratados na época. Uma das arbitragens foi iniciada em dezembro de 2015, relativa à execução de contratos de locação de guindastes e montagem de torres em parques eólicos, com o objetivo de obter os valores remanescente devidos por supostos atrasos nos cronogramas de obras, alegadamente atribuíveis à Renova. Tais atrasos teriam obrigado o fornecedor a incorrer em períodos adicionais e imprevistos na locação de guindastes e montagem das torres. Como argumentos de defesa, a Renova, em sede de reconvenção, imputa ao fornecedor atrasos injustificados na execução dos contratos, extravio e entrega de peças danificadas, além de ter recebido pagamentos a maior. Em junho de 2017, foi encerrada a fase de instrução e determinado que as partes apresentem as suas alegações finais. Atualmente, aguarda-se a sentença. Os consultores jurídicos avaliaram que de um total de R\$63.871 envolvidos na discussão, apenas R\$29.310 são considerados como perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. O segundo procedimento arbitral foi iniciado por outro fornecedor, em novembro de 2016, relativo a construção (fundação e acessos) de parques eólicos na Bahia. Em linhas gerais, os pleitos do fornecedor são relativos a "Change Orders" (alterações de escopo durante a execução dos contratos), alterações tributárias e investimentos imprevistos pelo fornecedor em razão de atrasos nos cronogramas. Como argumento de defesa, a Renova, em sede de reconvenção, pleiteia o recebimento de valores, especialmente em razão de gestão ambiental ineficiente que deu causa a passivo, da queda de uma torre por responsabilidade do fornecedor, e outros problemas no transcorrer das obras. Este processo ainda está em fase de instrução/probatória. Os consultores jurídicos avaliaram que de um total de R\$57.628 envolvidos na discussão, apenas R\$19.381 são considerados como perda provável, sendo o restante considerado como perda possível.

### 20.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Meio ambiente (a)	Não determinado	Não determinado	Não determinado	Não determinado
Cível* (b)	7.625	8.449	80.433	8.449
Fiscal (c)	272.973	265.746	272.973	265.746
Regulatório (d)	109.482	102.679	109.482	102.679
Imobiliário (e)	Não determinado	Não determinado	Não determinado	Não determinado
<b>Total</b>	<b>390.080</b>	<b>376.874</b>	<b>462.888</b>	<b>376.874</b>

## Notas Explicativas

\* A Companhia também apresenta como processo cível a Obrigação de Expansão o qual, no momento, não é possível estimar o valor de um possível desembolso futuro.

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

- (a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas a suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de Bariri, Nova Avanhandava e Barra Bonita, e possuem valor de causa simbólico motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro. Nas ações dos Reservatórios de Bariri e Nova Avanhandava não houve andamentos nos últimos períodos. Já com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a Companhia foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a Companhia apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da Companhia avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela Companhia.
- (b) Cível:
- (b.1) Obrigação de expansão: Vide nota explicativa nº 2.2.
- (b.2) Em 13 de março de 2013, a Dois Irmãos Comércio e Reflorestamento Limitada (“Dicrel”) moveu ação judicial contra a Companhia postulando valores supostamente devidos pela Companhia em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre as partes. O processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$6.968, atualizado até 30 de setembro de 2017 (R\$6.481 em 31 de dezembro de 2016).
- (b.3) A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Nova Energia, passivo contingente avaliado ao seu valor justo na combinação de negócios, conforme mencionado no item (b) da nota explicativa nº 20.1. De um total de R\$121.499 referente às referidas arbitragens, R\$72.808 foi avaliada como perda possível.
- (c) Fiscal:
- (c.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se a intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item (d.1) da nota explicativa nº 20.1 sendo

## Notas Explicativas

estimado como perda possível R\$122.162 de um total de R\$127.863 (R\$134.853 de um total de R\$140.384 em 31 de dezembro de 2016). Em abril de 2017, os assessores legais da Companhia reavaliaram a forma de atualização de uma das compensações administrativas e procedeu um ajuste no valor estimado no montante de R\$16.700. Em 19 de abril de 2017, a Companhia foi intimada de decisão de segunda instância administrativa desfavorável aos seus interesses. Tal decisão foi proferida em um dos quatro processos administrativos, cujo prognóstico é classificado como possível, em que se discutem as compensações de IRPJ e CSLL, o qual corresponde ao valor de R\$43.500. Em 27 de abril de 2017, a Companhia interpôs recurso especial que será apreciado pela Câmara Superior do CARF. Apesar da decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece classificado como possível. No tocante as demais três compensações, aguarda-se decisão dos recursos administrativos apresentados pela Companhia perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF (segunda instância administrativa).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2019. Para a compensação em que a Companhia apresentou recurso especial em abril de 2017, os assessores jurídicos estimam a conclusão durante o ano de 2018.

- (c.2) Auto de infração – ágio: Refere-se ao Auto de Infração emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos à IRPJ e CSLL, no montante de R\$123.361 atualizado até 30 de setembro de 2017 (R\$102.784 até 31 de dezembro de 2016), supostamente devidos em razão da dedutibilidade do ágio registrado pela Companhia na incorporação da AES Gás S.A e da AES Tietê Participações S.A. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a Companhia recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a Companhia recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial a ser apreciado pela Câmara Superior do CARF. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido recurso. Em que pese a decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.
- (c.3) Auto de infração – Refere-se ao Auto de Infração emitido pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida, no ano de 2008, dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável à Companhia. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em outubro de 2016, foi proferida decisão desfavorável que rejeitou os embargos de declaração. Em decorrência, foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento pela Câmara Superior do CARF. Em que pese a decisão desfavorável, o prognóstico de perda

## Notas Explicativas

permanece inalterado. O valor atualizado até 30 de setembro de 2017 é de R\$8.754 (R\$7.377 em 31 de dezembro de 2016).

(c.4) Mandado de Segurança- Multa de Mora: Em abril de 2005, a Companhia moveu ação judicial em face da União Federal com o intuito de afastar a aplicação de multa de mora dos pagamentos de diferenças espontaneamente recolhidas a título de Contribuição ao PIS e da COFINS, referentes aos meses de junho a outubro de 2004. Em outubro de 2005, foi proferida decisão de primeira instância, favorável aos interesses da Companhia. Em decorrência, a União Federal interpôs o recurso de apelação. Em setembro de 2008, foi proferida decisão de segunda instância que negou provimento ao recurso da União Federal, mantendo a decisão favorável a Companhia. Em face desta decisão, a União Federal interpôs Recurso Especial e a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região determinou que fosse realizado o juízo de retratação e, com isso, um novo julgamento do recurso de apelação da União. Em fevereiro de 2010, foi proferida decisão monocrática favorável aos interesses da União Federal. Em decorrência, em fevereiro de 2011, a Companhia interpôs Recurso Especial. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido recurso. O valor atualizado até 30 de setembro de 2017 é de R\$9.118 (R\$8.808 em 31 de dezembro de 2016).

(d) Regulatório: Resolução Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013: Refere-se principalmente a alterações na forma de rateio do custo do despacho adicional de usina termelétricas estabelecido na Resolução CNPE nº 3. A última atualização referente ao processo foi em 07 de junho de 2016, quando por unanimidade de votos, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou provimento ao recurso de apelação da União. Com base nas decisões judiciais e nos pareceres jurídicos obtidos pela APINE, a Companhia não reconhece o custo do ESS por motivo de segurança energética. A liminar obtida pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) continua vigente.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar aproximadamente R\$109.482, referentes aos valores originais divulgados pela CCEE nas liquidações financeiras ocorridas até 30 de setembro de 2017 (R\$102.661 até 31 de dezembro de 2016).

(e) Imobiliário: Ismênia Francisco Alves apresentou Ação de Desapropriação indireta do imóvel confrontante em face da Companhia, em razão da erosão hídrica das águas do reservatório requerendo, além da indenização, realização de obras para contenção da erosão (águas do reservatório teriam invadido e inutilizado parte da propriedade da Autora). Em março de 2017, foi proferida decisão de primeira instância favorável aos interesses da Companhia, a qual julgou totalmente improcedente a ação de desapropriação indireta proposta em face da Companhia. Em junho de 2017, a autora interpôs o recurso de apelação. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido recurso. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, esta deverá ser apurada em fase de liquidação de sentença, portanto, trata-se de valor inestimável.

## Notas Explicativas

### 20.3 Outros processos - rebaixamento hidrelétrico

Refere-se ao processo ao qual a Companhia possui liminar vigente, evitando o desembolso temporário de caixa. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia estima o desembolso de aproximadamente R\$445.616 até 30 de setembro de 2017 (R\$314.996 em 31 de dezembro de 2016), montante este recebido pela Companhia por meio das liquidações financeiras da CCEE, sem impacto deste valor em sua demonstração de resultado, uma vez que os efeitos dessas operações já se encontram devidamente reconhecidos, sem considerar os efeitos das medidas liminares. Vide notas explicativas nº 14 e 29.3 (c.2).

#### Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia possui 1 carta de fiança no valor de R\$383 e 3 seguros garantia no valor de R\$5.837 para processos judiciais de natureza tributária, totalizando uma importância segurada de R\$6.220, ao custo de 0,35% a 3,25% a.a. Os valores referentes ao seguro garantia estão registrados como despesas pagas antecipadamente e amortizados no resultado do período de acordo com o prazo contratual, de forma linear.

## 21 Patrimônio líquido

Para maiores detalhes sobre o capital social, vide nota explicativa nº 18.1 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A seguir está apresentada a composição acionária da Companhia:

	30.09.2017		31.12.2016	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>				
AES Holdings Brasil Ltda.	477.289.199	61,57	477.289.199	61,57
BNDESPar	111.477.600	14,38	111.477.600	14,38
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	31.228.340	4,03	31.228.340	4,03
Outros	155.149.092	20,02	155.179.442	20,02
<b>Ações ordinárias em circulação</b>	<b>775.144.231</b>	<b>100,00</b>	<b>775.174.581</b>	<b>100,00</b>
Ações em tesouraria	30.353	-	3	-
<b>Total das ações ordinárias</b>	<b>775.174.584</b>	<b>100,00</b>	<b>775.174.584</b>	<b>100,00</b>
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>				
AES Holdings Brasil Ltda.	471.926	0,04	471.926	0,04
BNDESPar	445.910.403	37,40	445.910.403	37,40
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	124.913.360	10,48	124.913.360	10,48
Outros	620.792.982	52,07	620.914.627	52,08
<b>Ações preferenciais em circulação</b>	<b>1.192.088.671</b>	<b>99,99</b>	<b>1.192.210.316</b>	<b>100,00</b>
Ações em tesouraria	121.657	0,01	12	-
<b>Total das ações preferenciais</b>	<b>1.192.210.328</b>	<b>100,00</b>	<b>1.192.210.328</b>	<b>100,00</b>
<b>Total das ações</b>	<b>1.967.384.912</b>		<b>1.967.384.912</b>	

## Notas Explicativas

### 21.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016
<u>Reservas de capital:</u>		
Reserva especial de ágio na incorporação	186.570	186.570
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	9.405	9.405
Ações e opções de ações outorgadas	2.319	2.097
<b>Subtotal</b>	<b>198.294</b>	<b>198.072</b>
<u>Avaliação patrimonial:</u>		
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	815.903	858.717
<u>Outros resultados abrangentes:</u>		
Plano de previdência privada - perdas atuariais, líquido de impostos	(3.289)	(3.289)
Hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos (a)	585	-
<b>Subtotal</b>	<b>(2.704)</b>	<b>(3.289)</b>
<u>Reservas de lucro:</u>		
Reserva legal	73.425	73.425
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	34.528
<b>Subtotal</b>	<b>73.425</b>	<b>107.953</b>
<b>Total</b>	<b>1.084.918</b>	<b>1.161.453</b>

Para maiores detalhes sobre as reservas de capital e de lucro, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes, vide nota explicativa nº 18.2 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

- a) Parcela efetiva resultante de variações no valor justo de instrumentos de *hedge* contratados para fins de *hedge* de fluxo de caixa e reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 29.1.2.

### 21.2 Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

Em dezembro de 2016, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada proposta da Administração da Companhia para distribuição de dividendos complementares no montante de R\$34.528, correspondente a R\$0,01754997248 por ação ordinária e preferencial e R\$0,0877498624 por Unit referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Este valor estava classificado no patrimônio líquido sob a rubrica “proposta de distribuição de dividendos adicionais”. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017, foi aprovada sua distribuição, sendo o pagamento realizado em 25 de maio de 2017.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de dezembro de 2016, foi aprovada a distribuição dos juros sobre o capital próprio, não imputáveis ao dividendo obrigatório referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$59.983 correspondente a R\$0,03048851034 por ação ordinária e preferencial e R\$0,15244255170 por Unit. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017, foi aprovada a data de pagamento a qual foi realizado em 25 de maio de 2017.

## Notas Explicativas

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de maio de 2017, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$133.320 correspondente a R\$0,06776505911 por ação ordinária e preferencial e R\$0,33882529555 por Unit referente ao período encerrado em 31 de março de 2017. O pagamento foi realizado em 25 de maio de 2017.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de agosto de 2017, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, no montante de R\$102.401 correspondente a R\$0,05205339381 por ação ordinária e preferencial e R\$0,26026696905 por Unit. O pagamento foi realizado em 25 de setembro de 2017.

## 22 Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é o de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Como mencionado na nota explicativa nº 1.1, em decorrência dos acionistas que exerceram seu direito de retirada, em 07 de julho de 2017, a Companhia adquiriu 36 ações ordinárias, 389 ações preferenciais e 30.314 *units* de emissão da Companhia. Essas ações foram mantidas como ações em tesouraria, sendo assim, a média ponderada foi ajustada prospectivamente a partir da data de aquisição.

As ações preferenciais e ordinárias da Companhia possuem direitos econômicos equivalentes.

### 22.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico

A tabela a seguir apresenta o resultado básico por ação para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, excluindo as ações ordinárias e preferenciais mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora			
	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
<b>Numerador:</b>				
Resultado líquido do período	37.944	254.922	97.846	275.416
<b>Denominador (em milhares de ações):</b>				
Média ponderada do número de ações ordinárias	775.146	775.165	775.175	775.175
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.192.097	1.192.172	1.192.210	1.192.210
Remuneração das ações preferenciais - idênticas às ordinárias	1,00	1,00	1,00	1,00
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	1.192.097	1.192.172	1.192.210	1.192.210
<b>Denominador ajustado</b>				
Denominador para lucro básico por ação	1.967.243	1.967.337	1.967.385	1.967.385
Denominador para lucro básico por ação ajustado	1.967.243	1.967.337	1.967.385	1.967.385
<b>Resultado básico por ação (R\$ por ação)</b>				
Resultado básico por ação ordinária	0,01929	0,12958	0,04973	0,13999
Resultado básico por ação preferencial	0,01929	0,12958	0,04973	0,13999
Resultado básico por Unit	0,09644	0,64789	0,24867	0,69995

## Notas Explicativas

### Resultado atribuível aos acionistas:

Períodos	Ordinárias	Preferenciais	Total
01.07.2017 a 30.09.2017	14.946	22.998	37.944
01.01.2017 a 30.09.2017	100.417	154.505	254.922
01.07.2016 a 30.09.2016	38.553	59.293	97.846
01.01.2016 a 30.09.2016	108.517	166.899	275.416

### 22.2 Demonstração do cálculo do lucro por ação - diluído

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia possui uma reserva especial de ágio no montante de R\$186.570 (R\$186.570 em 31 de dezembro de 2016), que poderá ser capitalizada a favor de sua controladora AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR Participações S.A., sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 18.2, das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio são consideradas diluidoras para o cálculo do resultado por ação diluído da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas.

Caso a reserva seja capitalizada em favor dos acionistas AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR com emissão de 100% das ações e nenhum acionista minoritário exerça seu direito de participar do aumento de capital, o percentual dos demais acionistas reduziria de 47,38% para 45,87% em 30 de setembro de 2017, considerando os preços das ações nesta mesma data.

	Controladora			
	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
<b>Numerador:</b>				
Resultado líquido do período	37.944	254.922	97.846	275.416
<b>Denominador incluindo ações a serem subscritas com a totalidade da reserva de ágio (em milhares de ações):</b>				
Média ponderada do número de ações ordinárias	800.408	800.427	797.119	797.119
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.231.490	1.231.565	1.225.959	1.225.959
<b>Resultado diluído por ação (R\$ por ação)</b>				
Resultado diluído por ação ordinária	0,01867	0,12545	0,04836	0,13614
Resultado diluído por ação preferencial	0,01867	0,12545	0,04836	0,13614
Resultado diluído por Unit	0,09337	0,62727	0,24182	0,68069

### Lucro atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva de ágio

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
01.07.2017 a 30.09.2017	14.946	22.998	37.944
01.01.2017 a 30.09.2017	100.417	154.505	254.922
01.07.2016 a 30.09.2016	38.553	59.293	97.846
01.01.2016 a 30.09.2016	108.517	166.899	275.416

## Notas Explicativas

## 23 Suprimento, compra e transporte de energia elétrica

	Controladora							
	01.07.2017 a 30.09.2017		01.01.2017 a 30.09.2017		01.07.2016 a 30.09.2016		01.01.2016 a 30.09.2016	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
<u>Geração própria e outras:</u>								
Leilão - Eletropaulo (nota 27.1)	-	-	122.648	18.511	104.952	14.903	319.904	45.426
Leilão - Outras empresas	61.080	9.219	192.550	29.218	69.132	9.816	238.565	33.876
Contratos bilaterais	2.654.702	428.216	7.670.225	1.222.394	2.699.301	404.500	8.209.957	1.196.751
Mercado de curto prazo								
MRE	1.103.923	12.216	1.963.844	20.561	1.081.394	13.203	2.925.516	35.820
SPOT	(14.147)	12.574	262.463	62.115	57.076	6.759	401.962	33.235
Outros	-	(11.156)	-	4.989	-	4.318	-	6.593
Outras receitas	-	95	-	190	-	67	-	130
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>3.805.557</b>	<b>451.164</b>	<b>10.211.729</b>	<b>1.357.978</b>	<b>4.011.855</b>	<b>453.566</b>	<b>12.095.904</b>	<b>1.351.831</b>
Pesquisa e desenvolvimento	-	(3.806)	-	(11.484)	-	(3.804)	-	(10.769)
PIS	-	(7.301)	-	(22.000)	-	(7.386)	-	(21.971)
COFINS	-	(33.630)	-	(101.335)	-	(34.020)	-	(101.200)
ICMS	-	(8.666)	-	(24.628)	-	(5.932)	-	(20.254)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.805.557</b>	<b>397.761</b>	<b>10.211.729</b>	<b>1.198.531</b>	<b>4.011.855</b>	<b>402.424</b>	<b>12.095.904</b>	<b>1.197.637</b>
<u>Energia elétrica comprada e transporte:</u>								
Contratos bilaterais	853.099	(198.260)	1.601.279	(338.450)	201.262	(30.376)	567.450	(80.348)
Mercado de curto prazo								
MRE	-	-	-	-	109.267	(1.910)	195.127	(3.678)
SPOT	49.748	(570)	59.655	10.665	473.501	(58.798)	1.224.292	(174.872)
Outros	-	(2.626)	-	(2.762)	-	(1.983)	-	(22.246)
Encargos de transmissão	-	(33.067)	-	(96.702)	-	(32.121)	-	(90.068)
Encargos de conexão	-	(759)	-	(2.593)	-	(112)	-	(1.748)
PIS crédito	-	3.908	-	8.180	-	2.398	-	5.761
COFINS crédito	-	18.000	-	37.679	-	11.049	-	26.537
<b>Total - controladora e consolidado</b>	<b>902.847</b>	<b>(213.374)</b>	<b>1.660.934</b>	<b>(383.983)</b>	<b>784.030</b>	<b>(111.853)</b>	<b>1.986.869</b>	<b>(340.662)</b>

	Consolidado			
	01.07.2017 a 30.09.2017		01.01.2017 a 30.09.2017	
	MWh	R\$	MWh	R\$
<u>Geração própria e outras:</u>				
<b>Receita Fonte Hidráulica</b>				
Leilão - Eletropaulo (nota 27.1)	-	-	122.648	18.511
Leilão - Outras empresas	61.080	9.219	192.550	29.218
Contratos bilaterais	2.654.702	428.216	7.670.225	1.222.394
Mercado de curto prazo				
MRE	1.103.923	12.216	1.963.844	20.561
SPOT	(14.147)	12.574	262.463	62.115
Outros	-	(11.156)	-	4.989
Outras receitas	-	95	-	190
<b>Receita operacional bruta - controladora</b>	<b>3.805.557</b>	<b>451.164</b>	<b>10.211.729</b>	<b>1.357.978</b>
<b>Receita Fonte Eólica e Serviços</b>				
LER 2010	130.954	19.623	130.954	19.623
LEN 2011	6.228	538	6.228	538
Renova comercializadora	148.064	21.934	148.064	21.934
SPOT	37.958	20.723	37.958	20.723
Outras receitas	-	1.202	-	3.219
<b>Receita operacional bruta - consolidado</b>	<b>4.128.761</b>	<b>515.184</b>	<b>10.534.933</b>	<b>1.424.015</b>
<b>Deduções Fonte Hidráulica</b>				
Pesquisa e desenvolvimento	-	(3.806)	-	(11.484)
PIS	-	(7.301)	-	(22.000)
COFINS	-	(33.630)	-	(101.335)
ICMS	-	(8.666)	-	(24.628)
<b>Deduções Fonte Eólica e Serviços</b>				
PIS	-	(416)	-	(449)
COFINS	-	(1.923)	-	(2.076)
ISS	-	(19)	-	(63)
<b>Receita operacional líquida - consolidado</b>	<b>4.128.761</b>	<b>459.423</b>	<b>10.534.933</b>	<b>1.261.980</b>
<u>Energia elétrica comprada e transporte:</u>				
Contratos bilaterais	853.099	(198.260)	1.601.279	(338.450)
Mercado de curto prazo				
SPOT	49.748	(1.265)	59.655	9.970
Outros	-	(2.626)	-	(2.762)
Encargos de transmissão	-	(35.508)	-	(99.143)
Encargos de conexão	-	(759)	-	(2.593)
PIS crédito	-	3.908	-	8.180
COFINS crédito	-	18.000	-	37.679
<b>Total - controladora e consolidado</b>	<b>902.847</b>	<b>(216.510)</b>	<b>1.660.934</b>	<b>(387.119)</b>

## Notas Explicativas

### 24 Outras receitas e despesas

	Controladora				Consolidado	
	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017
Ônus de acordo bilateral - Eletropaulo (nota 2)	-	(7.738)	-	-	-	(7.738)
Ganhos na alienação de bens e direitos	111	169	-	207	111	169
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	(10)	(4.497)	(560)	(560)	(10)	(4.497)
Doações ao Instituto AES Brasil (nota 27.1)	(482)	(1.132)	-	-	(482)	(1.132)
Seguros	(2.140)	(6.434)	(2.090)	(6.254)	(2.415)	(6.709)
Arrendamentos e alugueis	(177)	(825)	(318)	(882)	(624)	(1.272)
Contribuições setoriais	(1.475)	(4.752)	(1.404)	(4.119)	(1.608)	(4.885)
Impostos	(53)	(128)	(85)	(330)	(57)	(132)
Outras doações	-	(27)	(251)	(814)	-	(27)
Outros	(299)	(709)	(351)	(1.149)	(466)	(877)
<b>Total</b>	<b>(4.525)</b>	<b>(26.073)</b>	<b>(5.059)</b>	<b>(13.901)</b>	<b>(5.551)</b>	<b>(27.100)</b>

### 25 Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado		
	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017
<b>Receitas Financeiras</b>						
Renda de aplicações financeiras	29.369	69.638	16.250	61.216	30.158	70.499
Renda de cauções e depósitos judiciais	1.141	1.361	1.318	4.197	1.141	1.361
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.453)	(3.357)	(1.204)	(3.446)	(1.490)	(3.397)
Fumas	-	-	6.282	6.282	-	-
Outras	753	1.105	2.108	2.436	753	1.105
<b>Total</b>	<b>29.810</b>	<b>68.747</b>	<b>24.754</b>	<b>70.685</b>	<b>30.562</b>	<b>69.568</b>
<b>Despesas Financeiras</b>						
Encargos de dívidas	(57.931)	(148.313)	(50.790)	(143.737)	(73.276)	(163.658)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	(1.221)	(11.807)	(3.675)	(18.557)	(6.780)	(17.366)
Atualizações monetárias - P&D e Eficiência Energética	(428)	(1.468)	(618)	(1.747)	(428)	(1.468)
Prêmio de resgate antecipado	-	(7.639)	-	-	-	(7.639)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso <sup>(*)</sup>	2.652	7.969	4.037	13.998	2.652	7.969
Cartas de fiança e seguros garantia	(454)	(1.466)	(797)	(2.178)	(3.636)	(4.648)
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(9)	(356)	59	(54)	(9)	(357)
Atualização monetária sobre ônus de acordo bilateral - Eletropaulo (nota 2)	(155)	(298)	-	-	(155)	(298)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	133	(236)	(243)	(2.719)	133	(236)
Atualização monetária de passivo ambiental	(230)	(786)	(294)	(845)	(230)	(786)
Atualização monetária rebaixamento (nota 14)	127	7.700	(1.452)	(22.816)	127	7.700
Outras	667	(1.345)	(156)	(1.713)	(612)	(2.625)
<b>Total</b>	<b>(56.849)</b>	<b>(158.045)</b>	<b>(53.929)</b>	<b>(180.368)</b>	<b>(82.214)</b>	<b>(183.412)</b>
<b>Variações Cambiais, líquidas</b>						
Ganho sobre o repasse de energia - Itaipú (nota 20.1)	1.841	1.196	(478)	8.649	1.841	1.196
Perdas com instrumentos derivativos	(549)	(549)	-	-	(549)	(549)
Outras	16	11	(44)	133	16	11
<b>Total</b>	<b>1.308</b>	<b>658</b>	<b>(522)</b>	<b>8.782</b>	<b>1.308</b>	<b>658</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(25.731)</b>	<b>(88.640)</b>	<b>(29.697)</b>	<b>(100.901)</b>	<b>(50.344)</b>	<b>(113.186)</b>

(\*) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 12,8% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (17,0% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016), sobre os ativos qualificáveis.





## Notas Explicati

Passivos e despesas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Passivo		Despesa				
				30.09.2017	31.12.2016	01.01.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016	
Atualização monetária sobre Despacho 288	AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	R\$ 2.122	Agosto de 2002 até Outubro de 2016	-	-	-	-	-	(663)	(2.122)
Cessão e administração, suporte e hospedagem dos serviços de mensagem eletrônica	AES Big Sky LLC		Janeiro de 2006 até setembro 2016	-	-	-	-	-	-	(58)
Ressarcimento										
Ônus de acordos bilaterais	Eletropaulo Metropolitana Electricidade de São Paulo S.A.	R\$ 7.738	Abril de 2017 até janeiro 2019	6.450	-	-	-	(7.738)	-	-
Aluguel <sup>(*)</sup>										
Sublocação (parte imóvel comercial)	Eletropaulo Metropolitana Electricidade de São Paulo S.A.	R\$ 1.198 - anual	Setembro de 2012 até janeiro de 2022	101	27	(374)	(890)	(307)	(862)	(862)
Doações	Instituto AES Brasil		Não aplicável	-	-	(482)	(1.132)	-	-	-
Dividendos	AES Holding Brasil Ltda.		Não aplicável	-	12.381	-	-	-	-	-
Plano de previdência	FUNCESP	R\$ 9.604	Até dezembro de 2029	9.604	7.981	(872)	(2.614)	(203)	(610)	(610)

Resultado financeiro - nota explicativa nº 25:  
 Serviços de terceiros:  
 Outras obrigações: 6.450  
 Fornecedores - nota explicativa nº 14: 101  
 Dividendos a pagar: 12.381  
 Obrigações com entidade de pre vidência privada nota explicativa nº 17: 9.604  
 Resultado financeiro - nota explicativa nº 25: 872  
 Outras receitas e despesas - nota explicativa nº 24: (155)

(\*) O valor total estimado de sublocação considera uma estimativa anual do aluguel, que contempla também o rateio do condomínio e IPTU do imóvel comercial.

## Notas Explicativas

### Contrato de Cooperação Recíproca

A Companhia e a Eletropaulo assinaram em 05 de junho de 2014 um Contrato de Cooperação Recíproca para Implantação do Projeto de Reflorestamento Ciliar, pelo prazo de 4 anos. A Companhia, como condicionante da licença de operação, precisa recompor a cobertura vegetal no entorno dos reservatórios e manter um viveiro de mudas. Assim a Companhia elaborou um Plano de Reflorestamento com previsão de conclusão até o final da concessão (2029) e conta com a formação de parcerias para seu cumprimento.

Já a Eletropaulo, em decorrência de manutenções e obras nas redes de distribuição e subtransmissão, possui Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (“TCRAs”) celebrados com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (“CETESB”) a serem cumpridos. Desta forma a parceria se caracteriza com: (i) a Companhia indicando os espaços disponíveis para o reflorestamento e fornecendo as mudas gratuitamente e (ii) a Eletropaulo sendo a responsável pela execução do projeto e manutenção da área reflorestada.

Através desta parceria já foram plantados 116 hectares, sendo 50,7 hectares no Reservatório da Usina Hidrelétrica de Promissão e 65,3 hectares na Usina Hidrelétrica de Água Vermelha. A ANEEL aprovou a operação por meio do despacho nº. 719/2014. Por se tratar de contrato de cooperação, não há impactos a serem demonstrados como parte relacionadas.

### 27.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. Nos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 a remuneração é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
Benefícios de curto prazo (a)	1.480	4.353	1.577	4.335
Benefícios pós-emprego (b)	19	56	14	60
Outros benefícios de longo prazo (c)	69	157	47	134
Benefícios de rescisão contrato de trabalho	-	-	-	489
Remuneração baseada em ações (d)	38	140	38	118
<b>Total</b>	<b>1.606</b>	<b>4.706</b>	<b>1.676</b>	<b>5.136</b>

- Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e
- Compostos por ações e opções de ações da The AES Corporation outorgadas à alta administração.

## Notas Explicativas

A remuneração dos administradores é aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, com exceção ao plano de remuneração baseado em ações que é administrado e custeado pela The AES Corporation.

### 28 Seguros

Em 30 de setembro de 2017, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais - Hidrelétricas	31/12/2016	31/12/2017	3.250.000
Riscos operacionais - Eólicas	09/11/2016	09/11/2017	776.100
Seguro terrorismo	31/12/2016	31/12/2017	975.000
Vida em grupo	01/01/2017	01/01/2018	25 X salário, com o máximo de R\$ 1.833
Responsabilidade civil geral	01/04/2017	01/04/2018	40.000
Riscos ambientais	01/04/2017	01/04/2018	10.000
Frota veículos - RCF	01/04/2017	01/04/2018	RCFV Garantia única R\$ 1.000
Responsabilidade civil de administradores- D&O	01/04/2017	01/04/2018	100.000

Os limites de proteção são compartilhados entre algumas empresas do Grupo AES, com exceção do seguro de frota veículos – RCF, que tem limite de proteção contratado individualmente por veículo. Para todos os seguros, o prêmio é pago individualmente por cada empresa, conforme o critério de rateio aplicável a cada apólice.

O seguro terrorismo é complementar ao seguro de riscos operacionais e faz parte do programa de proteção dos ativos do Grupo AES Brasil.

As apólices corporativas de Responsabilidade Civil Geral, Riscos Ambientais e D&O passaram a contemplar os parques eólicos adquiridos.

## Notas Explicativas

### 29 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos (Consolidado)

#### 29.1 Instrumentos financeiros

##### 29.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

	Notas	30.09.2017		31.12.2016		Categoria
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Caixa e Equivalentes de caixa	5	237.676	237.676	72.086	72.086	Empréstimos e recebíveis
Investimentos de curto prazo	5	792.318	792.318	505.531	505.531	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, revendedores	6	303.016	303.016	159.972	159.972	Empréstimos e recebíveis
Derivativos - opções de compra de moeda estrangeira	29,1	5.529	5.529	-	-	Mensurados ao valor justo por meio do resultado
Derivativos - ganhos não realizados em operações de hedge	29,1	887	887	-	-	Operações de hedge
Contas a receber de partes relacionadas	27	-	-	4.920	4.920	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	10/20	204.693	204.693	5.108	5.108	Empréstimos e recebíveis
<b>Total</b>		<b>1.544.119</b>	<b>1.544.119</b>	<b>747.617</b>	<b>747.617</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Fornecedores	14	609.339	609.339	411.782	411.782	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	16	1.882.719	1.882.821	-	-	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures	16	1.720.441	1.725.163	1.445.922	1.481.947	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro	16	789	789	648	648	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		1.564	1.564	52.569	52.569	Passivos financeiros pelo custo amortizado
<b>Total</b>		<b>4.214.852</b>	<b>4.219.676</b>	<b>1.910.921</b>	<b>1.946.946</b>	

A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e fundo de investimento, os quais são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica Debêntures, empréstimos e financiamentos o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e suas controladas optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

##### 29.1.2 Exposição ao risco de preços entre submercados que são objeto hedge de fluxo de caixa

A Companhia está exposta a risco de diferenças de preços entre submercados decorrentes de contratos de venda de energia no submercado nordeste. A hidrologia crítica que vem se realizando no NE nos últimos anos indica que as diferenças de preços entre os submercados podem se manter nos próximos anos.

Com o objetivo de mitigar esse risco a Companhia efetuou operações de compra no submercado NE e revenda do volume no submercado SE, que foram realizadas com a mesma contraparte para travar a exposição dos preços de submercados para os anos de 2017 e 2018. Estas operações de compra e venda de energia foram firmadas com o objetivo exclusivo de mitigação de risco.

Em função das características dos referidos contratos, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de hedge de fluxo de caixa para o seu registro contábil.

## Notas Explicativas

Para que uma relação de cobertura seja classificada como *hedge accounting*, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, foram executados testes prospectivos e retrospectivos de modo a demonstrar que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada deve ser reconhecida no resultado no momento em que ocorre. Estes contratos representam em 30 de setembro de 2017 uma cobertura de 94% da exposição e efetividade de aproximadamente 100%.

A metodologia de contabilização e apuração deste instrumento financeiro leva em consideração o valor justo, classificado na hierarquia nível 3, no reconhecimento inicial e a cada período em que são novamente mensurados. Como técnica de valoração do valor justo, a Companhia usou um modelo desenvolvido internamente e aplicou técnicas de avaliação do valor presente por desconto de fluxo de caixa futuros dos contratos de compra e venda de energia. As premissas foram definidas com base em informações históricas de mercado, indicadores macroeconômicos e projeções do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). Na projeção do PLD utilizou-se modelos computacionais para formação de preço, além de premissas internas como hidrologia, despacho térmico, expansão da matriz energética e projeções da carga.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge de fluxo de caixa” foi reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes no montante de R\$887 em contrapartida ao ativo, na rubrica “Ganhos não realizados em operações de hedge”. Os valores acumulados no patrimônio serão transferidos para o resultado quando o item protegido afetar o resultado do período, de acordo com a competência. Até 30 de setembro de 2017, o valor reconhecido no resultado com efeito redutor do custo com energia comprada no mercado de curto prazo foi no montante de R\$55.

### 29.1.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	30.09.2017			31.12.2016				
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>ATIVO</b>								
Investimentos de curto prazo	792.318	-	792.318	-	505.531	-	505.531	
Derivativos - opções de compra de moeda estrangeira	5.529	-	5.529	-	-	-	-	
Derivativos - ganhos não realizados em operações de hedge	887	-	-	887	-	-	-	
<b>Total - Ativo</b>	<b>798.734</b>	<b>-</b>	<b>797.847</b>	<b>887</b>	<b>505.531</b>	<b>-</b>	<b>505.531</b>	

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

## Notas Explicativas

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2.

### 29.2 Instrumentos derivativos

Com o objetivo de minimizar impactos negativos e obter cobertura de risco de câmbio na compra futura de painéis solares fotovoltaicos e inversores para o Parque Solar Boa Hora, em agosto de 2017, a Companhia contratou duas operações de compra de opções de compra de moeda estrangeira, com contrapartes diferentes. A contratação destas operações não apresenta caráter especulativo.

Em 30 de setembro de 2017, os montantes contratados foram de US\$28.300 mil e €1.500 mil, que representam R\$88.296 e R\$5.550, respectivamente, ambos com vencimentos em 02 de maio de 2018. O preço de exercício das opções de dólar é de R\$3,12 e das opções de euro é de R\$3,70.

Os derivativos foram inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e serão posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

O valor justo das opções foi calculado com base no Modelo Black Scholes de Precificação de Opções, o qual visa obter o preço justo das opções, envolvendo as seguintes variáveis: valor do ativo objeto, preço de exercício da opção, taxa de juros, prazo e volatilidade.

A volatilidade foi determinada com base nos cálculos da precificação média do mercado, dólar futuro e outras variáveis aplicáveis, tendo a opção de dólar uma variação média de 12,5% e a opção de euro uma variação média 11,7%.

A Companhia não adotou contabilidade de hedge (*hedge accounting*) para as referidas opções de compra, pois há alguma incerteza relacionada ao cronograma dos fluxos de caixa futuros. (não considerados prováveis, uma vez que foram executados antes do fechamento do projeto Boa Hora).

### 29.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

#### (a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia e suas controladas contam com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e *Compliance*.

## Notas Explicativas

### Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais, de reputação e imagem, regulatório, legal, ambiental e outros riscos financeiros (contábil, atuarial e fiscal).

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas. Para assessoramento da Diretoria Executiva, existe o Comitê de Gestão de Riscos, que tem como principal objetivo a supervisão e monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos, onde são avaliados e validados os modelos de Gestão de Risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia além de aprovar metas e ações e priorizar recursos para mitigação dos riscos aos qual a Companhia está exposta.

Compete ao Conselho Fiscal fiscalizar a avaliação dos riscos prioritários da Companhia bem como, em bases periódicas, discutir com a administração sua percepção quanto aos riscos tangíveis e intangíveis identificados pela Administração.

### Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

### Auditoria Interna

A Diretoria de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados e o terceiro os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a Lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

## Notas Explicativas

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos e Auditoria Interna.

O plano de auditoria é aprovado pelo Comitê de Auditoria da AES Corporation, pela Diretoria e Conselho de Administração da Companhia. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e a evolução dos planos de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados aos Diretores, Vice-Presidentes e Conselho Fiscal, periodicamente.

A eficácia dos controles chaves implementadas pela Companhia para garantir a exatidão das Demonstrações Contábeis é testada anualmente. Em caso de identificação de eventuais deficiências sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação dos riscos associados. O plano de ação é revisado e acompanhado pela área de controles internos.

### Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos em todas as suas transações comerciais. O Programa de *Compliance* da Companhia visa "conhecer o seu parceiro de negócios", exigindo que a Companhia conduza um processo de verificação interna em seus potenciais parceiros antes de firmar ou renovar um acordo de negócios. Este processo visa assegurar que tais padrões éticos e legais sejam devidamente respeitados em todas as transações comerciais.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e *Compliance* e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas – sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. – sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas informações contábeis intermediárias, estes dados serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

#### **(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

##### **(b.1) Risco de crédito**

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas

## Notas Explicativas

obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

### Contas a receber

A partir de 1º de janeiro de 2016, as vendas de energia da Companhia estão sendo efetuadas para consumidores livres, comercializadoras, distribuidoras e geradoras por meio de contratos bilaterais e em contratos no ambiente regulado (leilões de energia), tanto no longo como no curto prazo. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) rating de crédito: nota para a saúde financeira associada a uma probabilidade de *default* da contraparte. Separados em A, B, C e D, a política não permite fechamento de negócio com empresas de *rating* D; (ii) Limite de crédito: Crédito (em milhões de reais por ano) máximo concedido para cada contraparte, é ponderado pelo rating de crédito e porte da Companhia e (iii) garantia financeira: fiança bancária ou seguro garantia no valor de 3 meses de faturamento, renovados anualmente. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

As vendas realizadas no ambiente regulado possuem como garantia os recebíveis da parte contratante, os quais são firmados por meio de contratos de constituição de garantias.

### Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, *rating* inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira

## Notas Explicativas

poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 30 de setembro de 2017 é a seguinte:

	<b>30.09.2017</b>
Caixa e equivalentes de caixa	237.676
Investimentos de curto prazo	792.318
Consumidores e revendedores	303.016
Derivativos - opções de compra de moeda estrangeira	5.529
Derivativos - ganhos não realizados em operações de hedge	887
<b>Total da exposição</b>	<b><u>1.339.426</u></b>

### (b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrada a dívida líquida da Companhia e de suas controladas:

	<b>30.09.2017</b>	<b>31.12.2016</b>
Empréstimos e financiamentos	1.882.719	-
Debêntures	1.720.441	1.445.922
Arrendamento financeiro	789	648
Caixa e equivalentes de caixa	(237.676)	(72.086)
Investimentos de curto prazo	(792.318)	(505.531)
<b>Dívida líquida</b>	<b><u>2.573.955</u></b>	<b><u>868.953</u></b>
Patrimônio líquido	1.563.474	1.578.099
<b>Dívida líquida / Patrimônio Líquido</b>	<b><u>164,63%</u></b>	<b><u>55,06%</u></b>

## Notas Explicativas

Do endividamento financeiro total em 30 de setembro de 2017, 53,87% (17,68% em 31 de dezembro de 2016) era de curto prazo e o prazo médio é de 3,1 anos (2,7 anos em 31 de dezembro de 2016).

### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” e “Empréstimos e Financiamentos” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 30 de setembro de 2017	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	609.339	-	-	-	-
Debêntures	49.004	74.690	151.207	1.549.248	684.891
Empréstimos e financiamentos	32.773	1.111.024	107.974	322.996	1.006.714
Arrendamento financeiro	83	349	233	124	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.564	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>692.764</b>	<b>1.186.064</b>	<b>259.413</b>	<b>1.872.368</b>	<b>1.691.605</b>

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI, IPCA e TJLP utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 30 de setembro de 2017.

### (b.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

#### Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remuneradas pela variação do DI, IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

## Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2017, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs, operações compromissadas e fundo de investimentos, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 30 de setembro de 2017 é:

	<b>30.09.2017</b>
Caixa e equivalentes de caixa	215.543
Investimentos de curto prazo	792.318
Empréstimos e financiamentos	(1.883.902)
Debêntures	(1.747.185)
<b>Total da exposição líquida</b>	<b>(2.623.226)</b>

Os montantes de debêntures, empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, IPCA e TJLP, não contemplam os saldos de custos a amortizar.

### Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros e moeda estrangeira

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos, nas dívidas e nas opções de compra aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 30 de setembro de 2017, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2017, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

### Risco de taxa de juros

Com base no relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 29 de setembro de 2017, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, debêntures, empréstimos e financiamentos.

## Notas Explicativas

Aplicações financeiras	Taxa de Juros	Posição em 30.09.2017	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>CDI</b>			<b>3,86%</b>	<b>5,78%</b>	<b>7,71%</b>	<b>9,64%</b>	<b>11,57%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	215.543	8.320	12.458	16.618	20.778	24.938
Investimentos de curto prazo	CDI	792.318	30.583	45.796	61.088	76.379	91.671
<b>Subtotal</b>		<b>1.007.861</b>	<b>38.903</b>	<b>58.254</b>	<b>77.706</b>	<b>97.157</b>	<b>116.609</b>
Dívidas	Taxa de Juros	Posição em 30.09.2017	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>CDI</b>			<b>3,86%</b>	<b>5,78%</b>	<b>7,71%</b>	<b>9,64%</b>	<b>11,57%</b>
Debêntures - 6ª Emissão (1ª Série)	CDI + 0,90% a.a.	(711.715)	(34.125)	(47.913)	(61.773)	(75.632)	(89.492)
Nota promissória - 3ª emissão	CDI + 1,35% a.a.	(925.097)	(48.680)	(66.681)	(84.777)	(102.872)	(120.967)
<b>Subtotal</b>		<b>(1.636.812)</b>	<b>(82.805)</b>	<b>(114.594)</b>	<b>(146.550)</b>	<b>(178.504)</b>	<b>(210.459)</b>
<b>IPCA</b>			<b>1,89%</b>	<b>2,84%</b>	<b>3,78%</b>	<b>4,73%</b>	<b>5,67%</b>
Debêntures - 1ª Emissão - controlada indireta Tietê Eólica	IPCA + 7,61% a 7,87% a.a.	(176.713)	(17.276)	(19.085)	(20.879)	(22.683)	(24.473)
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	IPCA + 8,43% a.a.	(337.141)	(35.340)	(38.813)	(42.258)	(45.722)	(49.158)
Debêntures - 5ª Emissão	IPCA + 6,54% a.a.	(193.120)	(16.519)	(18.473)	(20.413)	(22.362)	(24.296)
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	IPCA + 6,78% a.a.	(328.496)	(28.916)	(32.248)	(35.554)	(38.878)	(42.175)
<b>Subtotal</b>		<b>(1.035.470)</b>	<b>(98.051)</b>	<b>(108.619)</b>	<b>(119.104)</b>	<b>(129.645)</b>	<b>(140.102)</b>
<b>TJLP</b>			<b>3,50%</b>	<b>5,25%</b>	<b>7,00%</b>	<b>8,75%</b>	<b>10,50%</b>
BNDES / Repasse BNDES (Banco do Brasil) / BNDES (Subcrédito Social) - controlada indireta Tietê Eólica	TJLP + 2,88% a 2,60% aa	(958.805)	(60.749)	(77.988)	(95.227)	(112.465)	(129.704)
<b>Subtotal</b>		<b>(958.805)</b>	<b>(60.749)</b>	<b>(77.988)</b>	<b>(95.227)</b>	<b>(112.465)</b>	<b>(129.704)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>		<b>(2.623.226)</b>	<b>(202.702)</b>	<b>(242.947)</b>	<b>(283.175)</b>	<b>(323.457)</b>	<b>(363.656)</b>

### Risco de moeda estrangeira

Com propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos (opções de compra de moeda estrangeira - vide nota nº 29.2).

A taxa de câmbio considerada na data base de 30 de setembro de 2017 foi obtida na B3, sendo R\$3,25 para o dólar e R\$3,88 para o euro. Para a análise de sensibilidade das opções de compra de moeda estrangeira, tanto na de dólar como na de euro, foram analisados isoladamente a volatilidade.

Instrumentos	Risco	Exposição em 30.09.2017	Projeção Resultado Financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Derivativos - opções de compra de moeda estrangeira	Alta do dólar	5.162	(2.840)	(1.448)	(514)	143	627
Derivativos - opções de compra de moeda estrangeira	Alta do euro	367	(203)	(103)	(36)	12	47
<b>Subtotal</b>		<b>5.529</b>	<b>(3.043)</b>	<b>(1.551)</b>	<b>(550)</b>	<b>155</b>	<b>674</b>

### (b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures, empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Em 30 de setembro de 2017, a Companhia e suas controladas estavam cumprindo os termos dos *covenants* (vide nota explicativa nº 16.7).

Caso a Companhia não consiga cumprir, com as cláusulas restritivas de seus contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos, tais operações poderão ser vencidas antecipadamente, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

## Notas Explicativas

### (c) Outros riscos considerados relevantes

#### (c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A Companhia, baseada em análise da legislação pertinente e apoiada por seus assessores jurídicos, considera que os investimentos oriundos do projeto básico serão reembolsados pelo Poder Concedente, bem como aqueles realizados após a assinatura do contrato de concessão que não estiverem totalmente depreciados ao final da concessão. No entanto, há risco dos investimentos realizados em modernização e reformas desde a licitação da Companhia não serem reconhecidos pelo Poder Concedente e, portanto, não indenizados, uma vez que a regulamentação vigente, publicada para usinas que tiveram sua concessão renovada, ainda não se aplica à Companhia.

#### (c.2) Risco hidrológico

##### Geração hidrelétrica no Brasil

A energia produzida pelas geradoras no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que é constituído por usinas das regiões Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e de parte da região Norte do País. As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são executadas pelo ONS, que procura gerir os recursos energéticos de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o País.

As variações climáticas podem ocasionar excedentes ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e em determinados períodos do ano, uma vez que o volume de energia gerado pelas usinas hidrelétricas depende do índice pluviométrico (vazões) e do volume acumulado de água em seus reservatórios, que determinam o despacho otimizado do ONS. O SIN possibilita que toda energia gerada no sistema seja transmitida e distribuída da forma mais adequada por todo o País, permitindo a troca de energia entre as regiões, além de obter benefícios da diversidade das bacias hidrográficas.

De acordo com as regras do MRE, o volume total de energia hidrelétrica gerada no mecanismo é alocado para cada usina hidroelétrica do SIN participante deste mecanismo, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física (ou energia assegurada). Essa alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE atinjam seus níveis de garantia física, independentemente da produção individual de cada planta. Se, após a etapa acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantias física e ainda houver saldo de energia produzida, o adicional da geração, designado “Energia Secundária”, é alocado proporcionalmente entre os geradores.

Da mesma forma, quando a geração de energia for inferior à garantia física total das usinas hidrelétricas do MRE, tal déficit também é rateado, proporcionalmente, entre os participantes do mecanismo, através do *Generation Scaling Factor (GSF)*, efeito este conhecido como “Rebaixamento” da garantia física no MRE, podendo

## Notas Explicativas

resultar em exposições no mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Nas situações acima também pode ocorrer da alocação de energia no MRE se dar em um submercado distinto daquele onde a energia é gerada, o que pode ou não criar exposições à diferença entre o PLD dos submercados onde a usina se localiza e de origem da energia alocada. Tais exposições, sejam positivas ou negativas, estão sujeitas a um mecanismo de alívio financeiro e podem ser reduzidas ou eliminadas, dependendo da contabilização de curto prazo do mês em que se configurem.

### Limites máximo e mínimo do PLD – Resolução Homologatória nº 2190/2016.

Anualmente, no mês de dezembro, a ANEEL estabelece os limites máximos e mínimos do PLD que vigorarão durante o ano seguinte. O PLD máximo é calculado com base no CVU mais elevado de uma Usina Termelétrica em operação comercial, a gás natural, contratada por meio de CCEAR. O cálculo do PLD mínimo considera os custos de operação e manutenção das usinas hidrelétricas, bem como referentes à compensação financeira.

Em 13 de dezembro de 2016, foi homologado pela ANEEL os limites máximo e mínimo do PLD, para o ano de 2017. O PLD mínimo foi estabelecido em R\$33,68/MWh, e o PLD máximo, foi estabelecido em R\$533,82/MWh com base no Custo Variável Unitário (CVU) da usina termelétrica Mário Lago, determinada como térmica de referência.

### Impactos da retração de geração hidrelétrica no MRE / GSF

Desde 2014, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido menor que as suas respectivas Garantias Físicas, resultando em GSF, que indica o nível de rebaixamento das Garantias Físicas para efeito da contabilização do mercado de curto prazo, em geral relacionado à hidrologia adversa e PLD elevado, implicando em significativo impacto econômico.

Embora o último período úmido tenha se verificado como o 4º pior da história, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE no primeiro trimestre de 2017 foi superior as suas respectivas Garantias Físicas, indicando uma energia secundária, principalmente devido à sazonalidade da garantia física das usinas participantes do MRE. Para o segundo e terceiro trimestres de 2017, a afluência verificou-se abaixo da média histórica. Com a baixa hidrologia, os níveis dos reservatórios estão baixos e conseqüentemente houve redução do volume de geração das hidroelétricas. A redução do volume de geração das usinas associada a sazonalização da garantia física do MRE causam um rebaixamento para estes trimestres.

No início 2017, a Companhia teve comercializado 88% de sua energia, porém diante da expectativa do rebaixamento para este ano a Companhia definiu uma estratégia de redução da exposição ao risco hidrológico. Com esta estratégia nível de contratação da Companhia no final do terceiro trimestre era de 79%, a retração do nível de contratação deveu-se a negociação com alguns clientes para a redução de contratos e aquisição de energia. Os 21% restantes da garantia física constituem

## Notas Explicativas

um mecanismo de proteção contra o risco hidrológico. Importante ressaltar que a margem comercial em 2017 poderá ser impactada principalmente pelo PLD e GSF.

A Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve em 1º de junho de 2015, uma liminar favorável a todas as geradoras elétricas abarcadas pela associação, entre elas a Companhia, que impede que o rebaixamento hidrelétrico (GSF) seja alocado aos geradores detentores da liminar nas próximas liquidações financeiras da CCEE. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de mérito da ação é classificada como possível. Contudo, em relação a um futuro desembolso de caixa, esse processo é classificado como provável.

### Repactuação do GSF

No entanto, o Ministério de Minas e Energia (MME) em 18 de agosto de 2015 publicou a medida provisória nº 688/2015 (MP 688/2015), convertida na Lei 13.203/2015, de 09 de dezembro de 2015, dispondo sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos geradores hidrelétricos. Em linhas gerais, existem duas possibilidades para a elegibilidade do gerador com base no seu ambiente de contratação de energia, ACL (Ambiente de Contratação Livre) ou ACR (Ambiente de Contratação Regulada). Em ambos os casos, é necessária a desistência dos geradores nas ações judiciais para assim requererem a repactuação do risco hidrológico.

A ANEEL através da audiência pública nº 32/2015 (AP032) obteve subsídios para estabelecer os critérios de anuência e condições de repactuação do risco hidrológico de usinas hidrelétricas participantes do MRE, descritos na Resolução Normativa ANEEL 684 de 11 de dezembro de 2015, nos termos da Lei 13.203/2015. A Companhia decidiu por não aderir à repactuação proposta por não a considerar atrativa economicamente. Vale ressaltar que a liminar continua vigente e, caso a mesma seja cassada, a Companhia terá que desembolsar o montante de R\$445.616, na data base de setembro de 2017 (R\$314.996 em 31 de dezembro de 2016), o qual já se encontra integralmente provisionado nas informações contábeis. Vide detalhes na nota explicativa nº 14.

A ANEEL reabriu a audiência pública nº45/2016 (AP045), cujo o prazo para contribuição foi encerrado em fevereiro de 2017. O objetivo da audiência foi tratar do custo do deslocamento de geração hidrelétrica decorrente de geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito econômico (GFOM) e importação de energia elétrica sem garantia física.

Em reunião pública de 18 de abril de 2017, a ANEEL aprovou a AP45/2016 em que estabelece o montante de energia elegível, a valoração e as condições de pagamento para os participantes do MRE, do custo do deslocamento da geração hidráulica decorrente de geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito e de importação de energia sem garantia física. A aprovação deste mecanismo de mitigação parcial do risco hidrológico não é retroativa, deste modo a liminar ainda permanece válida. O resultado desta AP será válido após o encaminhamento do ONS para a ANEEL da proposta de critérios de elegibilidade para classificação do despacho térmico e após a CCEE encaminhar a alteração da Regra de Comercialização.

## Notas Explicativas

### Mudanças no cálculo do PLD

Com o objetivo de reduzir distorções no sinal de preço de curto prazo, decorrente do despacho térmico fora da ordem de mérito definido na operação real do sistema, foram iniciadas discussões no setor elétrico sobre a necessidade de ajuste no parâmetro de aversão ao risco adotados nos modelos de formação do preço ou, mesmo, alteração da metodologia de aversão ao risco.

A Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico (“CPAMP”), em reunião realizada em 18 de outubro de 2016, aprovou a utilização de patamar único para a representação do custo de déficit (“custo da falta de energia”) e de novos parâmetros do Valor Condicionado a um Dado Risco (“CVaR”), a serem aplicados no planejamento da operação e na formação de preço. Tais alterações implicam no aumento da aversão ao risco representada nos modelos computacionais. A depender da hidrologia, da oferta de geração, sistema de transmissão, da revisão dos parâmetros nos modelos, da evolução e projeção da carga do SIN, o valor do PLD poderá ser afetado.

Em fevereiro de 2017 o MME determinou ajuste num parâmetro do CVaR, com efeito a partir da primeira semana operativa de maio de 2017. A alteração do parâmetro  $\lambda$  do CVaR de 25 para 40 está associada ao maior grau de aversão a risco na formação de preço.

Na visão da Companhia, tal adequação é importante para que o PLD reflita, com maior precisão, a realidade das condições operativas do SIN. Adicionalmente, espera-se que o aumento na aversão a risco deverá aumentar o despacho térmico na ordem de mérito, reduzindo a necessidade de despacho por segurança energética.

#### **(c.3) Risco de Recontratação (volume, preço e diferença de submercado)**

A estratégia da Companhia é vender energia tanto no ambiente regulado quanto no livre para assegurar a receita da empresa em contratos de venda. Os preços de recontratação dependem do comportamento e das práticas de mercado e a estratégia de volume de contratação prevê uma reserva para proteção contra o risco hidrológico.

Destaca-se que a Companhia poderá estar sujeita ao risco de diferença de preços entre submercado caso opte por vender energia fora do submercado no qual a sua garantia física está localizada. Neste caso, em se verificando essa diferença de preços, a Companhia deverá assumir a variação positiva ou negativa de preços no mercado de curto prazo.

A Companhia efetuou operações comerciais para mitigar o risco de exposições à diferença de preços entre submercado, conforme detalhado na nota explicativa nº 29.1.2.

#### **(c.4) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil**

O Governo Federal poderá implementar alterações no regime fiscal que afetam a Companhia e suas controladas. Estas alterações podem incluir desde mudanças nas alíquotas até a cobrança de tributos temporários ou permanentes, cuja arrecadação

## Notas Explicativas

seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e suas controladas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia e suas controladas terão condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade.

### (c.5) Risco de instabilidade cambial e econômica

#### Instabilidade econômica

Os resultados operacionais da Companhia e suas controladas são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar na redução das atividades da Companhia e suas controladas. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia e suas controladas adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.

#### Instabilidade cambial

Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo.

A desvalorização do Real em relação ao dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente a Companhia.

### (c.6) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia e de suas controladas estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

## Notas Explicativas

Visando o cumprimento da legislação ambiental, a mitigação de eventuais impactos e a melhoria contínua de seus processos de controle, a Companhia mantém o certificado do Sistema de Gestão Ambiental em ISO 14001 para as usinas hidrelétricas. Além disso, todos os empreendimentos em operação possuem licenças ambientais válidas, emitidas pelos órgãos ambientais competentes. No que se refere à segurança das barragens, a Companhia realiza o monitoramento constante das estruturas de barragens das usinas e pequenas centrais hidrelétricas sob sua concessão, acompanhando o seu comportamento por meio de um conjunto de instrumentos para medição de informações (como pressão e vazão da água). A Companhia possui também um sistema operacional para situação de emergência (SOSEm), que define procedimentos e plano de comunicação no caso de enchentes e perigos de alagamento.

A edição de novas leis e regulamentos mais severos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em passivos ambientais significativos pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da empresa, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605, de 1998, o valor máximo de multa por cada descumprimento da lei ambiental é de R\$50.000. Há também a necessidade de reparação ou compensação do dano ambiental, se constatado. Em determinadas hipóteses previstas em lei, a ocorrência de eventos danosos ao meio ambiente e o descumprimento de normas e exigências podem se caracterizar como crime ambiental, ocasiões nas quais tanto a empresa quanto seus gestores podem ser responsabilizados.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao grupo econômico da AES, incluindo as sociedades por ela controladas direta ou indiretamente, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do grupo AES no Brasil é realizado com foco na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, que consolida o compromisso das empresas do Grupo com o desenvolvimento sustentável e determina as diretrizes a serem incorporadas na gestão cotidiana dos negócios da AES, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

A Companhia contribui, ainda, com o desenvolvimento sustentável da sociedade e do país incluindo em nosso Planejamento Estratégico e na gestão das práticas empresariais as diretrizes representadas pelos seguintes compromissos voluntários: Pacto Global, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Empresa Amiga da Criança.

### **(c.7) Risco de obrigação de expansão**

A Companhia possui obrigação prevista em seu Edital de Privatização e Contrato de Compra e Venda de Ações, de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração, dentro do Estado de São Paulo, em pelo menos 15% (398 MW) no período de oito anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão. Atualmente, há um processo movido pelo Governo do Estado de São Paulo, cujo detalhamento está divulgado na nota explicativa nº 2.2.

## Notas Explicativas

### 30 Informações complementares

#### Às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	01.01.2017 a 30.09.2017	01.01.2016 a 30.09.2016
Compensações de PIS e COFINS	87.026	116.291
Compensações de IRPJ e CSLL	15.601	7.495

A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adição de ativo imobilizado e intangível). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	01.01.2017 a 30.09.2017	01.01.2016 a 30.09.2016
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	89.166	114.889
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	7.969	13.998
Pagamento de juros conforme nota explicativa nº 16.2	97.135	128.887

### 31 Compromissos

A Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, e contratos de conexão, e possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE e a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia possui condicionantes de recuperação ambiental oriundo da exploração de potenciais hidráulicos tais como reflorestamento, preservação das margens, produção de peixes, monitoramento de plantas aquáticas, entre outros.

A Companhia não possui garantias prestadas a terceiros e linhas de crédito aprovadas e não sacadas em 30 de setembro de 2017.

### 32 Eventos Subsequentes

#### Aquisição de debêntures

Em 20 de outubro de 2017, a Companhia desembolsou um montante de R\$40.000 referente à subscrição de parte da 1ª emissão de debêntures não conversíveis, emitidas por subsidiárias da Cobra do Brasil. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.3, esta primeira emissão, que totaliza o montante de R\$100.000 compõe o total dos investimentos previstos a serem efetuados pela Companhia para

## Notas Explicativas

financiar a construção, pela Cobra do Brasil, de usinas de fonte solar fotovoltaica do Complexo Bauru Solar.

### Venda de ações em tesouraria

Entre 10 e 17 de outubro de 2017 a Companhia realizou a venda de uma parcela de suas ações em tesouraria. O total da venda destas ações foi de 10.650 ações ordinárias e 42.845 ações preferenciais, nos montantes de R\$31 e R\$124, respectivamente. Assim, a Companhia passou a deter 19.703 ações ordinárias e 78.812 ações preferenciais em tesouraria.

Após as vendas das ações em tesouraria, a composição acionária da Companhia ficou como segue:

	Quantidade		
	Ordinárias	Preferenciais	%
<b>Acionistas</b>			
AES Holdings Brasil Ltda.	477.289.199	471.926	24,28
BNDESPar	111.477.600	445.910.403	28,33
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	31.228.340	124.913.360	7,94
Outros	155.159.742	620.835.827	39,44
<b>Ações circulação</b>	<b>775.154.881</b>	<b>1.192.131.516</b>	<b>99,99</b>
Ações em tesouraria	19.703	78.812	0,01
<b>Total das ações</b>	<b>775.174.584</b>	<b>1.192.210.328</b>	<b>100,00</b>



## Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

### a.) Objeto da projeção

#### 1 - Investimentos

A Companhia informa os montantes de investimentos, divididos em investimentos e juros capitalizados.

#### 2 - Estratégia de crescimento

Tendo como principal objetivo a criação de valor para os acionistas, por meio do crescimento sustentado nos mercados de geração, a Companhia segue em busca de oportunidades para crescer e diversificar sua plataforma de geração. O crescimento se dará através da adição de capacidade instalada de geração a partir de fontes não hidráulicas e com contratos regulados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo. Adicionalmente, a empresa busca complementar seu portfólio com novas energias/tecnologias, como geração distribuída e armazenamento de energia via baterias. Assim, a estratégia de crescimento da Companhia é de, até 2020, compor 50% de seu EBITDA com fontes não hidráulicas com contratos regulados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo.

### b.) Período projetado e o prazo de validade da projeção

#### 1 - Investimentos

A Companhia divulga suas projeções de investimentos anuais, para o período de cinco anos incluído o exercício social corrente, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

#### 2 – Estratégia de Crescimento

A Companhia divulga sua estratégia de crescimento até o ano de 2020, podendo esta ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

### c.) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

#### 1 - Investimentos

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Cronograma de manutenções das unidades geradoras;
- Demanda dos consumidores;
- Diagnósticos de equipamentos;
- Indicadores de crescimento;



- Iniciativas estratégicas; e
- Obrigações regulatórias.

## **2 – Estratégia de Crescimento**

A projeção de estratégia de crescimento da Companhia consiste na expansão da capacidade instalada através de oportunidades que diversifiquem seu portfólio a partir de fontes não hidráulicas, com contratos de longo prazo. Como plano, a Companhia avalia projetos de energia eólica, para cumprir essa meta de crescimento da capacidade instalada e contribuir para a diversificação da matriz energética e para o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções eletro-energéticas integradas para seus clientes, como geração distribuída e armazenamento de energia.

As premissas são suportadas por análises internas e cronogramas definidos e gerenciados pela Companhia.

Todas projeções divulgadas pela Companhia refletem somente a percepção da administração da Companhia sobre o futuro de seus negócios, considerando, principalmente, os seguintes fatores: (i) o desempenho da economia nacional e internacional; (ii) as condições de mercado e do setor de energia elétrica em geral, inclusive as condições hidrológicas do país; (iii) a regulamentação do setor elétrico e legislação ambiental vigentes; e (iv) fatores operacionais.

Todas as premissas indicadas acima estão sujeitas a mudanças, riscos e incertezas, que fogem ao controle da administração da AES Tietê Energia. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores acima descritos pode fazer com que os resultados concretos divirjam das projeções efetuadas. Em caso de alteração relevante nestes fatores, as projeções deverão ser revisadas.

A administração ainda esclarece que todas as premissas podem ser influenciadas pela perspectiva dos negócios e às projeções de resultados operacionais e financeiros da administração. Essas premissas, entretanto, são altamente dependentes dos indicadores de crescimento, demanda dos consumidores, obrigações regulatórias que fogem ao seu controle, assim como mudanças do mercado, do desempenho econômico do País, do setor elétrico e do mercado internacional.



#### d.) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

##### 1 - Investimentos

Os valores projetados para período de cinco anos (2017-2021), encontram-se na tabela a seguir:

Investimentos estimados – R\$ milhões	2017	2018	2019	2020	2021	Total 2017-2021
Investimentos	94,8	65,6	41,0	62,1	79,4	343,0
Juros de Capitalização	19,0	15,5	6,0	6,9	9,2	56,7
<b>Total</b>	<b>113,8</b>	<b>81,1</b>	<b>47,1</b>	<b>69,0</b>	<b>88,6</b>	<b>399,6</b>

Nota: valores nominais

##### 2 – Estratégia de Crescimento

A estratégia de crescimento da Companhia é de, até 2020, compor 50% de seu EBITDA com fontes não hidráulicas com contratos regulados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo.

#### e.) Acompanhamento e atualização dos valores dos indicadores que são objeto da previsão

##### Atualização 3T17

Encerrado o terceiro trimestre de 2017, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos incluindo o exercício social corrente (2017-2021), conforme apresentado na tabela do item “d. item 1”.

##### Atualização 2T17

Encerrado o segundo trimestre de 2017, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos incluindo o exercício social corrente (2017-2021), conforme apresentado na tabela do item “d. item 1”.

##### Atualização 1T17

Encerrado o primeiro trimestre de 2017, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos incluindo o exercício social corrente (2017-2021), conforme apresentado na tabela do item “d. item 1”.

##### Atualização 4T16

A Companhia atualizou suas projeções de investimentos anuais, para o período de cinco anos a contar do exercício social corrente (2017-2021), considerando replanejamento de manutenções para o período e



premissas macroeconômicas, com destaque para taxa de juros e inflação. As projeções atualizadas e substituídas estão apresentadas, respectivamente, nos itens “d” e “e”, este último no subitem “Atualização 1T16”.

As projeções atualizadas e substituídas serão incluídas na seção 11 do Formulário de Referência da Companhia e estão disponíveis no site da CVM em <http://www.cvm.gov.br/> e no site da Companhia em <http://ri.aestiete.com.br/>.

A Companhia apresenta um comparativo entre os valores realizados e projetados para o ano de 2016, conforme tabela a seguir:

Investimentos – R\$ M	Estimativa 2016	Realizado 2016	Varição
Investimentos	70,7	83,3	17,7%
Juros Capitalizados	15,4	17,7	15,2%
<b>Total</b>	<b>86,1</b>	<b>101,0</b>	<b>17,3%</b>

A AES Tietê Energia investiu em 2016 um total de R\$ 101,0 milhões, montante 17,3% superior ao estimado para o período, principalmente em função de antecipação de manutenção e modernização da usina de Água Vermelha no período.

#### Nota

- i. As informações financeiras apresentadas no acompanhamento das Projeções Empresariais são apresentadas em milhões de Reais e, portanto, os valores totais apresentados nas tabelas podem apresentar diferenças de arredondamento em relação ao somatório dos valores individuais das respectivas linhas.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, da AES Tietê Energia S.A. (“Companhia” ou “Tietê”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo (SP), 23 de outubro de 2017

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP034519/O-6

Marcos Antonio Quintanilha

Contador CRC- 1SP132776/O-3

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2017.

Barueri, 23 de outubro de 2017.

Diretores:

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Presidente

Charles Lenzi

Diretor Vice-Presidente

Sidney Simonaggio

Diretor Vice-Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Vice-Presidente

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino

Diretor Vice-Presidente

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2017.

Barueri, 23 de outubro de 2017.

Diretores:

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Presidente

Charles Lenzi

Diretor Vice-Presidente

Sidney Simonaggio

Diretor Vice-Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Vice-Presidente

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino

Diretor Vice-Presidente